

MESTRADO INTEGRADO
ARQUITETURA

Queer _ Espacialidades de resistência
Notas para um território mais inclusivo
João Fernandes Faria

M
2023



João Fernandes Faria . *Queer _ Espacialidades de resistência*



M.FAUP 2023

Queer _ Espacialidades de resistência
Notas para um território mais inclusivo
João Henrique Fernandes Faria



RESUMO

A presente dissertação pretende a construção de um pensamento crítico da relação do espaço público com a comunidade *queer*, recorrendo a uma análise histórica no contexto da cidade e do território de momentos e espaços relevantes ao movimento de libertação sexual e de género.

Tem-se como objetivo entender a importância do espaço coletivo público e das socialidades para a procura, evolução e afirmação de identidades e sexualidades, assim como as influências de aspetos sociais como género, etnia, classe social, idade, etc, no acesso a esses espaços. Pretende-se dar visibilidade aos fluxos, espaços, movimentos e vivências *queer* e salientar pontos problemáticos ou inseguranças que a urbanização apresenta à comunidade.

Não se pretende uma conclusão ou solução final que tente dar resposta a estas temáticas complexas, mas antes uma reflexão, resultado da análise de momentos históricos e espaços relevantes, que contribua para a criação de notas para um território mais inclusivo.

Como ponto de partida coloca-se a questão: De que forma, como *arquitetes* que “constroem” a urbanização, a urbanidade e dão sentido ao “ser urbano”, podemos criar um território mais inclusivo e, contrariamente, qual pode ser o papel negativo do desenho do espaço público, se utilizado, consciente ou inconscientemente, como uma ferramenta ‘opressora’.

ABSTRACT

The present dissertation intends to build a critical thinking about the relationship between the public space and the queer community, resorting to a historical analysis in the context of the city and the territory of moments and spaces relevant to the sexual and gender liberation movement.

We aim to understand the importance of the collective public space and sociabilities for the search, evolution and affirmation of identity and sexuality, as well as the influences of social aspects such as gender, ethnicity, social class, age, etc., in accessing these spaces. It is our intention to give visibility to queer flows, spaces, movements and experiences and to highlight problematic points or insecurities that urbanization presents to the community.

It is not our goal to arrive at a conclusion or a final solution that tries to respond to these complex themes, but rather a reflection, resulting from the analysis of historical moments and relevant spaces, which contributes to the creation of notes for a more inclusive territory.

As a starting point, the question arises: How, as architects who 'build' urbanization, urbanity and give meaning to 'urban being', can we create a more inclusive territory and, on the contrary, what can be the negative role of public space design, when used, consciously or unconsciously, as an 'oppressive' tool.

SUMÁRIO

01 _ Introdução	7
02 _ Metodologia	8
03 _ Enquadramento	
3.1 _ Teoria <i>Queer</i>	13
3.2 _ Momentos e espaços <i>queer</i>	27
04 _ O 'ser urbano'	
4.1 _ As comunidades _ Sociabilidades como catalisador	55
4.2 _ Espaço público _ Arquitetura de espaços seguros	67
05 _ Casos de estudo	
5.1 _ Espaço Público - O caso do Porto	87
5.2 _ Espaço Comunitário - The Proud Place	101
5.3 _ Espaço de Utopia - Planeta Manas	113
06 _ Reflexão crítica	
Notas para um território mais inclusivo	121
Lista de imagens	130
07 _ Fontes de informação	
Referências bibliográficas	136
Referências webgráficas	138

Agradeço,

Ao professor Mário Mesquita,
pela orientação e disponibilidade neste percurso.

Ao Vítor Nóbrega,
pelo incansável apoio e amor.

Aos meus pais, Maria e João,
por me ensinarem a arquitetura do amor;
À minha irmã Mafalda,
por me ensinar o amor pela arquitetura.

Aos amigos Inês Pinto de Faria, Nuno Delgado e Daniel Brusaca,
por todos os momentos que partilhamos e que me definem.

A todas e todos que nos antecederam nesta luta pelos direitos LGBTQ+,
a quem estaremos eternamente gratos.

01 _ INTRODUÇÃO



Fig. 1 - Thomas, 1987 - Robert Mapplethorpe

Ao longo do tempo, verifica-se uma tendência cíclica para a marginalização de comunidades não normativas através da negação, direta ou indireta, de direitos civis, nomeadamente o direito ao espaço, à cidade e à comunidade. Num mundo de rápida globalização de informação, capital e ideologias, entendemos a importância da criação e preservação de espaços *queer*, nas suas diversas valências e funções (como habitação, refúgio, lazer, educação, entre outros).

São diversos os exemplos que podemos identificar de comunidades que, não lhes sendo permitido o acesso incondicional à cidade, criam e apropriam os seus próprios espaços onde podem viver seguras, expressar-se e organizar-se para combater as desigualdades a que são sujeitas. A estes espaços chamamos 'espaços de resistência', que nos propomos a estudar, onde estão compreendidos desde espaços físicos da cidade até, mais recentemente, a espaços virtuais ou digitais. Através destas apropriações estabelecem-se *networks* ou espaços de contacto e partilha que, consequentemente, originam comunidades que permitem a libertação sexual e identitária destas pessoas.

Atualmente, é evidente a presença de comunidades *queer* nas cidades, através da apropriação de espaços públicos - como é o caso das Marchas de Orgulho, que levam milhares de pessoas *queer* e *aliades* às ruas por todo o mundo -, bandeiras de orgulho a esvoaçar nas varandas ou espaços de comércio e serviços direcionados para estas comunidades. No entanto, estas evidências não apareceram de um dia para o outro, e representam décadas de luta da comunidade *queer* em prol da liberdade sexual, identitária e de expressão, da representatividade e de outros direitos humanos.

Na presente dissertação, pretendemos analisar o papel da arquitetura e do urbanismo na luta da comunidade *queer*, com recurso ao estudo dos espaços e das comunidades que os habitam. É também do nosso interesse compreender as influências do espaço urbano nas comunidades *queer* e, por outro lado, a influência dessas mesmas comunidades no espaço urbano. Procuramos entender, não apenas os impactos positivos destes espaços *queer*, nas comunidades e no tecido urbano, mas também as problemáticas que a urbanização apresenta às comunidades *queer*. Com esta análise, é do nosso objetivo o término da presente dissertação com a enumeração de algumas notas que possam servir de premissas para um território mais inclusivo.

02 _ METODOLOGIA

A presente dissertação materializa-se em sete capítulos, dos quais a introdução, metodologia e posterior reflexão crítica e fontes de informação são protagonizados pelos capítulos 1, 2, 6 e 7, respetivamente. Os capítulos 3, 4 e 5 representam o corpo do trabalho, onde serão abordadas as componentes teóricas e práticas deste estudo, que iremos apresentar de seguida.

No capítulo 3 - Enquadramento - está presente uma análise histórico, geográfico e político da teoria *queer* e dos movimentos LGBTQ+, tanto no panorama internacional, como nacional. A abordagem metodológica baseia-se, nesta primeira fase, numa análise socio-histórica da relação entre as comunidades *queer* e os territórios que estas ocupam (e, igualmente importante, os que não ocupam), com recurso a fontes bibliográficas, webgráficas, filmes e registos fotográficos e cartográficos. Neste momento inicial é feita uma revisão teórica das origens da teoria *queer* a nível internacional, analisando publicações-chave e movimentos que representam a luta dos direitos LGBTQ+. São abordados, nesta fase, temas como as origens da teoria *queer*, os conceitos sexo-género-sexualidade, a interseccionalidade e a Contra-sexualidade, de Paul B. Preciado.

De seguida, abordamos os momentos históricos ou espaços que se consideram marcos importantes no percurso dos movimentos LGBTQ+, a nível internacional, assim como um enquadramento em Portugal da evolução da comunidade *queer*. Estão neste momento presentes estudos de espaços como Greenwich Village, Stonewall, a Marcha de Orgulho e a cultura Ballroom.

O capítulo 4 - O "Ser urbano" - foca-se na relação destas comunidades com a cidade, onde se abordam questões como o ativismo, centros comunitários, morfologias de comunidades e a importância das sociabilidades para a criação e manutenção de comunidades. Estas temáticas são depois transferidas para o espaço público, onde estão compreendidos temas como a *queerização* do espaço público, segurança urbana e vivências noturnas urbanas.

Admitindo que o espaço contribui para e é parte integrante da construção e afirmação de géneros e sexualidades, na terceira fase procuram-se lugares-territórios que possam ser representativos destes processos, que são representados nos casos de estudo.

No capítulo 5 - Casos de estudo - em registo mais prático, faz-se uma análise de três espaços, que chamamos de Espaço público, Espaço comunitário e Espaço de utopia.

Os casos de estudo selecionados têm como objectivo a análise das espacialidades e vivências *queer* a diversas escalas, começando pela escala da cidade - com o caso de estudo do Porto, passando pelos espaços comunitários, com a análise do Centro Comunitário The Proud Place, e terminando com o espaço semi-privado, protagonizado pelo terceiro caso de estudo, o Planeta Manas. É nosso objetivo entender como se materializam estes espaços *queer*, quais as vantagens da existência de tais espaços na nossa sociedade e urbanização, e quais os desafios e dificuldades que as comunidades enfrentam para encontrar, formalizar e usufruir destas espacialidades.

Pretende-se o desenvolvimento da temática de forma transdisciplinar, aliando o estudo arquitetónico e urbanístico a diversas vertentes das ciências sociais - nas referências bibliográficas deste estudo estão representadas áreas como a sociologia, filosofia, fotografia, cinema, arquitetura e urbanismo.

No presente texto optou-se por não traduzir para português as citações retiradas de referências bibliográfica ou webgráficas, mantendo-as no idioma original, por duas razões: por se considerar que a tradução poderia levar à alteração do conteúdo da citação; por se considerar que os idiomas presentes nas citações representam idiomas de fácil entendimento para os leitores.

Nota:

De forma a garantir um discurso efetivamente inclusivo, optou-se, quando possível, pela implementação da letra -e nas palavras que contenham em si alguma identificação de género, substituindo a letra -a e a letra -o. Como exemplo, as palavras 'arquiteto' ou 'arquitecta', vêm as letras -o e -a substituídas por -e, resultando em '*arquitete*', sendo retirada a carga de género. Esta modalidade será utilizada apenas quando é do nosso objetivo transmitir uma frase de género neutro, mantendo-se a escrita tradicional quando são mencionadas pessoas específicas, onde utilizaremos os devidos pronomes e géneros. Foi preferida a letra -e, e não as outras formas de substituição existentes como -x ou -@, por se considerar que estas últimas podem tornar a leitura mais desafiante, assim como representar desafios para tecnologias de assistência, nomeadamente softwares de leitura de texto e tela, utilizados por pessoas com dificuldades visuais e/ou outras.

03 _ ENQUADRAMENTO

3.1 _ Teoria *Queer*

Origens

O conceito de estudos *queer* aparece pela primeira vez no início da década de 90, cunhado por Teresa de Lauretis na publicação *Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities*. A compilação de ensaios presente nesta publicação apresenta-se como a ultimação de uma conferência, que ocorreu em 1990 na Universidade de Santa Cruz, na Califórnia. Com o objetivo de teorizar sobre sexualidades gay e lésbica, o estudo pretende a reestruturação da noção de homossexualidade, até então vista como transgressiva ou desviante, para uma visão mais humanista, que olha este tipo de sexualidades como naturais ¹.

A década de 1990 viu um aumento significativo de Estudos Gay e Lésbicos nas universidades, proveniente das próprias circunstâncias sociais. O aparecimento de diversos movimentos de direitos humanos (relacionados com sexualidades e identidades), assim como a pandemia da SIDA, já herdada da década anterior num estado avançado, levaram a um esforço comum de diálogo que se começa a observar nos programas de investigação das universidades. Paralelamente a este crescimento, observa-se também o uso mais frequente do termo *queer*, por se considerar que a terminologia até então utilizada poderia ser excludente, no sentido de não representar verdadeiramente todas as sexualidades e identidades que estes estudos se comprometem a abordar. Lauretis escreve sobre a utilização deste conceito, declarando:

"In a sense, the term «Queer Theory» was arrived at in the effort to avoid all of these fine distinctions in our discursive protocols, not to adhere to anyone of the given terms, not to assume their ideological liabilities, but instead to both transgress and transcend them" (Lauretis, 1991:5)

Embora se veja a sua utilização mais frequente a partir do início de 1990, o termo *queer* já era utilizado antes da sua introdução na teoria por Lauretis. A dificuldade de separação dos conceitos de homossexualidade/heterossexualidade ² dos discursos da medicina que olhavam para estas questões de forma patológica, levou à adoção do termo *queer* para se referir a sexualidades que se encontram fora do binário normativo.

¹ Lauretis regeita o conceitos de sexualidades não-heteronormativas como desviantes, defendendo a naturalização de todas as formas de sexualidade, na publicação Lauretis,1991:3

² Conceitos cunhados pelo médico Karoly Benker, em 1869.

"By refusing to crystallise in any specific form, queer maintains a relation of resistance to whatever constitutes the normal." (Jagose, 1996:99)

O conceito pré-apropriação seria utilizado de forma pejorativa, como ofensa ou insulto. Traduzido para português, significa algo que difere, de alguma forma, da norma; algo, ou alguém, considerado excêntrico, não convencional, estranho ³. Com esta carga negativa de significado, começou por ser utilizado como insulto direcionado a pessoas da comunidade LGBTQ+, por se considerar que estas permaneciam à margem do que era normalizado, do binário de género e da heteronormatividade. Na década de 1990, aquando da sua reintrodução na teoria por Lauretis, o termo é reapropriado, adquirindo o significado que conhecemos hoje em dia, redefinindo-o como um termo de carácter positivo, que demonstra o orgulho pela diferença que este significa. O que até então seria utilizado como injúria, passa a ser um símbolo de poder da comunidade LGBTQ+.

"O direito à diferença exige a especificidade sem desvalorização, a alternativa sem culpabilização, a aplicação rigorosa de um imperativo categórico assim enunciado por Boaventura de Sousa Santos: «temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos inferioriza»." (Santos, 2003:339)

Ao contrário de terminologias como homossexual, gay ou lésbica, o termo *queer* não encerra em si nenhuma predisposição de género ou sexualidade, de forma que acaba por se revelar mais inclusivo em comparação com os anteriores. Por se considerar um termo mais abrangente, pela própria definição, na presente dissertação utilizaremos o termo *queer* neste sentido generalizado, que compreende em si as diversas categorias identitárias, tal como afirma Jagose:

"Broadly speaking, queer describes those gestures or analytical models which dramatize incoherencies in the allegedly stable relations between chromosomal sex, gender and sexual desire. Resisting that model of stability — which claims heterosexuality as its origin, when it is more properly its effect — queer focuses on mismatches between sex, gender and desire." (Jagose, 1996:3)

Para além desta terminologia salientamos, também, a sigla completa LGBTQQIP2SAA ⁴ que, por motivos de conveniência, iremos abreviar para LGBTQ+. A sigla, que tem vindo a crescer ao longo do tempo à medida que se vão identificando novos conceitos ou formas de olhar as identidades de género, tenta integrar as categorizações sexuais que, embora já existentes desde sempre, se vão consolidando no quadro teórico e intelectual onde atuam as ideologias de género.

³ Definição retirada do dicionário online Merriam-Webster.

⁴ LGBTQQIP2SAA, significando lésbica, gay, bissexual, transgénero, *queer*, *questioning*, inter-sexo, pansexual, *two-spirit*, andrógino e assexual.

Sexo-género-sexualidade

Ao falar de teoria *queer*, é imprescindível, não só o estudo e análise dos movimentos feministas, como destes três conceitos que estão na génese dos discursos identitários: sexo, género e sexualidade. A luta feminista vê o seu início no final do séc. XIX, e desde então tem vindo a sofrer alterações na génese do seu discurso pelos direitos das mulheres, de forma que se identificam três ondas principais do movimento feminista, com a introdução de uma quarta mais recentemente.

A primeira onda do feminismo, passada desde o fim do séc. XIX até meados do séc. XX, foi de carácter reformista, onde as mulheres, principalmente mulheres brancas de classe média-alta, lutavam pelos seus direitos – com forte incidência no direito ao voto - sendo nesta fase que se insere o movimento sufragista. Embora extremamente importante para os direitos das mulheres, esta onda do feminismo revelou-se exclusiva, pois tratava-se de um feminismo de e para mulheres brancas heterossexuais de classe média-alta, onde as preocupações de mulheres negras e pobres não eram representadas. Nasce aqui então a necessidade de teorias interseccionais, que iremos abordar mais à frente.

A segunda onda, impulsionada pela publicação de Simone de Beauvoir intitulada *O Segundo Sexo*, caracteriza-se pela introdução da desconstrução da ideologia de género, onde Beauvoir defende que este é uma construção cultural, e não algo inerente ao sexo biológico como seriam os discursos até então.

"Para Beauvoir, o género é «construído», mas a sua formulação tem implícito um agente, um cogito, que de algum modo assume ou se apropria desse género e poderia, em princípio, assumir outro. (...) Nada há na sua argumentação que garanta que quem se torna mulher seja necessariamente fêmea." (Butler, 2017:65)

A terceira onda feminista, da década de 1990, define-se como pós-estruturalista, onde se rejeitam os significados fixos ou intrínsecos, símbolos ou instituições, assim como a identificação de objetivos comuns, a padronização. Aqui encontramos os inícios das teorias interseccionais, como é o exemplo do feminismo negro ou do transfeminismo, assim como a aproximação das teorias feministas e teorias *queer*. Apoiadas nos discursos sobre sexo-género-sexualidade feministas, verifica-se uma dinamização e crescente aprofundamento das

teorias *queer*, com o aparecimento de diversas publicações e movimentos de direitos LGBTQ +. Preciado descreve estas teorias, confrontando-as com o paradigma histórico de hegemonia em que se desenvolveram, afirmando que:

“As teorias feminista e *queer* do *fin du siècle* podiam ser descritas como um ajuste de contas com a hipermasculinidade, a supremacia branca e o heterocentrismo das teorias psicanalíticas da sexualidade da Europa Central.” (Preciado, 2019:37)

É nesta terceira onda que estes temas são amplamente abordados por Judith Butler - apontada como um dos nomes mais proeminentes nos estudos feministas e de teoria *queer* - que publica, em 1990, o livro intitulado *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*, uma publicação focada na teoria de género, aparecendo como um grande contributo para as questões *queer*. Nesta publicação, defende a teoria do género enquanto performance/performatividade, rompendo com o paradigma natural-social, e afirmando a separação do sexo e do género, contestando a definição de que a biologia é a causa maior do sexo. Rejeitando esta premissa, afirma que:

“(…) independentemente da intratabilidade biológica que o sexo pareça ter, o género constrói-se culturalmente: por essa razão, o género não é nem resultado casual do sexo nem tão aparentemente fixo quanto o sexo.” (Butler, 2017:62)

Butler argumenta que o género, não sendo uma consequência do sexo, é uma construção social, sobre a qual atua a cultura, que privilegia a heterossexualidade ⁵, e desenvolve-se como um modo de naturalizar o sexo através do discurso. De tal modo, defende que o género advém das relações de poder sociais, da ação das instituições, das práticas e dos discursos, sendo, portanto, performativa, na medida em que só é real quando realizado/performado. A identidade de género é então encarada como uma realidade proveniente de ações repetidas, ao invés de ser a expressão de uma realidade preexistente.

“O género é também o meio discursivo/cultural pelo qual a «natureza sexuada» ou «um sexo natural» se produzem e estabelecem como «pré-discursivos», anteriores à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual atua a cultura” (Butler, 2017:63)

“Nesses termos, «o corpo» surge como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais ou como o instrumento pelo qual uma vontade apropriadora e interpretativa determina um significado cultural para si mesma.” (Butler, 2017:65)

Verifica-se que no pós-modernismo os discursos feministas perspetivam o género de forma anti-essencialista, construcionista social e discursiva, o que significa pensar que o género não está intrínseco à pessoa, mas reside antes na interação e nas relações interpessoais.

⁵ A noção de que o binário de género privilegia a heterossexualidade é algo abordado na publicação Jagose, 1996:83

“Não obstante, a conceção universal de pessoa foi afastada como ponto de partida de uma teoria social do género, pelas posições históricas e antropológicas que entendem o género como relação entre sujeitos socialmente construídos em contextos especificáveis. Este ponto de vista relacional ou contextual sugere que o que a pessoa «é», e de facto o que o género «é», sempre relativo às relações construídas em que é determinado.” (Butler, 2017:68)

O quadro histórico-social em que são desenvolvidas estas teorias revela-se, por vezes, insuficiente para abranger as novas, ou reconfiguradas, ideologias do género. O facto é que estas estão inseridas num contexto social e político que historicamente privilegia a heterossexualidade e a cisgeneriedade, de forma que se tornam essenciais teorias como a de Butler para ampliar o panorama intelectual onde acontecem as reconfigurações de sexo-género-sexualidade. Jagose explica:

“Although *Gender Trouble* is framed most prominently in terms of feminism, one of its most influential achievements is to specify how gender operates as a regulatory construct that privileges heterosexuality and, furthermore, how the deconstruction of normative models of gender legitimates lesbian and gay subject-positions.” (Jagose, 1996:83)

Interseccionalidade

Ainda na década de 1990 começam a emergir, como já referido, as teorias interseccionais, por se considerar imprescindível para as lutas sociais de várias comunidades que, estando sujeitas a diversas formas de opressão, não se vêm totalmente representadas pelos movimentos de direitos sociais existentes. Estes movimentos surgem como causa da incapacidade dos movimentos de direitos sociais *mainstream*⁶ de darem voz a pessoas que sofrem de múltiplas discriminações e, por consequente, de dar resposta a estas formas de opressão múltiplas. De tal modo, a ideologia interseccional apresenta-se como uma categoria teórica que pretende a desconstrução de redes de múltiplas opressões, articulando questões como etnia, género ou classe social.

O feminismo negro surge como primeiro movimento baseado na interseccionalidade, com o objetivo de representar os direitos de todas as mulheres negras, que não se reviam nem no movimento feminista – focado nas causas das mulheres brancas de classe media-alta, ou no movimento antirracista – focado principalmente nas experiências de homens negros. Santos aborda a relação do movimento feminista e do movimento LGBTQ+, afirmando:

“As preocupações que marcam o percurso do movimento feminista português cruzam-se com muitas das reivindicações do movimento LGBT, pelo que ambas as lutas convergem em determinados momentos. É importante considerar que o sistema de opressão – o patriarcado – é comum a ambos, na medida em que impõe modelos estereotipados de homem e de mulher, conferindo a cada um papéis sociais predeterminados em função do género.” (Santos, 2003:360)

O transfeminismo é um outro exemplo de um movimento interseccional, que se caracteriza pela convergência das lutas LGBTQ+ e feminista. As mulheres trans que integram o movimento não se reveem totalmente no movimento feminista, que por vezes se revela transfóbico – veja-se o caso do feminismo radical trans-excluyente (TERF)⁷ – nem no movimento

⁶ Movimentos como o feminismo ou o movimento LGBTQ+, que embora sejam movimentos que pretendem a inclusão de comunidades, podem, por vezes, albergar em si outras formas de exclusão.

⁷ TERF - significando *Tran-exclusionary radical feminism*, é uma ideologia que defende um “feminismo mainstream de base biologizante” (Rodrigues, 2018:47), ou seja, um feminismo que tem como base a cisgeneridade, recorrendo à ferramenta da biologia para a exclusão de todas as identidades não cisgéneras.

LGBTQ+, onde, por vezes, se vê presente um ambiente machista. A real defesa destas mulheres exige a prática da interseccionalidade, através de políticas interseccionais de aliança entre diferentes movimentos de combate às discriminações que enfrentam. Resumidamente,

“A teoria da interseccionalidade pressupõe que as opressões estão inter-relacionadas e que o seu impacto é multiplicativo e não somativo ou aditivo. Baseia-se na ideia de que a interseção dos diferentes eixos de opressão cria concretas e complexas experiências de discriminação (e não apenas a soma de discriminações isoladas).” (Rodrigues, 2018:42)

A presença da interseccionalidade nos movimentos de libertação sexual revela-se, de tal modo, essencial para uma progressão justa e inclusiva dos direitos humanos destas comunidades, onde se deve ter em causa a interseção das diversas redes de opressão, colmatando numa luta feminista, anti-homofóbica, anti-transfóbica, anti-racista, inclusiva, e que tenha em consideração todos estes fatores sociais como etnia, classe social, géneros e identidades.

Destacamos, na abordagem deste tema, o caso de Gisberta Salse, mulher trans, trabalhadora do sexo, imigrante brasileira e seropositiva que foi assassinada no Porto, em 2006, por um grupo de jovens. Este é um caso evidente da atuação das múltiplas discriminações, e que demonstra a tradição transfóbica e racista ainda presente na sociedade portuguesa. O caso de Gisberta não é um caso isolado, sendo que todos os anos continuamos a assistir a este tipo de acontecimentos trágicos, onde mulheres trans, e outras pessoas da comunidade LGBTQ+, são vítimas de agressões – verbais, físicas ou, em casos extremos, de homicídio - provenientes das discriminações a que são sujeitas. O caso de Gisberta, aqui destacado pela exposição mediática que teve e tem vindo a ter, sublinha a necessidade das teorias interseccionais.

A trilogia de conceitos anteriormente mencionada – sexo-gênero-sexualidade - é também abordada por Paul B. Preciado, no seu livro *Manifesto Contra-Sexual*, onde o autor embarca por um caminho de contestação do modelo de sexualidade existente, descrevendo, em forma de manifesto, um novo ponto de vista para abordar a sexualidade, que intitula de Contra-sexualidade. Construindo sobre as teorias de Butler e Foucault sobre gênero, Preciado foca-se na componente da sexualidade para desenvolver o seu discurso. Preciado põe em causa o regime heterocêntrico, rejeitando a normalização das identidades binárias de gênero determinadas historicamente, a favor de uma nova noção de sexualidade, a Contra-sexualidade, termo que utiliza com intenção de resistência.

“O termo contra-sexualidade provém indiretamente de Michel Foucault, para quem a forma mais eficaz de resistência à produção disciplinar da sexualidade nas nossas sociedades liberais não é a luta contra a proibição (como a proposta pelos movimentos de libertação sexual anti-repressivos da década de 1960), mas a contraproduktividade, ou seja, a produção de contraprotocolos e de formas de prazer-saber alternativas das disciplinas do regime sexual moderno.” (Preciado, 2019:57)

A contra-sexualidade é então apresentada como uma alternativa à noção de sexualidade contemporânea, uma tecnologia de resistência⁸ que promove a desconstrução do binário de gênero e enaltece a multiplicidade de sexualidades. No prefácio, escrito por pê feijó, remarca-se esta separação entre sexo e gênero, e enuncia-se a ideologia de Contra-sexualidade da seguinte forma:

“Falar de «homem» e «mulher», tal como de «heterossexualidade» e «homossexualidade», não é então falar de determinações biológicas ou inclinações naturais, mas de narrativas feitas com o corpo. A intensidade monstruosa da contra-sexualidade reside em invadir esta esfera da ficção somática para construir formas de sexo-gênero-sexualidade que se apresentem como disruptivas e contraproducentes, entraves na engrenagem que tanto as incapacita como permite a sua constituição.” (Preciado, 2019:9)

⁸ Preciado apoia-se no conceito de resistência de Michel Foucault de forma a descrever a sua interpretação da contra-sexualidade em Preciado, 2019:57

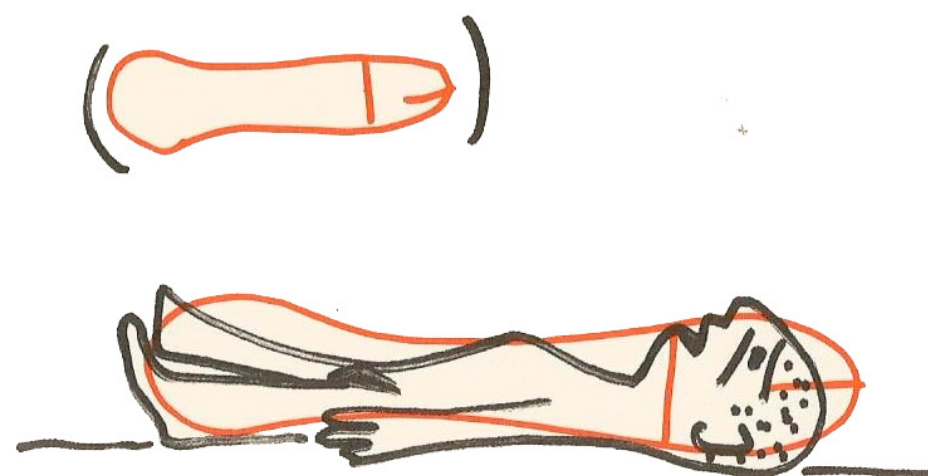


Fig. 2 - Dildo total - Miguel Bonneville

Num tom explicativo deste conceito de Contra-sexualidade, e olhando o corpo - e por consequente, o sexo e a sexualidade - como produção arquitetónica, pô feijo esclarece a forma como a Contra-sexualidade pretende atuar, através de um paradigma de mutação e alteração dos conceitos pré-estabelecidos nos corpos e na sociedade.

“Que os corpos são produções arquitetónicas significa que podemos, a um nível não só comportamental ou relacional, mas também somático, corporal, intervir e hackear o seu design: tornar-nos estrangeiras ao nosso género, desfamiliarizar-nos com os formatos do nosso prazer e com as nossas sexualidades, experimentar um drag somático.” (Preciado, 2019:9)

Nos princípios que regem a Contra-sexualidade, Preciado aborda questões, em formato de artigos, como a «eliminação das denominações masculino e feminino», a utilização de nome sem indicação de género, «a abolição do contrato matrimonial», a universalização de práticas sexuais estigmatizadas, entre outras⁹. No artigo 11, faz uma alusão à arquitetura e ao urbanismo, com uma crítica dissimulada em relação ao espaço privado de reprodução.

“Artigo 11: A sociedade contra-sexual estabelecerá os princípios e uma arquitetura contra-sexual. A conceção e a criação de espaços contra-sexuais basear-se-ão na desconstrução e renegociação da fronteira entre a esfera política e a esfera privada. Esta tarefa implica desconstruir a casa como espaço privado de produção e de reprodução heterocêntrica.” (Preciado, 2019:77-78)

Ainda no contexto da arquitetura, Preciado aborda o corpo como uma conceção que, tal como a arquitetura, pode ser construído, desconstruído e alterado, trazendo para a teoria de género, inovadoramente, as ferramentas ou métodos que geralmente vemos associadas ao design ou a técnicas de construção, tal como enuncia:

“Arquitectos e historiadores do design ajudaram-me a olhar os corpos e as sexualidades como efeitos específicos de técnicas de construção e visuais, designadamente enquadramento, colagem, replicação, imitação, assemblagem, padronização, segmentação, distribuição espacial, montagem, reconstrução, transparência, opacidade, etc. Se a arquitetura é uma tecnologia política para fabricar espaço social então os copos também podem ser percebidos à luz da arquitetura.” (Preciado, 2019:35-36)

Fugindo do discurso formal académico, Preciado opta pela estruturação da sua teoria de forma informal, recorrendo a exemplos concetuais para a explicação da teoria que propõe. De tal modo, a utilização do dildo como ferramenta discursiva e de desconstrução das sexualidades aparece como a materialização exemplar das práticas contra-sexuais que cultiva (Fig. 2). Embora esteja na mesma linha de pensamento de Butler, no que toca à separação das

⁹ Estes princípios servem como mote para o entendimento e categorização da contra-sexualidade, presentes em Preciado, 2019:70-71

esferas do sexo biológico e do género, afirmando que «A identidade sexual não é a expressão instintiva da verdade pré-discursiva da carne, nem o efeito da inscrição das práticas de género no corpo, entendido como uma superfície lisa.» (Preciado, 2019:65), Preciado rejeita a premissa de Butler que afirma que o género é performativo, explicando:

“O erro do chamado feminismo construtivista é ter acreditado na divisão ocidental natureza-cultura, transformando assim o corpo numa matéria informe a que o género viria a dar forma e significado cultural de acordo com a matriz cultural ou histórica. O género não é puramente performativo (quer dizer, um efeito das práticas culturais linguístico-discursivas) como afirmaram alguns leitores de Butler. O género é antes de tudo prostético.” (Preciado, 2019:65)

Justificando esta contraposição ao argumento de Butler, e remetendo a explicação do conceito de género para a dualidade material-imaterial dos corpos, Preciado continua:

“Ou seja, só ocorre na materialidade do corpo. É inteiramente construído e, ao mesmo tempo, puramente orgânico. Dimana das dicotomias metafísicas ocidentais entre corpo e alma, forma e matéria, natureza e cultura, e simultaneamente despedaça-as. O género assemelha-se ao dildo. Ambos vão além da imitação.” (Preciado, 2019:65)

Entendemos que os conceitos de sexo-género-sexualidade têm vindo a ser modificados na forma como são percebidos e aplicados na teoria *queer*. Verifica-se um afastamento das noções tradicionais do género como consequência do sexo biológico e a ampliação do campo teórico onde são entendidas as sexualidades. O binário de género tem vindo a ser desconstruído, sendo substituído por um espectro que integra múltiplos géneros, criando um espaço onde podem ser compreendidas categorizações que previamente se encontravam à margem do binário estabelecido, como é o caso das pessoas não-binárias ou transgénero. Este alargamento do campo teórico também se vê presente no panorama das sexualidades, com a normalização de sexualidades alternativas à até então regente heterossexualidade. Embora estes avanços em âmbito académico-teórico das teorias de género e sexualidade sejam extremamente positivos, existe, no entanto, uma resistência à aplicação dos mesmos na sociedade. A verdade é que ainda vemos presente uma sociedade que privilegia a heterossexualidade, o binário de género, que subestima o papel da mulher, e é causa de diversas opressões, muitas vezes institucionalizadas.

Os estudos *queer* já são uma vertente amplamente estudada nos dias correntes, estando inseridos em diversos programas académicos das ciências sociais, verifica-se, no entanto, que este estudo aliado à arquitetura e urbanismo ainda se encontra numa fase embrionária. De tal modo, parece-nos relevante abordar este cruzamento e trabalhar no âmbito da arquitetura e urbanismo através da lente dos movimentos identitários. As teorias, publicações e autores que foram previamente apresentadas serão a base teórica, o quadro intelectual sobre o qual iremos trabalhar no presente estudo.

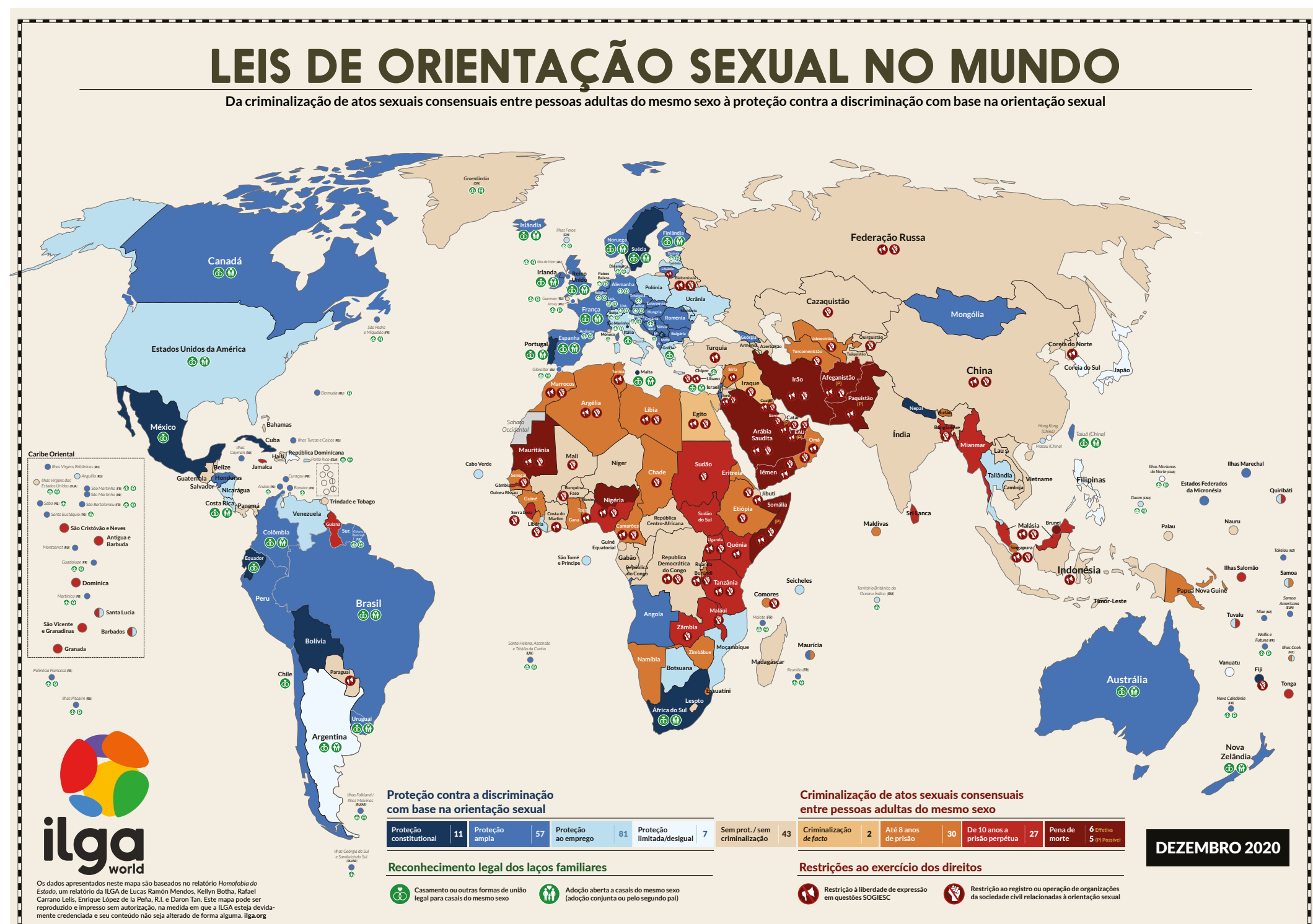


Fig. 3 - Mapa de leis de orientação sexual no mundo, 2020 - ILGA World



Fig. 4 - Mapa de leis de orientação sexual na Europa, 2020 - ILGA World

3.2 _ Momentos e espaços queer

Contextualização

De forma a entender como estes fenómenos ocorrem em espaço urbano é necessária uma contextualização dos direitos LGBTQ+ no mundo, com especial relevância em Portugal. Os dados estatísticos, e conclusões deles retiradas, estão presentes no relatório da ILGA World, *State Sponsored Homophobia 2020* ¹⁰.

Tal como demonstrado na Fig. 3, entendemos que os direitos LGBTQ+ não são homogêneos e transversais em todos os países. Estão na génese desta diferença motivos sociais, religiosos e culturais, que culminam numa multiplicidade de formas de atuar na sociedade e revelam uma clara separação de ideologias a nível global. Segundo este relatório, conclui-se que, dos 193 estados-membros das Nações Unidas, e em relação a atos sexuais consentidos, com pessoas do mesmo sexo, 124 (64%) não criminalizam estes atos, 67 (35%) criminalizam, e 2 (1%) criminalizam *de facto*. Destes dados estatísticos retira-se também que apenas 11 (6%) estados-membros oferecem proteção constitucional contra a discriminação sexual. Os pioneiros na descriminalização – excluindo os países onde nunca foi criminalizado - foram a França e o Haiti (à data sob controlo francês), em 1791.

Em análise geral, conclui-se que a Europa, América e Oceânia são os continentes que integram os países que mais protegem as comunidades *queer*. Por contraste, a maioria dos países africanos e asiáticos caracterizam-se pela inexistência de leis de proteção contra a discriminação sexual ou pela criminalização da homossexualidade, com pena de prisão ou, inclusive, prisão perpétua ou pena de morte em alguns países, concentrados essencialmente no Médio-orientes ¹¹. (Fig. 3)

Este confronto global de ideologias tem uma tradução muito real no quotidiano das comunidades *queer*, influenciando questões de acessibilidade relativas à habitação, saúde ou de acesso incondicional ao espaço público. A inexistência de legislação contra a discriminação com base na orientação sexual e identidades não-normativas tem um impacto direto na vida destas comunidades, pois impossibilita a reunião, organização e progressão das lutas LGBTQ+, resultando numa realidade de isolamento e exclusão, tanto da sociedade em geral,

¹⁰ Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_World_State_Sponsored_Homophobia_report_global_legislation_overview_update_December_2020.pdf
¹¹ Resultado da forte repressão cultural e religiosa presente nestes países.

como das suas próprias comunidades *queer*.

Verifica-se que, a par de Portugal, na proteção contra a discriminação e na proteção de direitos da comunidade *queer*, encontramos a Suécia, Malta e a África do Sul como sendo os únicos estados-membros em que a proteção contra a discriminação é constitucional e existe o reconhecimento legal de casamento de pessoas do mesmo sexo e adoção aberta a casais do mesmo sexo. (Fig. 3)

Em Portugal, os atos sexuais de pessoas do mesmo sexo foram descriminalizados em 1983, com a entrada do Código Penal do ano anterior. Em 2004, na sexta revisão da Constituição entrou em vigor a proibição da discriminação com base na orientação sexual. Esta proteção das comunidades LGBTQ+ foi sendo alargada, vindo a incluir a proteção em instituições educacionais (2012), na habitação (2019) e no emprego (2003 / 2009 ¹²).

Em 2007 foram efetuadas emendas ao código penal, passando a criminalizar o incentivo à discriminação, ódio ou violência com base na orientação sexual, assim como considerar a discriminação por orientação sexual como um fator agravante em crimes de homicídio e violência. Em 2001 são legalizadas as uniões de facto de casais do mesmo sexo e apenas em 2010 é reconhecido o casamento. Em 2016 passa a ser possível a adoção por casais do mesmo sexo, beneficiando de todos os direitos que tinham os casais de sexos opostos ¹³. (Fig. 4)

Os dados estatísticos favorecem a posição de Portugal no quadro global de proteção contra a discriminação com base na orientação sexual, sendo um dos países que mais protege legislativamente a comunidade LGBTQ+, no entanto, existe uma discrepância entre o que é legalmente definido e do que é praticado. Constata-se que ainda existe presente na nossa sociedade uma tradição de homofobia e transfobia. O que observamos ainda é a marginalização destas comunidades. De tal modo, entendemos que – e não desvalorizando o papel legislativo e jurídico – é necessário atuar de forma prática e objetiva nos territórios e nas comunidades, para melhor permitir a sua inclusão na sociedade em geral.

Para além da dicotomia legislativa entre teoria e a prática, relacionada com a proteção contra discriminação com base na orientação sexual, são acrescentadas outras formas de discriminação para muitas pessoas da comunidade *queer*, com base em etnia, nacionalidade, classe social, entre outras componentes sociais. De tal modo, entende-se que, em sobreposição a uma melhor aplicação das leis que já existem em Portugal, é necessário também a atuação de forma interseccional, conjugando as lutas contra as diversas discriminações, para melhor dar resposta às necessidades da comunidade *queer*.

¹² Em 2003, o Código de Trabalho incluía a proteção contra a discriminação com base na orientação sexual em contexto de emprego, no entanto esta lei é posteriormente revogada em 2009, quando é implementado o novo Código de Trabalho.

¹³ Todos os dados estatísticos e datas aqui representadas foram retirados do relatório da ILGA anteriormente referido.

O contexto legislativo e cultural de um dado país influencia diretamente as morfologias e formas de organização das comunidades *queer*: países cujas culturas oprimam as identidades *queer* terão, à partida, comunidades mais fragmentadas, por não existir proteção nem possibilidade de organização e liberdade de expressão.

Nos países onde não existe proteção de identidades *queer*, e que tenham em vigor políticas de restrição à liberdade de expressão e à operação de organizações sociais ligadas aos direitos *queer*, será de esperar que tais comunidades, embora existentes, sejam fundamentalmente distintas de outros países que não tenham tais características. Consequentemente, isto manifesta-se na existência de espaços *queer* igualmente distintos. Nestes casos, os atos de resistência, nas suas diversas conceções, mas com especial destaque nos atos praticados em espaço público, ganham um acrescido significado, por se realizarem num ambiente mais hostil.

Entendemos que a nível global existe uma multiplicidade de formas de abordar as identidades e sexualidades - quer sejam elas sociais, legislativas ou culturais -, originando um mapa global complexo. De tal modo, podemos inferir que os espaços *queer* serão de uma igual complexidade, existindo um leque alargado de tipos de espaços e formas de viver a cidade, enquanto identidade não-normativa. No presente estudo iremos abordar algumas dessas espacialidades, com especial destaque no caso de Portugal.



Fig 5 - Fotografia aérea Greenwich Village, 1921
Fairchild Aerial Camera Corporation



Fig 6 - Fotografia aérea zona sul de Manhattan, 1921 - Fairchild Aerial Camera Corporation

Greenwich Village

Os avanços dos estudos *queer* e dos movimentos LGBTQ+ no âmbito teórico ou acadêmico são um espelho da realidade social que acontece em espaço físico. De tal modo, é imprescindível o estudo de tais espaços, assim como os registros de momentos e/ou realidades, nos seus mais diversos formatos. Denota-se a importância do espaço público, pois é aí que acontecem os atos de resistência de maior escala e impacto na sociedade, como é o caso de protestos, manifestações e apropriações. Salientaremos espaços que foram protagonistas destes movimentos, assim como momentos, pessoas e comunidades, que são representativas das lutas LGBTQ+ ao longo do tempo. Greenwich Village é um exemplo de um espaço de resistência *queer*, inicialmente em prática de forma informal, e posteriormente oficializado. Trata-se de um quarteirão na zona sudoeste de Manhattan, com uma forte presença histórica de comunidades *queer*. (Fig 5)

"Just as the Village's population rose and fell over the decades and centuries, so did its reputation as a bohemian quarter. (It was the Village's reputation for unconventional lifestyles that first attracted gay people to the area around the turn of the century, as the sensed that a place known for wide tolerance might even accept sexual nonconformists)." (Carter, 2004:7)

Na década de 1960 este quarteirão já era um epicentro da comunidade *queer*, integrando pessoas de diversas experiências e antecedentes de marginalização ¹⁴. Por volta das décadas de 1910 e 1920, o quarteirão viu uma mudança demográfica que contribuiu para a *queerização* do espaço. Historicamente, Greewich Village era uma zona periférica aos limites da cidade à data, sendo essencialmente habitado por pessoas de classe alta. Este paradigma alterou-se com o crescimento da malha urbana, sendo, após o êxodo das classes altas, habitado pela comunidade de imigrantes italianos da classe operária e, posteriormente, comunidades boêmias de artistas, escritores, entre outros.

Estas mudanças demográficas tiveram consequências nas dinâmicas do quarteirão, de forma que nas décadas de 1910 e 1920 atraíam comunidades *queer*, quer pela existência

¹⁴ Muitas destas pessoas eram jovens LGBTQ+ com histórias de expulsão ou fuga das suas casas por causa da sua orientação sexual, fenómeno que esteve na base da criação da cultura *Ballroom*, no bairro de Harlem.



Fig. 7 - Cais 45 do Rio Hudson, 1982 - Frank Hallam



Fig. 8 - Cais do Rio Hudson - Stanley Stellar

de um ambiente boémio não-conformista e, de certa forma, mais inclusivo, quer pelos baixos custos da habitação ¹⁵.

"The development of a gay enclave resulted from the expansion and reorganization of the Village community during World War I and the postwar years, the loss of the intimacy and small scale of the Village as it was integrated into the city as a whole, and the development of a speakeasy demimonde in which gay locales might develop." (Chauncey, 1994: 232)

A implementação destas comunidades *queer* em Greenwich Village não aconteceu sem desafios. No início do séc. XX, tal como o demonstra a Fig. 5, seriam escassos os espaços públicos de permanência, como jardins e praças, no quarteirão da Village. Esta falta de espaços públicos, aliada ao volume crescente de pessoas que chegava a este bairro, levou à apropriação por parte da comunidade dos cais abandonados no rio Hudson, a oeste de Manhattan, nascendo um local de concentração LGBTQ+ com um carácter utópico. À data, a zona ribeirinha de Greenwich Village estava repleta de cais de embarque por causa da forte tradição de indústria marítima de Nova Iorque. A partir da década de 1960 os cais começaram a ser abandonados, consequência do crescimento da indústria aeronáutica e de próprias mudanças na logística da indústria marítima. Esta situação levou à negligência destes espaços ribeirinhos, que resultou no abandono desta área. (Fig. 6)

Na dificuldade do uso do espaço da cidade de forma incondicional, e estando estas comunidades *queer* marginalizadas e isoladas dos locais de centralidade da cidade, as comunidades convergiram para estes locais abandonados e construíram um espaço ou um ambiente coletivo caracterizado pela libertação sexual e identitária (Fig. 7). A atividade *queer* nestes espaços apropriados não se restringia apenas a momentos de lazer, embora fossem uma grande parte da apropriação. Para além de servirem como espaço de congregação ou para *cruising* ¹⁶, estes espaços eram também utilizados como oficina ou atelier informal, com a presença de instalações artísticas, murais, performances e uma grande cultura da fotografia que regista estas atividades ao longo das décadas ¹⁷ (Fig. 8).

Esta realidade começa a ser alterada na década de 1980, com a pandemia da SIDA e o planeamento de uma intervenção urbanística na zona. Esta intervenção neste espaço público poderia ter sido um avanço extremamente positivo para a comunidade *queer*, se esse planeamento tivesse em atenção a presença e necessidades desta cultura *queer* neste espaço. De forma contrária, a intervenção não incluiu no seu planeamento estas componentes sociais complexas, de forma que a sua implementação resultou numa fragmentação do tecido social e das práticas *queer* que ali tomavam lugar (Fig. 7). Este é um bom exemplo prático

¹⁵ O estabelecimento das comunidades *queer* em Greenwich Village foi influenciado por diversas questões demográficas, geográficas, económicas e de vivências urbanas, que são apresentadas em Chauncey, 1994:228

¹⁶ *Cruising* – ato de procura por parceiro sexual, em espaços públicos específicos chamados de *cruising grounds*. Caracterizado por serem atos anónimos.

¹⁷ Disponível em: <https://www.nyclgbtsites.org/site/greenwich-village-waterfront/>

da influência da arquitetura e urbanismo no território e nas comunidades que nele habitam, demonstrando que o planeamento puramente urbanístico, sem conciliar as componentes humanas e sociais, pode ter resultados negativos e duradouros. Esta comunidade, que durante décadas chamou casa aos cais no Rio Hudson, era agora desmaterializada como causa de um planeamento ineficaz e discriminador.

A noção de resistência já estava presente antes das comunidades *queer* se estabelecerem no quarteirão de Greenwich Village. Quando se analisam as características urbanas do quarteirão da Village é evidente as diferenças em relação à malha urbana rígida presente na cidade (Fig. 5 e 6). Isto acontece como consequência de um ato de resistência da comunidade que ocupava este espaço no início do séc. XIX, aquando da tentativa de implementar a grelha urbana em todo o território de Manhattan. Carter descreve este acontecimento, explicando:

"When an attempt was made in 1817 to impose a grid plan on all of Manhattan's streets, the citizens of Greenwich Village successfully resisted the plan and the Village became the only part of Manhattan north of the Wall Street area where the new street plan was not implemented. This resistance shows that the Villagers' sense of their community as a unique place and their resistance to conformity have deep roots."
(Carter, 2004:9)

Evidentemente que as comunidades que protagonizaram a resistência do séc. XIX não seriam as mesmas que viriam a representar a resistência *queer*, cerca de um século depois, no entanto é interessante constatar que a Greenwich Village representa um local geográfico que viu acontecer movimentos de resistência de génese e tempos distintos.

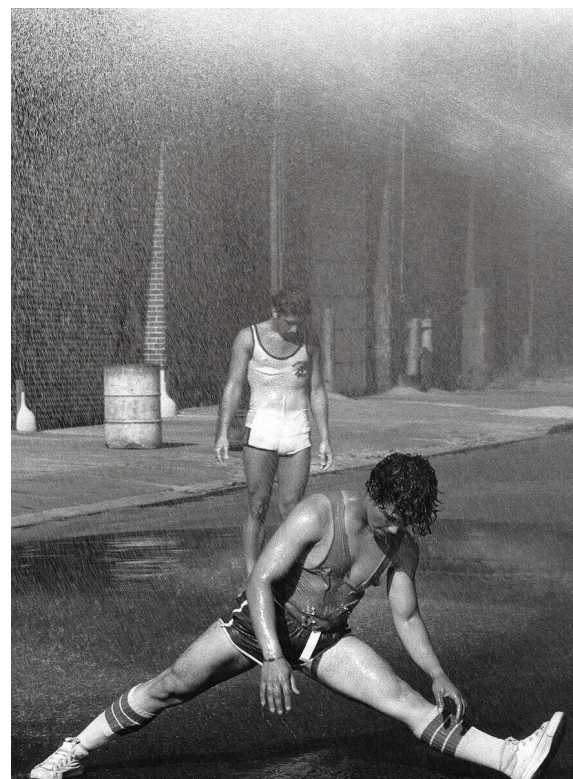


Fig. 9 - Sunday Spray, 1980 - Stanley Stellar

Stonewall



Fig. 10 - Fotografia edifício do Stonewall Inn, 1975

A relevância de Greenwich Village como local de movimentos de resistência *queer* não se fica apenas pelas comunidades e acontecimentos até aqui explanados. A existência de comunidades *queer* implica um transbordo do seu espaço de ação para além dos seus limites domésticos, vindo a influenciar a atividade urbana e o espaço público onde se insere. Esta influência no espaço urbano materializa-se através da sedimentação de dinâmicas sociais *queer* que acontecem nessa mesma urbanização, ou seja, todas as ações e interações sociais representam uma forma de influência - umas mais que outras - no espaço urbano. Um exemplo de tal influência é a apropriação dos cais ribeirinhos da zona de Greenwich Village - a existência de uma comunidade *queer* neste espaço implica a existência de dinâmicas sociais, que por sua vez influenciam o espaço onde são realizadas.

E, pensando de forma contrária, a predefinição do próprio espaço urbano influencia a forma como vivem e se organizam as comunidades. Para exemplificar, podemos trazer de novo o caso dos cais de Greenwich Village - a apropriação destes cais foi possível devido à própria existência dos cais, assim como o facto de se encontrarem abandonados. Ou seja, a apropriação aconteceu porque, por um lado, existia a necessidade de um espaço por parte da comunidade e, de forma contrária, porque já existia um espaço urbano que pudesse albergar tais necessidades. Como exemplo de um espaço que representa esta influência *queer* na cidade, e na sociedade, abordamos o caso de Stonewall, localizado em Greenwich Village.

O motim de Stonewall é mundialmente conhecido como um dos principais momentos catalisadores de resistência *queer*. O motim começou no bar Stonewall Inn, de onde retira o seu nome, localizado nos números 51 e 53 da Christopher Street, e alastrou-se posteriormente às ruas adjacentes ao estabelecimento. O edifício que alberga o Stonewall Inn foi construído no séc. XIX, inicialmente utilizado como estábulos, passando posteriormente a albergar uma padaria. Em 1934 é inaugurado o bar-restaurant com o nome Stonewall Inn que permanece em funções até 1964, quando o interior foi destruído por um incêndio ¹⁸ (Fig. 10). Em 1967 reabre como um club privado sob gerência da mafia, como já seria comum com este tipo de

¹⁸ Existente desde o séc XIX, o edifício do Stonewall passou por várias fases e usos do espaço, e resistiu às inúmeras alterações urbanas, garantindo uma forte presença histórica na zona de Greenwich Village. Esta informação referente às fases do espaço estão disponíveis em: <https://www.nyclgbt-sites.org/site/stonewall-inn-christopher-park/>

estabelecimentos.

"The original Stonewall Inn was a gay bar that, like virtually all gay bars since the 1930s, was operated by, or with some, Mafia involvement. Starting in 1934, after the end of Prohibition, the New York State Liquor Authority regulated liquor licences, which prohibited the serving of alcohol in «disorderly» establishments. The presence of gay people was considered de facto disorderly. This led to routine police raids of gay bars and clubs." (NYC LGBT Historic Sites Project) ¹⁹

Na madrugada de 28 de junho de 1969, como já era frequente, a polícia entrou no estabelecimento, no entanto foi recebida com uma forte resistência por parte da comunidade. Após as incessantes incursões da polícia, e cansada de ver os seus membros a serem detidos e abusados pelas autoridades, num momento de desespero e coragem coletiva, a comunidade não se deixou submeter aos abusos de autoridade e lutaram contra a situação discriminatória. A situação escalou e prolongou-se no tempo, havendo tumultos durante os 6 dias seguintes. As ruas e espaços públicos adjacentes ao estabelecimento tornaram-se palco de confrontos físicos entre a comunidade LGBTQ+ e a polícia e, acima de tudo, palco de uma demonstração de resistência queer. Este momento não foi o primeiro caso de resistência queer, no entanto revelou-se como essencial pois desencadeou uma resposta em massa da comunidade LGBTQ+ que se espalhou pelos Estados Unidos e globalmente ²⁰.

"We would dance, my lover and I. The next thing we know, the lights came on and... Hey, we're being raided. Queens started being filed out and being put into police cars, and guns had been drawn. Molotov cocktails were flying. And I'm like, «Oh my God, the revolution is here. Thank God.». You've been treating us like shit all these years? Now it's our turn. I mean, there was a lot of bloodshed that night. And the movement started the next day." (Riviera, The death and life of Marsha P. Johnson, 2017: min 17)

Em 1999, Stonewall integrou o *National Register of Historic Places* dos Estados Unidos, sendo o primeiro espaço LGBTQ+ a integrar esta lista. Em 2016 foi estabelecido o *Stonewall National Monument*, que integra o edifício do Stonewall Inn, assim como o espaço público a este adjacente, como o Christopher Park diretamente em frente ao estabelecimento, onde ocorreram os confrontos de 1969. ²¹ (Fig. 11)

Desde então o Christopher Park e as ruas nas suas imediações consideram-se um espaço de resistência queer, sendo até aos dias de hoje palco de inúmeras demonstrações e atuando como marco geográfico principal nas questões queer. Começa-se, de tal modo, a

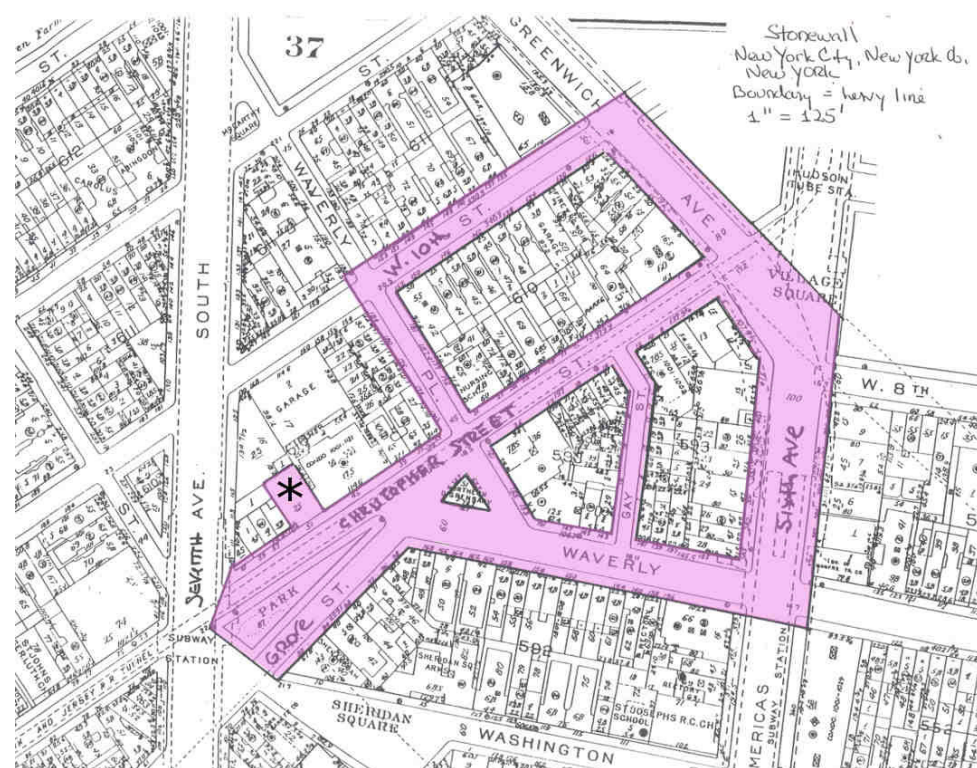


Fig. 11 - Mapa da área de Stonewall integre no National Register of Historic Places, 1999
O edifício do Stonewall Inn encontra-se representado pelo símbolo *

¹⁹ Disponível em: <https://www.nyclgbtsites.org/site/stonewall-inn-christopher-park/>

²⁰ *ibidem*.

²¹ O documento presidencial de proclamação desta área-monumento encontra-se disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2016/06/29/2016-15536/establishment-of-the-stonewall-national-monument>

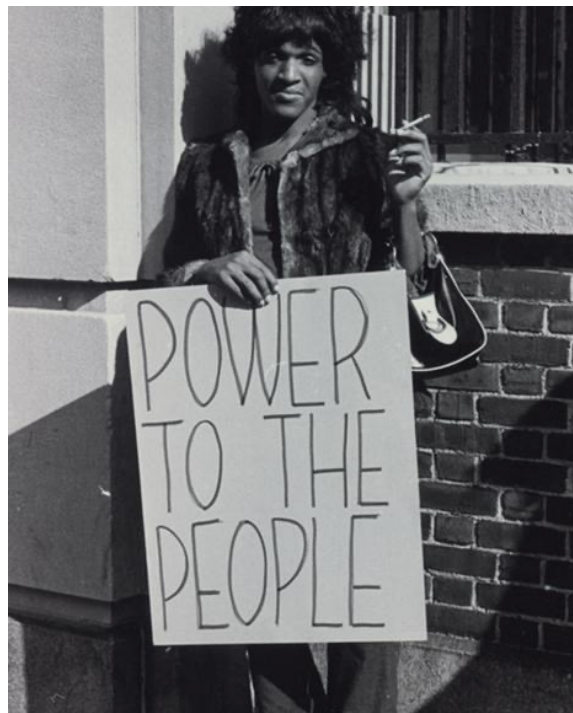


Fig. 12 - Marsha P. Johnson, 1968-75 - Diana Davies



Fig. 13 - Sylvia Rivera numa manifestação da organização STAR

entender a importância do espaço público e das sociabilidades em meio urbano para a luta e afirmação de identidades.

Ao abordar o movimento de libertação sexual nos Estados Unidos, é imprescindível a referência às ativistas Marsha P. Johnson e a Sylvia Rivera. O nome destas duas mulheres trans está intimamente ligado com o motim de Stonewall, assim como com o próprio movimento de libertação sexual de Nova Iorque. Verifica-se que a comunidade trans estava na vanguarda dos movimentos de libertação sexual, no entanto, via-se presente uma realidade de exclusão das identidades trans na luta mais abrangente gay e lésbica.

Como resposta a esta exclusão por parte dos movimentos gay e lésbico *mainstream*, Marsha e Sylvia fundam, em 1970, a organização STAR (*Street Transvestite Action Revolutionaries*) de forma a protagonizar a luta da comunidade trans (Fig. 13). Este movimento contava com uma casa-abrigo gerida pelas duas ativistas que acolhia pessoas trans em situação de sem-abrigo. A ideia de casa-abrigo começa então a desenvolver-se, nascida da necessidade de albergar inúmeros jovens LGBTQ+ que fugiram ou eram expulsos de casa pelas famílias biológicas. A acrescer à situação de sem-abrigo, a dificuldade de arranjar emprego é enaltecida pela tradição discriminatória nos locais de trabalho, e obrigava muitas vezes estas pessoas a entrarem na prostituição ou outras atividades ilegais. Tudo isto contribuía, de forma cíclica, para a marginalização destes jovens.

Marsha P. Johnson aparece como uma das pioneiras na resistência *queer* e da luta pelos direitos LGBTQ+, tanto nos Estados Unidos como internacionalmente (Fig. 12). O seu apoio às causas foi de tal modo relevante que Marsha era conhecida internacionalmente como uma das fundadoras do movimento de libertação sexual. Marsha foi encontrada morta a 6 de julho de 1992 no cais de Christopher Street, onde posteriormente viria a ser instalado um memorial com nome homónimo da ativista. Passados quase 30 anos, por incompetência ou falta de vontade por parte das autoridades, a causa de morte ainda não foi apurada e o caso foi arquivado ²². A confluência de todos estes momentos e usos do espaço garantem a Greenwich Village um estatuto de espaço de resistência.

²² O processo jurídico é amplamente apresentado e acompanhado no filme-documentário France, D. (2017) *The death and life of Marsha P. Johnson* (filme). Public Square Films.

Marcha de Orgulho

O motim de Stonewall marca o início das lutas globalizadas dos direitos LGBTQ+. Esta demonstração de ativismo em espaço público serviu de mote para as demonstrações consequentes dos movimentos LGBTQ+, que ganharam ímpeto nos Estados Unidos. Os movimentos organizados nesta década revelaram-se extremamente importantes, tanto pela contextualização social, assim como pela tentativa de resposta à pandemia da SIDA. Estes dois pontos têm como consequência a criação de diversos grupos, organizações e movimentos, donde destacamos algumas organizações como *Act Up* (diretamente ligado à pandemia da SIDA), *Queer Nation* e *Gay Liberation Front*.

Em 1970, no ano seguinte a Stonewall, realiza-se a primeira Marcha de Orgulho, em Nova Iorque, à data intitulada de *Christopher Street Gay Liberation Day* (Fig. 14). A par da demonstração em Nova Iorque, nesse mesmo ano, Chicago, Los Angeles e San Francisco também receberam as suas respetivas marchas. Esta modalidade de ativismo rapidamente se alastra a nível global, com a introdução de marchas em diversos países, incluindo Portugal, que viu a sua primeira marcha em espaço público acontecer em junho de 2000. Embora esta data determine a primeira marcha em espaço efetivamente público em Portugal, previamente já teriam acontecido outros eventos de carácter semelhante, pela primeira vez em 1995, com a comemoração pública do Dia de Orgulho na discoteca Climax, em Lisboa – primeira celebração do motim de Stonewall em Portugal -, e posteriormente o primeiro Arraial de Orgulho, em 1997, organizado pela ILGA Portugal²³. A Marcha de Orgulho, também chamada apenas de Pride, acontece geralmente no mês de junho, no aniversário dos motins de Stonewall.

Os percursos da marcha em cada cidade não são arbitrários, existindo uma lógica na escolha dos espaços por onde passa a mesma. Geralmente, são escolhidas ruas e praças que tenham qualidades espaciais que permitam a aglomeração de um grande número de pessoas, assim como espaços que tenham alguma importância social e/ou política - como ruas ou praças historicamente relevantes ou espaços administrativos tais como câmaras municipais ou parlamentos.

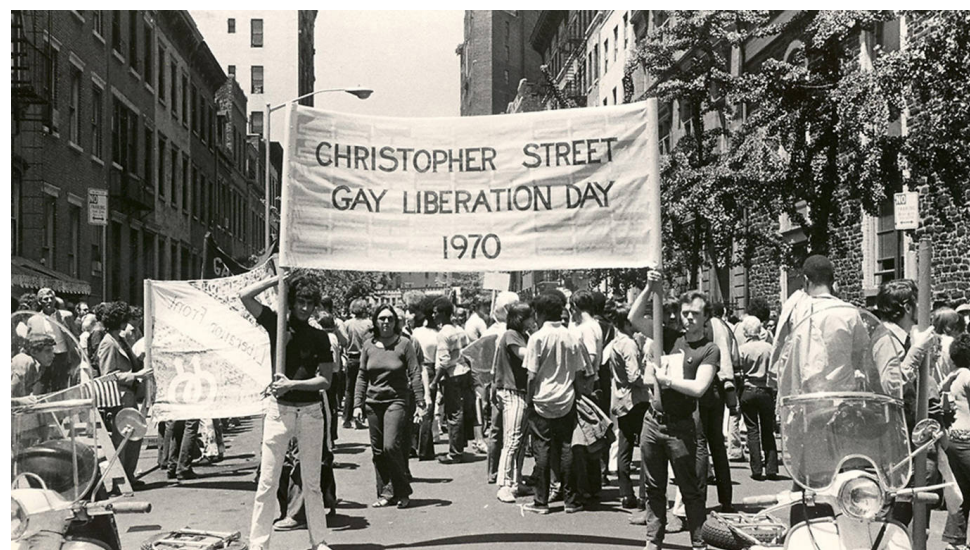


Fig. 14 - Christopher Street Gay Liberation Day, Nova Iorque, 1970

²³ ILGA – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo. Disponível em: <https://ilga-portugal.pt/>

As duas razões que fundamentam esta lógica de organização do percurso são, por um lado, a questão logística de ser possível acomodar um grande volume de pessoas, não comprometendo a segurança das mesmas, e por outro, a questão da representatividade e visibilidade, com a escolha de espaços nobres das cidades que naturalmente evidenciem a causa. Esta lógica de percursos não é exclusiva da Marcha de Orgulho, sendo utilizada por praticamente todas as demonstrações sociais em espaço público. O objetivo fundamental de uma demonstração é esse grupo social ser visto e ouvido pelos poderes que governam a cidade e a sociedade, daí a escolha desses locais simbólicos.

Olhando o exemplo do Porto, a Marcha de Orgulho tem um percurso que aplica esta lógica, sendo o percurso iniciado na Praça da República (espaço simbólico), seguindo pela Rua Gonçalo Cristóvão, passando pela Rua de Santa Catarina (questão da visibilidade), Rua de Passos Manuel e com término na Avenida dos Aliados (representando o espaço de representatividade e visibilidade por ser ocupado pela Câmara Municipal). Este é o percurso habitual, salvo a exceção do ano de 2022 em que se iniciou na Praça da República, descendo a Rua da Boavista, passando na Rua de Cedofeita e terminando no Jardim da Cordoaria.

A marcha é muito mais que apenas uma festa *queer*. É uma demonstração da presença e força da comunidade *queer*, é uma forma de memória de todas as pessoas, movimentos e organizações que lutaram pelos direitos LGBTQ+, é a representação de todos os objetivos que ainda faltam atingir a nível de direitos LGBTQ+, e, acima de tudo, uma demonstração de orgulho na diferença e nas diversas sexualidades e identidades dos seus integrantes. (Fig. 15) Atualmente são efetuadas Marchas de Orgulho em diversas cidades portuguesas, sendo que das 18 capitais de distritos portuguesas, 12 delas contam com uma marcha anual, assim como nas regiões autónomas da Madeira e Açores.



Fig. 15 - Marcha de Orgulho, Londres, 2022

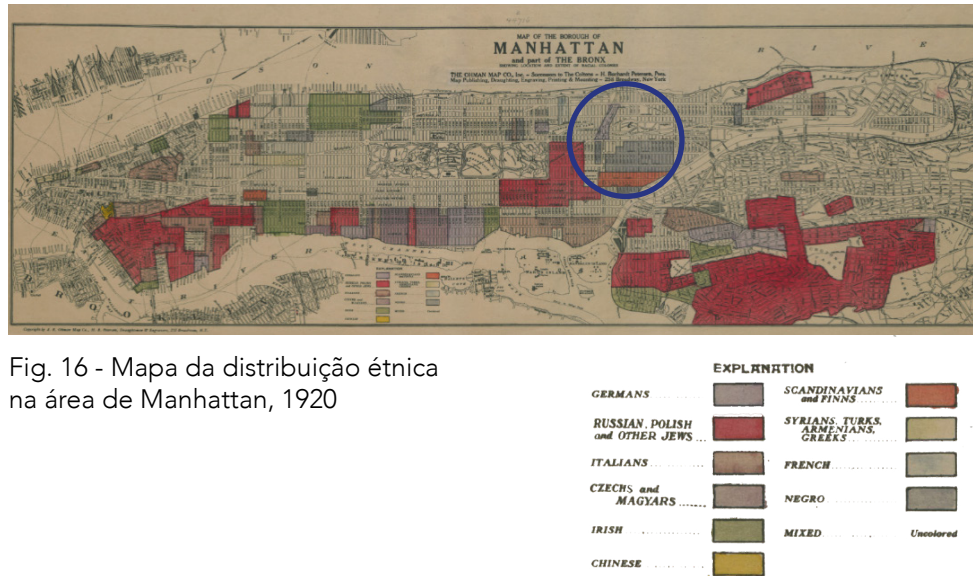


Fig. 16 - Mapa da distribuição étnica na área de Manhattan, 1920



Fig. 17 - Fotografia aérea zona norte de Manhattan, 1921 - Fairchild Aerial Camera Corporation

Pela análise histórica até então efetuada é evidente a importância do sentido de comunidade para estas pessoas marginalizadas. A presença e ação destas comunidades na sociedade originam subculturas extremamente ricas que necessitam de espaço para se estabelecerem e progredirem. A impossibilidade de acesso ao espaço implica uma dificuldade acrescida para estas comunidades de se organizarem e criarem redes essenciais de apoio mútuo, especialmente dado a falta de apoio por parte de instituições governamentais, que representam a própria sociedade que tutelam. Como exemplo destes grupos organizados que originam uma comunidade temos a comunidade *Ballroom* dos Estados Unidos.

Esta cultura vê o seu início na década de 1970 em Harlem (Fig. 17), um bairro no norte de Manhattan, detentor, à data, de um grande número de pessoas negras e latinas. Como consequência da Grande Migração Afro-americana ²⁴, inúmeras comunidades de pessoas de cor estabeleceram-se nas principais cidades dos estados do norte. Embora nestes estados existissem mais direitos para pessoas de cor, continuava presente uma realidade de exclusão, o que originava enclaves em bairros específicos, como é o caso de Harlem ²⁵ (Fig. 16). Esta confluência de comunidades negras e latinas para Harlem originou um movimento social e artístico, entre os anos 1920 e 1930, que viria a ser chamado a *Harlem Renaissance*, onde se viu um renascer da cultura Afro-americana nas áreas da arte - como música, arte, moda, literatura, teatro - assim como a nível político e social ²⁶.

Como consequência deste fluxo migratório, Harlem contava com uma comunidade *queer* que rivalizava em números com a comunidade de Greenwich Village, e caracterizava-se por um ambiente tão ou mais libertário que a Village. Ao contrário das comunidades maioritariamente brancas de Greenwich Village, as comunidades *queer* de Harlem estavam sujeitas a discriminações múltiplas, que tinham na sua génese questões como etnia, classe social, orientação sexual e identidade.

²⁴ Grande Migração Afro-Americana - quando cerca de 6 milhões de Afro-americanos migraram do sul dos Estados Unidos, onde estava em vigor a lei de Jim Crow que efetivava a segregação racial, para os estados do norte onde tal lei não se aplicava.

²⁵ Chauncey, 1994:245

²⁶ Informação disponível em <https://www.nyclgbtsites.org/theme/the-harlem-renaissance/>



Fig. 18 - House of LaBeija, 1989 - Chantal Regnault



Fig. 20 - Modavia LaBeija, Octavia Saint Laurent, Carmen Xtravaganza, 1990 - Chantal Regnault



Fig. 19 - Octavia Saint Laurent, 1989 - Chantal Regnault



Fig. 21 - Willie Ninja, 1989 - Chantal Regnault

A atuação destas redes de opressão na comunidade *queer* de Harlem representava uma dificuldade acrescida para a vida destas pessoas, assim como para a sua própria organização e mobilização. Não obstante, desenvolveu-se uma forte comunidade e redes de apoio, como explica Chauncey:

"Denied access to most of the segregated restaurants and speakeasies white gay men patronized elsewhere in New York, they built an extensive gay world in their own community, which in many respects surpassed the Village's in scope, visibility, and boldness. The Village's most flamboyant homosexuals wore long hair; Harlem's wore long dresses." (Chauncey, 1994:244)

A cultura *Ballroom* de Harlem nasceu, tal como outras variadas subculturas, da impossibilidade de pessoas de cor e pessoas trans integrarem a cultura *mainstream* de Bailes, essencialmente dominada por pessoas brancas (Fig. 23). Esta exclusão levou à organização das comunidades e à criação de redes de apoio informais, que estão na base da cultura *Ballroom*.

Um *Ball* é essencialmente um momento de congregação da comunidade *queer*, onde os membros - ou as *Houses* (casas, famílias) - competem entre si, onde o objetivo supremo é atingir estatuto de *Legendary*²⁷. Existem variadas categorias de performance, como a dança - onde é explorada a expressão artística que é o *voguing*²⁸ (Fig. 21)- a moda - onde as pessoas são avaliadas com base no vestuário e na atitude com que se apresentam - ou outras categorias relacionadas com imagética de corpo, beleza, etc. Nas palavras de Pepper LaBeija:

"Those balls are more or less like our fantasy of being a superstar. You know, like the oscars or whatever. Or being on a runway as a model. You know, a lot of those kids that are in the balls, they don't have two of nothing. Some of them don't even eat. (...) But they'll go out and they'll steal something and get dressed up and come to a ball for that one night and live the fantasy." (LaBeija, Paris is Burning, 1990: min 6)

A influência desta cultura não se restringia, no entanto, a este espaço de congregação. Dado o elevado número de pessoas *queer* em situação de sem-abrigo, começaram a ser criadas redes de apoio sobre a forma de *Houses* (casas-abrigo) (Fig 18). As pessoas que fundam as casas, intituladas de mães e pais, acolhem os jovens LGBTQ+ e competem no baile como uma família. Esta organização informal da comunidade, e as consequências positivas que daqui advieram, como acesso a habitação, foi essencial para a progressão desta cultura e da própria comunidade. (Fig. 17,18,19,20)

²⁷ *Legendary* - termo de *Ballroom* que caracteriza uma pessoa que atingiu o estatuto lendário, um(a) ícone da comunidade. É o equivalente, na comunidade, a ganhar um Oscar.

²⁸ *Vogue* - tipo de dança, desenvolvida pelas comunidades *Ballroom*, que retira influências das poses das modelos das revistas de moda, como a revista *Vogue*, donde retira o seu nome.

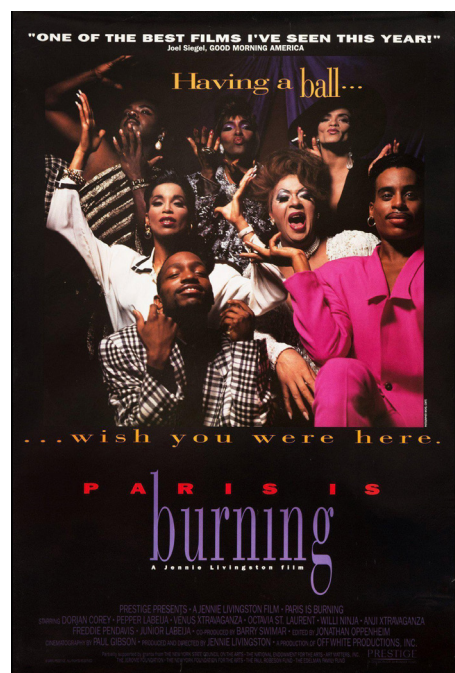


Fig. 22 - Poster do filme *Paris is Burning*, 1990



Fig. 23 - Imperial Lodge of Elks, 2018 - Eric K. Washington

"A house? (...) They're families. You can say that for a lot of children who don't have families. But this is a new meaning of family (...) it's a question of a group of human beings in a mutual bond." (Paris is Burning, 1990: min 24.45)

Salientam-se dois momentos, ambos no ano de 1990 de exposição mediática que deram ao mundo a conhecer esta cultura, extremamente rica. Apontamos estes dois momentos e comentamos criticamente o seu papel e as consequências na comunidade em questão.

Abordamos o lançamento da música *Vogue* da artista Madonna, integrada no álbum *I'm Breathless*. A artista inspira-se na cultura *Ballroom* e na dança por esta desenvolvida, *vogue*. Criticamente, podemos problematizar esta música como uma apropriação negativa de uma pessoa branca, de uma cultura *underground*, composta essencialmente por pessoas negras e latinas. Desviando-nos da componente ética, o facto é que a música trouxe extensa visibilidade da cultura *Ballroom* ao público, elevando a representatividade desta cultura na sociedade em geral.

No caso do filme documentário *Paris is Burning*, da autoria de Jennie Livingston (Fig 22), documenta-se a cultura *Ballroom*, na década de 1980, e a sua comunidade, com registos em formato vídeo das práticas, vivências e costumes da comunidade, recorrendo a entrevistas a várias *membres* da cultura. Se por um lado este momento revela-se importante pois eleva a visibilidade da comunidade na sociedade em geral e valoriza através da representatividade a cultura, por outro critica-se a forma de atuação ou as consequências diretas para a comunidade deste projeto. O filme recebeu vários prémios, incluindo o do Sundance Film Festival de 1991, na categoria de documentário, no entanto *es membres* da comunidade integrantes no projeto não receberam qualquer tipo de retribuição ou valorização. Esta capitalização de uma cultura, sem a existência de compensação justa, quer seja monetária ou de apoio à comunidade, representa uma problemática que abrange várias áreas sociais com consequências negativas para as comunidades em questão.

Entendemos que estes dois exemplos demonstram a tradição estabelecida na sociedade em geral, de apropriação por parte de pessoas ou comunidades brancas, das culturas e costumes das comunidades negras, problemática que tem vindo a ser amplamente debatida no campo teórico-prático das teorias *queer*. Atualmente a cultura *Ballroom* vê-se representada globalmente, estando também presente em Portugal. O *Ballroom* foi introduzido recentemente pela organização PT Vogue Chapter, um par de artistas baseadas em Portugal, contando com festas, workshops e debates relacionados com a cultura *Ballroom* e vivências *queer*.

04 _ O "SER URBANO"

4.1 _ As comunidades _ Sociabilidades como catalisador

Ativismo

De forma a entender as influências da comunidade no espaço urbano, e, pelo contrário, a influência do espaço urbano nas comunidades, é necessária a conciliação do estudo social com o contexto territorial onde tais interações acontecem.

A primeira interação comunidade-espaço urbano que iremos abordar é o ativismo *queer* em espaço público (Fig. 24). A ideia de comunidade ativista difere um pouco do sentido mais generalizado e estabelecido de comunidade. Caracteriza-se por ser a congregação de várias comunidades e movimentos em espaço público, para a manifestação de vontades e desejos ou como forma de protesto. É neste sentido que encontramos a ideia de comunidade numa conceção mais abrangente, pois não encerra em si uma especificidade geográfica, nem uma área de atuação específica. Nesta conceção de comunidade, que podemos talvez considerar como temporária, existe uma aproximação de pessoas e comunidades que podem não ter contacto diário entre si, mas que num momento de demonstração pública se organizam e concentram num mesmo espaço. Um destes exemplos é a Marcha de Orgulho, que conta com a participação de diversos movimentos, nomeadamente relacionados com lutas feministas, antirracistas e outras comunidades de minorias.

A apropriação do espaço urbano, através de processos relacionados com o ativismo, garante uma multiplicidade de formas de atuar no território, quer sejam elas temporárias – como manifestações, marchas, celebrações – ou de carácter mais definitivo – como a criação de centros comunitários *queer* ou até performances urbanas e arte de rua. Embora a génese e forma de atuar no território se revelem distintas, existem pontos comuns neste tipo de apropriações do espaço urbano. Um exemplo que foi essencial nos inícios dos movimentos *queer* está relacionado com a visibilidade e representatividades de identidades *queer* no mundo social e político. Estes mecanismos de apropriação do espaço remetem, em última instância, para a progressão dos valores e objetivos traçados pelos movimentos *queer*.

A importância das primeiras manifestações e marchas remetem precisamente para esta questão de visibilidade e, posteriormente, representatividade. A ocupação do espaço público, por muito temporário que seja, como é o caso de protestos, implica automaticamente o aumento da visibilidade da comunidade na sociedade em que se insere. Veja-se o exemplo de Greenwich Village ou Harlem. Uma comunidade *queer* que se encontre delimitada, mesmo sendo estes limites informais, terá dificuldade em aumentar a sua visibilidade e



Fig. 24 - Manifestação 'Take back the night', Nova Iorque - 1990



Fig. 25 - "By then the police had gotten into their unmarked police car trying to get away, but the crowd was gathering around the car. Then two lesbians threw themselves on the bonnet and started snogging. The perplexed officers didn't know where to look, what to do. They were absolutely paralysed. The crowd was cheering and carrying on. They wouldn't have harmed them, but they embarrassed them; pointing and laughing at them, exposing them as the bigots they are.", 1993 - Stuart Linden Rhodes

representatividade na sociedade se as formas de ativismo acontecerem apenas dentro dos seus limites. Transpor esta área de influência para o resto da cidade, e por conseguinte, para o resto dos territórios, revela-se essencial para a consolidação da comunidade no quadro mais geral de sociedade. Se estas formas de ativismo não forem constrangidas geograficamente pela área de influência da comunidade, ou, dito de outra forma, se o ativismo for efetuado não no espaço do oprimido – comunidades marginalizadas –, mas sim no espaço do opressor – comunidade heteronormativa *mainstream* –, a relevância do movimento e a visibilidade que este tem ganha uma outra importância. Não será de estranhar que estes atos de resistência aconteçam principalmente em zonas de carácter nobre das cidades, nomeadamente em espaços governamentais ou administrativos, locais onde essa visibilidade ou exposição acrescida. (Fig. 25)

Para além da relevância que o ativismo tem na progressão dos direitos *queer*, é de salientar a forma como estes atos se materializam, nomeadamente a forma de organização das comunidades e movimentos. O planeamento de um ato de ativismo é, por si só, um ato de resistência. As redes de contacto e apoio que são criadas para fazer acontecer estes momentos de resistência em espaço público são essenciais para a manutenção e progressão das comunidades, pois compreendem em si a partilha de experiências e a aproximação de pessoas, aumentando o capital humano necessário para a mudança ocorrer. Com isto queremos dizer que os atos de ativismo compreendem em si, de forma especialmente relevante, a aliança e convergência de pessoas e comunidades numa luta conjunta. O que hoje chamamos luta pelos direitos LGBTQ+ nem sempre se constituiu desta forma, sendo resultado da aglomeração de vários movimentos, como a luta gay, lésbica, trans e muitos outros movimentos de libertação sexual e identitária.

Um momento exemplar destas alianças entre comunidades ocorreu durante a pandemia da SIDA. No seu auge, a comunidade *queer*, com especial incidência na comunidade gay, via números exorbitantes de infeções e mortes relacionadas com este vírus. A falta de ação por parte de instituições governamentais e outras organizações sociais e religiosas resultou num agravamento da progressão do vírus, tendo como consequência uma forte erosão da comunidade gay. Vendo as instituições governamentais fugirem das suas responsabilidades, foi essencialmente a comunidade lésbica que entrou em auxílio da comunidade gay, representando uma ajuda essencial, sem a qual as consequências na comunidade gay seriam ainda mais devastadoras. Esta ajuda deu-se principalmente sob a forma de ajuda médica, mas não se cingiu apenas a isso, tendo sido fundamental nas organizações sociais de luta pelos direitos *queer* no acesso à saúde.

Posto isto, entendemos que o ativismo se pode desconstruir em duas áreas de atuação principais, a área da comunidade e, posteriormente, a atuação dessa comunidade no território. O espaço público tem então um papel fundamental nestes processos, pois garante um espaço físico para acontecerem estes atos de resistência. A tentativa de separar o ativismo do espaço público revela-se fútil e impossível, pois efetuar tal exercício implica desvirtuar a própria definição de ativismo e dismantlar os próprios processos que o constituem.

Centros comunitários



Fig. 26 - Centro comunitário LGBT Anita May Rosenstein, Los Angeles

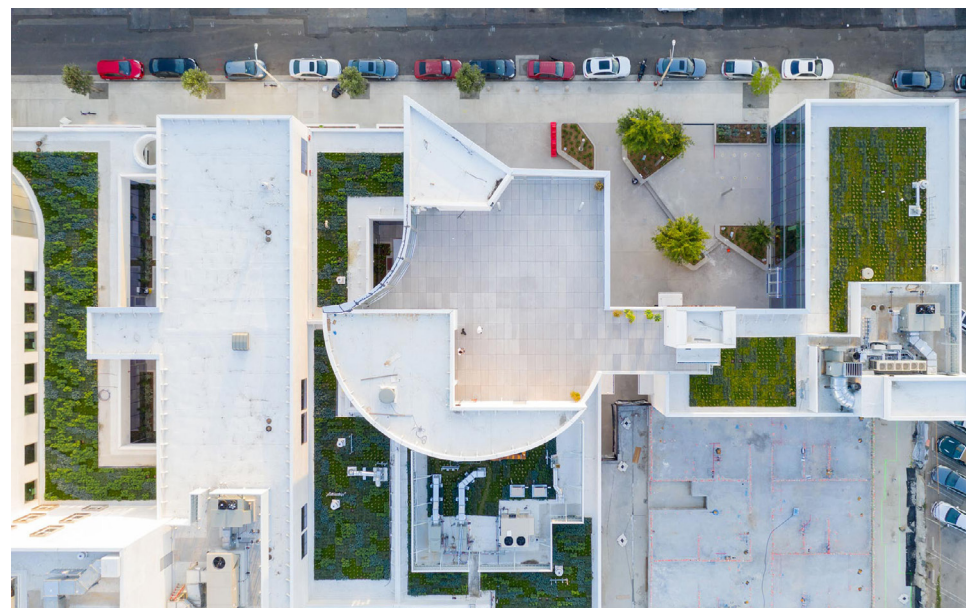


Fig. 27 - Centro comunitário LGBT Anita May Rosenstein, Los Angeles

Das apropriações e atos de resistência em espaço público, seguimos para a apropriação mais concreta do espaço na cidade, através da análise de espaços específicos e pontuais de resistência, com a introdução do conceito de centro comunitário.

A ideia de centro comunitário *queer* aparece como tentativa de resposta à dificuldade de criação e manutenção de um espaço específico para uma dada comunidade *queer*. Como já revisto em capítulos anteriores, a maioria de espaços a que a comunidade *queer* teria acesso inicialmente seriam espaços ligados ao setor terciário, como bares, cafés ou outros estabelecimentos de cariz semelhante. A par da progressão dos movimentos de direitos das minorias sexuais verifica-se o aumento das comunidades *queer*, e, por consequência, ao aumento das influências na cidade, através da interação comunidade-território. Com este aumento, nasce a necessidade de criação de espaços especificamente direcionados para receber estas dinâmicas sociais, espaços efetivamente dedicados à organização da comunidade para as lutas sociais e políticas futuras, assim como de apoio e manutenção à própria comunidade.

Os centros comunitários *queer* aparecem como materialização de uma comunidade existente, através da atribuição de um espaço físico onde se sediar. O seu objetivo principal é a criação de um espaço seguro para convívio e organização da comunidade, que contraste com as inseguranças e invisibilidades referentes às vivências urbanas de uma pessoa *queer*. Os programas ou objetivos dos centros comunitários *queer* diferem de local para local, no entanto, tem-se que o principal intuito, transversal às geografias a que estão associados, é a promoção da inclusão, a educação em questões sexuais e identitárias, a proteção da comunidade *queer* e outras questões de carácter universal. O propósito destes centros garante-lhes uma caracterização específica das suas qualidades como espaço urbano, existindo uma dualidade entre privacidade e abertura ao público. Esta dicotomia existe por força de necessidade de tais espaços conciliarem o carácter de abertura para a comunidade, sendo um espaço de *todes* e para *todes*, mas ao mesmo tempo mantendo um certo grau de privacidade e anonimato, consequência da memória histórica de isolamento de tais comunidades. (Fig 27 e 27)

Estes espaços funcionam, de tal modo, como uma extensão do espaço público, por se considerarem 'da comunidade'. Esta categoria difere dos convencionais equipamentos públicos, pois a função associada é efetivamente conter em si as sociabilidades de uma certa comunidade, agindo como um palco comum mediador de partilha e interação social, ao invés de servir associado a um serviço ou consumo. Com isto queremos dizer que a interação alvo de tais espaços não é tanto a interação entre sujeito-espaço/objeto/produto, mas sim a interação sujeito-sujeito. De tal modo, devem ser pensados como facilitadores ou catalisadores de sociabilidades dentro da comunidade.

Enclaves

O conceito de comunidade-enclave representa uma realidade histórica que ocorreu na década de 1990, presente, essencialmente, em zonas urbanas de maior escala, consequência do contexto social desta década. A forte afluência de pessoas *queer* para as grandes cidades tem na sua essência várias razões, no entanto podemos salientar a aceitação da diferença e o sentido de anonimato, características mais presentes em meios urbanos. Para além disto, a própria concentração de pessoas num dado local geográfico facilita a partilha de informação e experiências, fundamentais para a criação de comunidades, tal como explica Doderer:

"However, city and urban life opens up many possibilities for LGBTQ people: to submerge and indeed emerge within the urban anonymity, to escape the bonds of controlling family, to enjoy urban nightlife, to share experiences with other LGBTQs, to celebrate and discuss together, and to organize political action. City life and its habits make it easier to connect with other LGBTQ people and to establish LGBTQ community and culture." (Doderer, 2011:434)

Embora a delimitação destas comunidades não fosse rigorosa e administrativa, entendemos que a centralização de uma comunidade garante em si uma área de influência finita. Esta morfologia da centralização poderá ter sido consequência dos contextos urbanos e sociais em que se inseriu, quer fosse por causa de questões inclusivas, como acesso a habitação ou serviços urbanos, maior aceitação por parte das comunidades previamente presentes no espaço em questão, ou, contrariamente, por questões exclusivas, como por exemplo a exclusão destas comunidades dos espaços urbanos mais consolidados e detentores de maior centralidade, amplamente dominados pela sociedade *mainstream* heteronormativa ³¹. (Fig 28)

Entendemos que as comunidades-enclave representam em si pontos positivos e negativos no que toca às consequências diretas para essa mesma comunidade. Positivamente, a proximidade geográfica entre membros de uma comunidade permite a coesão dessa mesma comunidade, permitindo a implementação de um espaço seguro, emancipatório e de liberdade de identidades, que efetivamente caracteriza um espaço *queer*, como afirmado por Doderer:

31 Veja-se o exemplo dos bairros de Castro, em São Francisco ou de Greenwich Village e Harlem, em Nova Iorque, bairros-enclave onde se verifica forte existência de dinâmicas sociais LGBTQ+.

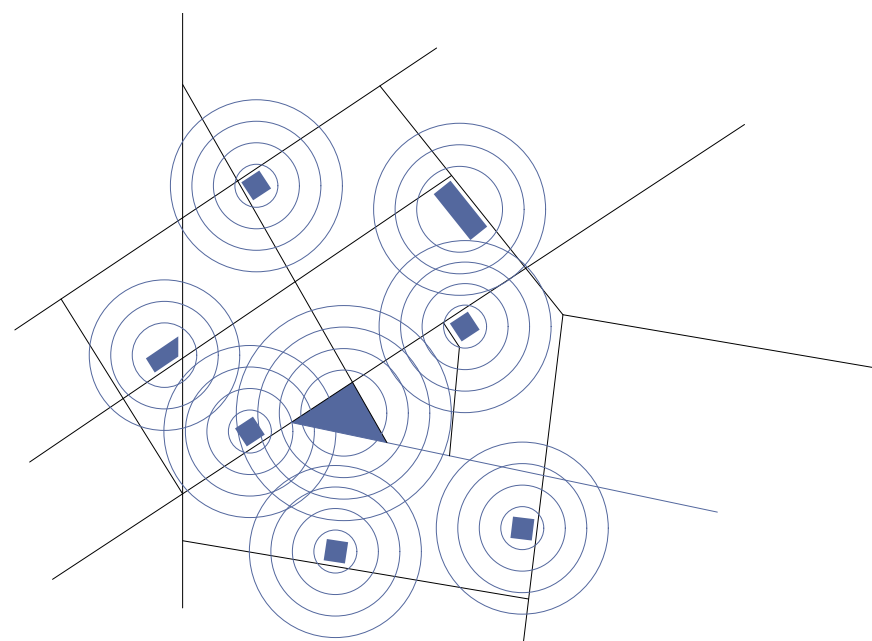


Fig. 28 - Esquema de organização territorial enclave. Espaços *queer* representados a azul, com representação radial da área de influência.

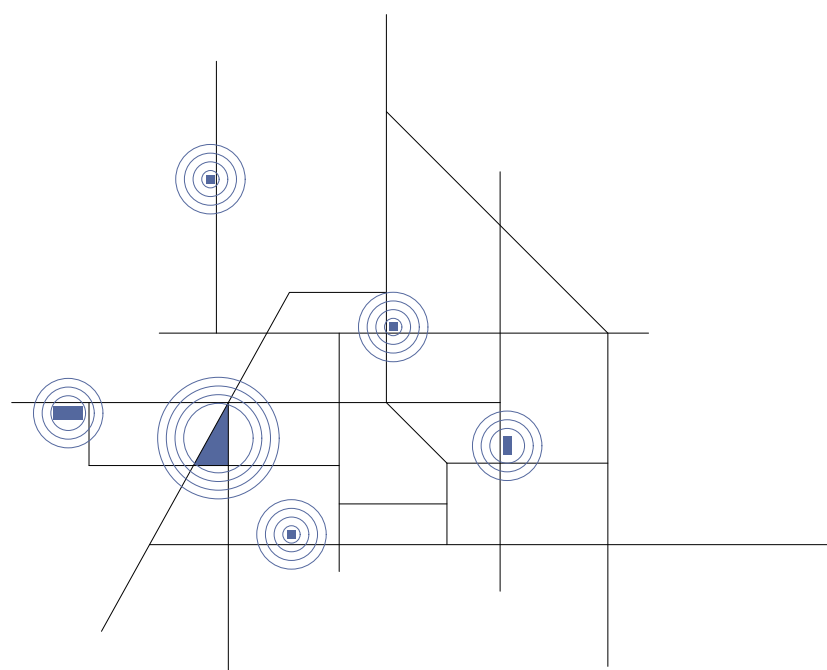


Fig. 29 - Esquema de organização territorial disperso. Espaços *queer* representados a azul, com representação radial da área de influência.

"The urban domain allows for difference, whilst the queering of urban-societal spaces questions dominant gender regimes. Queering urban space means building an emancipatory public and emerging from the shadows of a mainstream society." (Doderer, 2011:432)

Negativamente, o confinamento da comunidade numa geografia específica limita a sua área de atuação, dificultando, tanto a integração da comunidade na sociedade em geral, assim como a ampliação de redes de contacto e de apoio. Analisando uma escala maior, entende-se que a delimitação destas comunidades em enclaves implica também a exclusão das pessoas que se encontram geograficamente fora desses limites, resultando num difícil acesso à comunidade, como é o caso de aldeias ou outras zonas de carácter rural. Esta realidade fundamenta também o porquê da implementação de tais comunidades e espaços em meio urbano – pois existem as condições urbanas e a densidade demográfica necessárias para a implementação destas comunidades.

Embora compreendamos os fatores que facilitam e tiveram na origem na implementação destes enclaves-comunidades, verificamos a presença de dificuldades inerentes à própria comunidade *queer* no que diz respeito ao acesso ao espaço. Esta apropriação do espaço urbano, por parte de comunidades marginalizadas, garante a estas ações um sentido de resistência, por desafiarem as normas da comunidade heteronormativa estabelecida. Esta resistência manifesta-se de diversas formas, como explicado por Doderer:

"The queering of urban-societal spaces includes a phase of resistance, precisely because the LGBTQ individual or community resists against normativity of sex, gender and heterosexuality. This resistance can be performed using various strategies: not only as «other» sexual practice and orientation but also through dress styles, habits and language, community building and political action." (Doderer, 2011:432)

Em Portugal, esta modalidade de comunidade não tem nem teve uma forte presença em meios urbanos, sendo que habitualmente as comunidades *queer* portuguesas se encontram dispersas pelo território. Embora se verifique, a par do resto do mundo, uma maior presença de pessoas *queer* em meios urbanos, comparativamente a meios rurais, em Portugal esta tendência de comunidades-enclave nunca chegou a ser estabelecida. (Fig. 29)

Uma razão que justifica, atualmente, esta difusão geográfica da área de influência das comunidades *queer* foi o aparecimento da internet. A consolidação desta rede virtual de comunicação e partilha, permite a organização e mobilização de comunidades de forma não limitada por condições geográficas. As pessoas que anteriormente se encontravam isoladas dos pontos de centralidade das comunidades *queer*, vêm agora o acesso facilitado através destes meios digitais. Para além disto, a partilha de informação internacional através de meios digitais permite o conhecimento e posterior aproximação de ideologias e políticas a nível internacional, resultando na anexação de movimentos, previamente isolados devido a condições geográficas, numa luta global pelos direitos LGBTQ+.

O aparecimento da Internet impacta positivamente as comunidades, no sentido em que o contacto e partilha entre comunidades foi facilitado através desta modalidade digital. Revela-se especialmente vantajoso para pessoas *queer* em ambientes rurais e/ou mais isolados, onde talvez não exista grande representatividade das questões *queer* a nível local. Através da internet muito mais facilmente se entra em contacto com comunidades exteriores, criando um ponto de referência e quebrando com o isolamento social, tal como afirma Charmaraman:

"Access to online social support systems is critical for sexual minority youth, who often experience discrimination from offline services providers because of their sexual minority status. This potential barrier is particularly true for sexual minority youth living in nonurban areas or those who fear being outed by being seen at LGBTQ organizations." (Charmaraman, 2021:12)

É um espaço onde se atinge a representatividade de grupos minoritários mais facilmente, existindo amplo acesso a conteúdo que respeita e celebra as identidades *queer*, o que representa uma mudança drástica com a realidade *offline*. O acesso a este tipo de conteúdo revela-se importante, especialmente para jovens *queer* que possam não ter acesso a esse tipo de representatividade nas suas vidas *offline*, permitindo um espaço relativamente seguro para se expressarem e explorarem identidades e sexualidades, tal como comprovado por um estudo de 2021, levado a cabo pelo Wellesley College, onde se concluiu o seguinte:

"Sexual minorities were 1.5 times more likely to report that a reason for joining social media was finding a place to express themselves (...) and 25% less likely to report joining to share things they enjoy with friends (...) than heterosexual students." (Charmaraman, 2021:9)

Existindo esta facilidade de comunicação, de troca de vivências e experiências, este espaço digital ganha um carácter de mesa-redonda/fórum, permitindo a divulgação de informação e valores a uma audiência infinitamente maior do que no mundo pré-internet. Destes amplos processos de partilha e sociabilizações *online* surge a capacidade de mudança na sociedade através da ferramenta que é a internet, tornando-se num espaço formativo, direccionado para a educação, ajuda e orientação de pessoas *queer* que não se encontrem

integradas numa outra comunidade queer *offline*.

No entanto, esta modalidade digital não é desprovida de aspetos negativos que podemos apontar. Sendo o universo *online* um reflexo da sociedade que o utiliza, entendemos que questões relacionadas com discriminação, nas suas diversas configurações, continuam presentes nestas realidades *online*, donde podemos salientar, a título de exemplo, o *cyberbullying*³². Esta realidade introduz uma nova camada de problemáticas para pessoas *queer*, sendo que não é uma substituição das discriminações pré-existentes no mundo *offline*, mas antes um acrescento de novas formas de discriminação *online*. Isto é especialmente verdade para jovens *queer*, identidades crescidas e criadas na internet, que se vêm *confrontadas* com as diversas formas de discriminação, *online* e *offline*, nos seus anos de formação e crescimento. Se por um lado se tem que a internet é vantajosa para a progressão de ideais e comunidades *queer*, o mesmo é verdade para discursos homofóbicos, transfóbicos e heteronormativos.

Um outro ponto que podemos também destacar é o afastamento das sociabilidades em espaço público para o universo *online*. Inúmeras práticas e vivências que anteriormente seriam efetuadas em espaço público, são agora transpostas para meios digitais, retirando, por vezes, o carácter humano e físico das interações sociais. Embora em alguns casos isto possa ser encarado como algo positivo, como por exemplo o abandono da cultura *cruising* (muitas vezes perigoso) para plataformas *online* de encontros, a verdade é que a tendência na atualidade é efetivamente a substituição de muitas das interações sociais físicas por modalidades digitais.

"In addition, the internet today opens up new possibilities: for example, gay cruising in urban parks, streets and public toilets has been largely replaced by cruising in virtual spaces. In the internet age, visiting gay bars, discos, saunas, sport studios and porn cinemas has declines – instead LGBTQs prefer to meet in private homes (for lesbians, cruising never was on the agenda)." (Doderer, 2011:434)

Dito isto, entendemos que a influência da internet nas comunidades *queer* é essencialmente positiva, pois revela-se uma ferramenta versátil e com muito potencial de mudança e difusão de informação, no entanto deve existir um equilíbrio no que são as interações sociais *online* e *offline*, de forma a contrariar a tendência da digitalização das sociabilidades e o abandono do espaço público como palco de tais sociabilidades.

32 *Cyberbullying* - "Conjunto de ameaças, coações ou outros actos de intimidação ou de humilhação exercido de forma continuada sobre uma pessoa considerada mais fraca ou mais vulnerável e feito através da Internet." Retirado do Dicionário Online Priberam da Língua Portuguesa, disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cyberbullying>

4.2 _ Espaço público _ Arquitetura de espaços seguros

Espaço público *queer*

Com base na análise até então efetuada, entendemos que existe uma progressão de escala no que foram sendo os espaços reclamados pela comunidade *queer*. Através das lutas sociais e movimentos de direitos *queer*, a comunidade foi conquistando espaços da cidade, inicialmente apropriando espaços noturnos e zonas devolutas da urbanização, assim alargando a sua área de influência ao espaço público.

Este processo começa pontualmente com o aparecimento de espaços *queer* no tecido urbano, evolui para a apropriação do espaço público de proximidade³³ e posteriormente vai-se alargando à escala da cidade, nacional, global e até ao universo digital e *online*. Esta transição dos espaços *queer* privados para a *queerização*³⁴ do espaço público revela-se essencial para o desenvolvimento da comunidade, assim como para a sua integração na sociedade generalizada, e, por consequência, das suas dinâmicas e vivências urbanas. Este alargamento da área de influência aos espaços públicos apresenta, no entanto, novas dificuldades, por se considerarem espaços em que existe a coexistência de todo o tipo de identidades e ideologias, resultando num atrito social de intenções e valores.

"Outdoor spaces were, therefore, central to the social lives of many of these gay men; they were one of the few alternatives to bars and washrooms, though such environments posed other risks and exclusions." (Ingram et al. 1997:46)

As discriminações que acontecem em espaço público não são, no entanto, as únicas dificuldades que a comunidade *queer* enfrenta no momento de *queerização* do espaço público. Para além das discriminações com base na orientação sexual ou identitária, acrescem as diversas problemáticas sociais estruturais inerentes a uma urbanização.

33 Veja-se o caso dos enclaves *queer*, abordados nos capítulos anteriores, caracterizados pela delimitação da área de influência da comunidade ao espaço público de proximidade.

34 O conceito de *queerização* do espaço será abordado no capítulo seguinte.

A título de exemplo apresentamos o caso de El Raval, em Barcelona ³⁵. O bairro é portador de uma grande diversidade etnográfica, e tem uma forte presença da comunidade *queer*. Adjacente a este bairro, no limite norte, encontramos “La Gayxample”, uma porção do bairro de Eixample, assim chamada por ser a morada de inúmeros estabelecimentos e espaços *queer*. Nestes espaços estão, no entanto, presentes problemáticas sociais, como a questão da gentrificação – em que certos espaços da cidade são apropriados pela indústria do turismo e existe um afastamento da população local – problemas de habitação, higiene urbana e outras questões económicas e urbanas ³⁶. Com isto pretendemos demonstrar que, aos desafios a que a comunidade *queer* está sujeita em espaço público diretamente relacionados com identidades *queer*, acrescem outras formas de discriminação e problemáticas sociais. Da mesma forma, podemos destacar o bairro de Chueca, em Madrid, onde existe uma forte presença da comunidade *queer*. No entanto, verifica-se a ampla prática de *pinkwashing* por parte dos estabelecimentos comerciais, como declarado por Santos:

“(…) a verdade é que Chueca mais não é do que um gueto comercial, à volta do qual se desenvolveu um determinado estilo de vida LGBT, isto é, uma comunidade com poder de compra, que cuida do corpo e que se dilui, sem muitas inquietações de cariz identitário, no seio de uma sociedade que continua a ser patriarcal e heterossexista.” (Santos, 2003:346)

Tendo em conta que estes espaços são considerados *queer*, pomos a questão: quais são as características destes espaços que diferem do resto da urbanização para serem considerados *queer*? Pois a comunidade *queer* que vive e apropria estes espaços certamente não reside toda nestes bairros, mas antes encontra-se dispersa pelo território urbano, ao contrário do conceito de comunidade-enclave. Ora, se não é de facto a morada das habitações de pessoas *queer* que define um dado espaço como *queer*, entendemos que esta categorização tem por base outras questões e dinâmicas urbanas, mais concretamente, os atos e sociabilizações da comunidade e os espaços por esta criados e apropriados. O espaço *queer* é definido como um espaço onde as vivências e sociabilizações *queer* ultrapassam o ambiente heteronormativo estabelecido:

“*Queer space is in large part the function of wishfull thinking or desires that become solidified: a seduction of the reading of space where queerness, at a few brief points and for some fleeting moments, dominates the (heterocentric) norm, the dominant social narrative of the landscape.*” (Ingram et al. 1997:21)

35 El Raval é um de três bairros que constituem a cidade velha de Barcelona. É o bairro mais a sudoeste da cidade velha, historicamente fundado na época medieval e com uma forte diversidade etnográfica, resultado do assentamento de comunidades estrangeiras neste bairro. Embora tenha sido alvo de diversos planos de melhoramento, o espaço urbano ainda preserva a identidade urbana medieval, com as ruas estreitas e sinuosas.

36 Os desafios urbanos do El Raval estão explanados no estudo disponível em: <https://geographyfieldwork.com/ElRaval.htm>

De tal modo, entendemos que a categorização de um dado espaço como espaço *queer* se torna cada vez mais subjetivo à medida que aumentamos a escala em que se pensam estes espaços. Isto porque quanto maior a escala de análise, mais serão as variáveis a ter em consideração, e mais dificilmente existe uma normalização das vivências *queer*, consequência da forte presença do discurso heteronormativo.

Um outro ponto que será pertinente abordar é a forma como estes espaços *queer* se desenvolvem e quais são os seus principais objetivos. Aqui entram outras problemáticas associadas ao *pinkwashing* ³⁷, capitalismo e consumismo, com as grandes marcas e indústrias a mercantilizar a cultura *queer* e respetivas estéticas, aproveitando o *momentum* dos discursos globais sobre identidades e sexualidades como base das campanhas publicitárias. Isto converte-se numa falsa sensação de apoio e numa exploração económica da comunidade *queer*, que mais representa uma nova forma de opressão dissimulada, do que uma forma de apoio à comunidade.

Dado estes argumentos, entendemos que o espaço público representa um espaço de convergências e contradições de dinâmicas sociais e urbanas, um espaço de elevado grau de dificuldade de equalizar e categorizar. Estas características tornam o espaço público num caso de estudo de complexidade acrescida, por ser um espaço habitado por todes, independentemente de ideologias ou valores.

“*The most active doubling of space is in the public space. The squares, the streets, the civic centres, the malls, the highways are the place of fortuitous encounters and juxtapositions. (...) This fluid and wholly unstructured places allow, in its publicity, a variety of readings, re-readings, and misreadings, given the observer's individual propensities toward power, mystery, and how these desires fold into the passive space of Eros.*” (Ingram et al. 1997:22)

37 O termo *pinkwashing* diz respeito à mercantilização da cultura *queer*, com o objetivo de aceder à economia do mercado *queer* de forma a aumentar lucros. Pode ser considerada uma forma de apropriação cultural.

Queerizando o espaço

O conceito de *queerscape* pode ser traduzido para *paisagem queer*, ou seja, um território onde estão compreendidas as relações e vivências queer, no entanto não encerra em si apenas espaços físicos, mas antes corresponde à aglomeração dos diversos espaços, físicos ou não físicos, ocupados por identidades *queer* e o seu posicionamento num dado território. De tal modo, a *queerscape* é algo que se revela difícil de mapear por compreender em si espaços não físicos e com limites subjetivos, no entanto um exercício interessante para a verdadeira compreensão dum espaço urbano e da comunidade.

"A queerscape is, first of all, a plane, a «scape» of points of homoerotic desire, some more actualized than others, and many heavily constrained and limited to the realms of imagination, talk, and «culture»." (Ingram et al. 1997:31)

A *queerização* do espaço público tem menos que ver com a presença física de pessoas *queer* num dado espaço, e mais com as dinâmicas sociais de que é palco. Este processo de *queerização* do espaço representa a convergência de várias variantes sociais e urbanas, umas mais tangíveis e objetivas que outras, que se aliam num mapa urbano representativo da comunidade *queer* num dado território. Este mapa deve incluir a comunidade, espaços físicos da comunidade (como estabelecimentos comerciais, educativos, centros comunitários, entre outros), mobilidade urbana, representatividade *queer* na sociedade e outros espaços mais subjetivos como o mundo *online* e digital. Com isto queremos dizer que a *queerização* de um espaço é definida, também, pelas políticas sociais relacionadas com identidade sexualidade e comunidade, tal como afirma Doderer:

"The queering of urban spaces is connected with questions of identity and difference, body and sexuality, as well as with everyday existence and social life, and with the economy, culture and politics of community building." (Doderer, 2011:431)

As características e condicionantes que definem a ação de *queerização* de um espaço contribuem para a dificuldade de mapeamento da influência da comunidade *queer*, o que justifica a insuficiente análise e consecutiva incapacidade de resposta de tais questões por parte da academia e outros órgãos institucionais e governamentais.

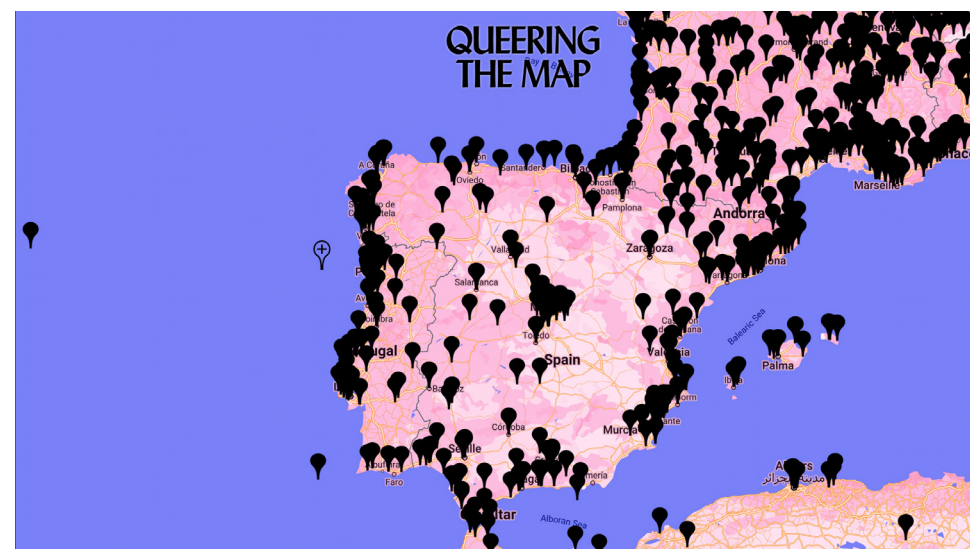


Fig. 30 - *Queering the Map* - plataforma digital de partilha de experiências LGBTQ+ em espaço público. Cada ponto no mapa representa uma experiência protagonizada por pessoas queer. Veja-se a maior incidência de experiências localizadas nas zonas urbanas com maior densidade, como o caso da costa litoral de Portugal, costa mediterrânea espanhola e na zona central de Espanha, correspondente a Madrid.

Visto a paisagem *queer* estar associada à escala urbana, entendemos que é amplamente influenciada pelas problemáticas já existentes dessa urbanização. Questões como marginalidade, alienação de identidades e outras condições sociais estão tanto na base da criação destas paisagens, como representam influências e condicionantes à sua definição como paisagem *queer*:

"A queerscape is just as much the product of marginalizations derived from inequities based on gender, race, culture, language, class, age, and disability as queer desire and acts." (Ingram et al.1997:31)

Os atos de resistência, nas suas diversas concepções, protagonizados pela comunidade *queer* em espaço público são, de tal modo, uma forma de *queerização*. Acrescido a isto, as vivências quotidianas *queer* levadas a cabo consistentemente em dado local contribuem para o mesmo efeito, onde se incluem questões como interações sociais, mobilidade e outras consequências das dinâmicas sociais *queer*. (Fig. 30)

Referente à questão da marginalização e alienação de sexualidades e identidades, assumimos estas características como negativas e prejudiciais para a comunidade *queer*. No entanto, podemos considerar que a existência de tais discriminações serve como ponto de partida para a criação de redes de apoio e relações comunitárias. A marginalização atua então como força gravítica para as identidades *queer*, que convergem e criam movimentos e comunidades com o intuito de combater essas mesmas discriminações.

"In beginning to chart queerscapes and in tracing some of the forces that create and transform them, I argue that «marginality» and erotic alienation are always present. These sometimes related but different conditions are never static, and they can contribute to the temporary formation of various queer networks, identifications, movements, communities, and – in contrast to heteronormative mythologies – even erotic «alien nations»." (Ingram et al. 1997:29)

Este tema da *queerização* do espaço, ou da paisagem *queer*, extremamente complexo, sublinha a importância do espaço público para a definição do que são as esferas de atuação destas comunidades. Embora se considere que as componentes que definem esta paisagem sejam de diferente carácter, físicas ou não físicas, mais ou menos tangíveis, o que é certo é que todas elas acontecem num dado território, existindo sempre uma relação com o espaço e a urbanização. De tal modo, o entendimento de tais ações e conceitos implica uma inerente compreensão do território que as alberga. Isto serve para demonstrar que, por um lado, a verdadeira apreensão do espaço urbano não acontece sem a compreensão de tais fatores menos tangíveis e, por outro lado, a análise de tais fatores deverá ter o espaço como ponto de partida para o seu entendimento.

Cidade segura

Para falar de uma cidade e de um urbanismo inclusivo é essencial abordar a questão da segurança em meio urbano. As formas de violência simbólica a que as pessoas *queer* são sujeitas em contextos urbanos não se cingem aos comentários homofóbicos/transfóbicos ou outras formas de opressão verbal, visto os sistemas de organização da sociedade terem inerentes a si múltiplas discriminações estruturais.

"Surviving queer, no matter how invisible, often requires knowing how to travel cross hostile territory – whether it be physical, emotional, cultural or theoretical. Most likely it is space with a combination of all those dimensions." (Ingram et al. 1997:27)

A questão que se põe é como podemos transpor, para a escala urbana, os espaços seguros que foram sendo criados e desenvolvidos pela comunidade *queer*. O que se verifica em Portugal, atualmente e em termos gerais, é a presença de espaços *queer* pontuados ao longo do território, que podemos comparar a ilhas de espaços seguros, dispersos numa urbanização heteronormativa. Isto traduz-se numa leitura do território em que pessoas *queer* continuam a enfrentar dificuldades e discriminações no espaço urbano, com especial destaque no espaço público.

"In every queerscape, no matter how egalitarian, there are environmental and political economic forces that enforce some inequities." (Ingram et al. 1997:37)

"These forces of inequity work to limit the amount of space, both private and public, that is effectively available to minorities." (Ingram et al. 1997:38)

É de extrema importância a transposição da segurança sentida pela comunidade nestes espaços seguros para o espaço público, tendo em atenção questões como mobilidade urbana, acesso incondicional ao espaço e a mitigação de formas simbólicas de discriminação, como no acesso à habitação ou emprego. O espaço público, por ser o palco onde acontece a maioria das interações sociais entre diversas comunidades, representa um espaço de grande complexidade de estudo e que integra uma grande parte das problemáticas aqui descritas. Se por um lado entendemos a importância do espaço público para a mitigação destas problemáticas, por outro compreendemos que se pode tratar de um território hostil que perpetua estas discriminações.

"Problematically, both homophobia such as «queerbashing» and the efforts to counter it often involve new forms of identifying public outdoor spaces as contradictory sites – both strategic and dangerous. The new homophobia will continue to make queer space the higher risk areas – foreshadowed by broad societal indifference to the ravages of the gay ghettos in the first decades of the AIDS pandemic." (Ingram et al. 1997:35)

A questão da segurança na mobilidade não é exclusiva da comunidade *queer*, mas antes uma problemática partilhada, tal como demonstrado pela presença deste tema nos discursos feministas. De nada serve existirem espaços seguros estritamente delimitados no território urbano se existir uma realidade de insegurança na mobilidade urbana. De nada serve o conforto e segurança de um certo espaço *queer* se para lá chegar a comunidade tem de enfrentar um território hostil e lidar no quotidiano com múltiplas discriminações no espaço público, um espaço que deveria ser de *todes* e para *todes*.

"The dynamic geography of dyke and gay bashing and murders has had a huge impact on the mental maps of most people who are sexual minorities. Sometimes it takes a great deal of extra thought and energy to minimize the possibilities of being targeted." (Ingram et al. 1997:45)

Quando aqui falamos de segurança urbana não nos referimos apenas à segurança física de corpos *queer*, mas também incluímos a segurança psicológica, emocional, económica e identitária destas comunidades. Compreendido isto, às discriminações estruturais previamente descritas aliam-se outras questões como o *pinkwashing* ou apropriações culturais, com consequências altamente prejudiciais à segurança emocional e económica destas comunidades. Expondo esta problemática do *pinkwashing*, Preciado escreve, em tom de crítica:

"«Homossexualidade» já não é primeiramente nem classificação medica, nem categoria de identidade associativa: hoje, gay é acima de tudo uma marca de discoteca, produtos culturais e lifestyle, gay significa target publicitário, gay é lugar de extração de capital cultural; gay é socialmente um mediador de tolerância, politicamente um indicador de progressismo, jornalisticamente um marcador de modernidade, empresarialmente uma garantia de diversidade, e heteropessoalmente a prova definitiva de ser boa pessoa – gay é o amigo que todos temos. Capitalizado na esfera semiótica, publicitaria, pornográfica, estética, somática, ser gay é parte do mercado contemporâneo de trabalho «imaterial»." (Preciado, 2019:16)

Providenciar segurança a estas comunidades não implica apenas garantir a segurança física destes corpos na urbanização. Implica, também, o repensar de dinâmicas sociais que representem formas simbólicas de opressão, assim como a proteção do que é a identidade e cultura *queer* e de outras vertentes relacionadas com economia, saúde e progressão social.

Noite

"In much of the developing world, a shortage of queer indoor spaces is still acute, and reliance on furtive night landscapes continues (...)." (Ingram et al. 1997:45)

O espaço da noite foi, inicialmente, dos primeiros a ser conquistado pelas comunidades *queer*, onde existia uma forte resistência à tendência heteronormativa, através de bares e clubs e com a introdução dos bailes, shows de *drag*, etc. A cultura da noite sempre foi essencial para as comunidades *queer*, por representar um espaço temporal onde as subversões relacionadas com sexualidades e identidades se intensificam. De tal modo, o espaço noturno aparece como espaço de experimentação, de sociabilidades, comportamentos e identidades subversivas.

"O clube noturno equalizava tais experiências, fazendo convergir os agentes culturais mais distintos a uma bandeira comum; essas culturas do gosto (club cultures are taste cultures) transformavam a noite num lugar de encontro, criação, recriação e intercâmbio." (Guerra, 2020:299)

Paula Guerra analisa este tipo de espaços noturnos, olhando para a cultura *clubber* em São Paulo e Londres, concluindo:

"São espaços legitimados para a prática de atividades subversivas, mas, ainda assim, sancionados. (...) De facto, a rave é experienciada como quebra com o quotidiano, um momento de alienação face às preocupações, constrangimentos e responsabilidades do dia a dia, uma oportunidade de libertação, um momento de busca de sensações e prazer, que atinge o seu êxtase na criação de uma hiperrealidade que transcende e contrasta com as rotinas diárias." (Guerra, 2020:225)

Esta realidade libertadora inerente à noite garante às vivências noturnas uma diferente perceção e forma de apropriação do espaço, criando situações onde o mesmo espaço da cidade tem usos extremamente diferentes na sua conceção de dia e de noite. Espaços que de dia possam ser dominados pelo universo heteronormativo, de noite podem adotar outras vivências subversivas que contrastam com as vivências diurnas. Esta dualidade de usos do espaço garante à cidade, e às comunidades que nela habitam, vastas formas de definir e categorizar o espaço da cidade, existindo uma sobreposição de experiências urbanas num

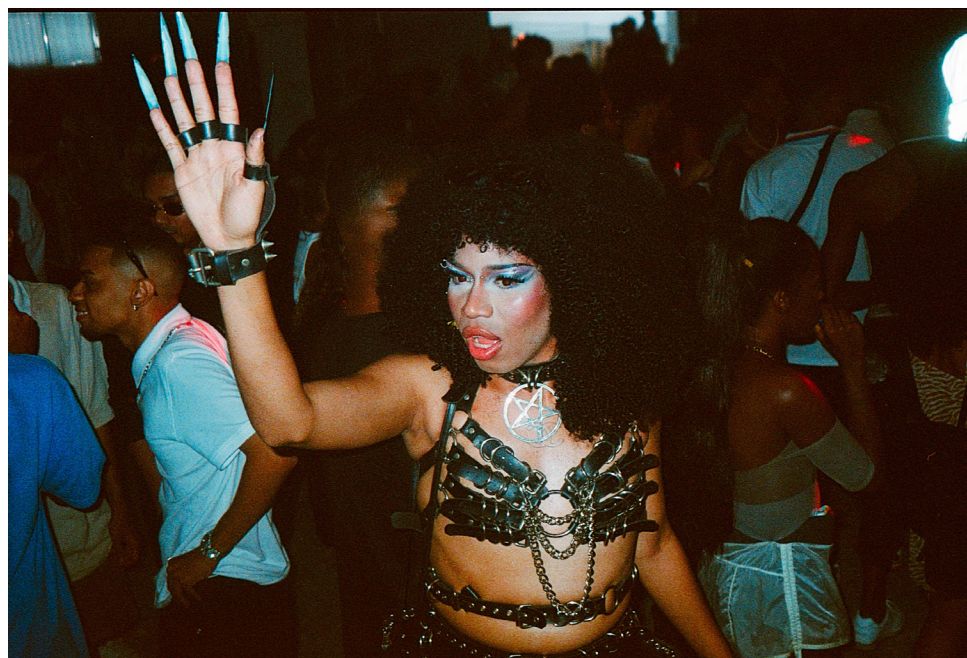


Fig. 31 - Registro fotográfico de um evento noturno, Brasil - Pedro Pinho



Fig. 32 - Registro fotográfico de um evento noturno, Brasil - Pedro Pinho

mesmo local. Estes espaços intimamente ligados com a componente tempo, culminam num mapa de espaços *queer* que pode diferir bastante nas suas conceções dia/noite.

Para além disso, existe uma maior dependência do espaço público no contexto noturno, pois admite-se que muitos espaços - equipamentos públicos, comerciais, de lazer, entre outros - fecham durante a noite, existindo um transbordo desses usos do espaço para o espaço público.

Estas vivências e usos do espaço noturno são posteriormente transpostos para o espaço diurno ou, no mínimo, influenciam o que acontece em contexto diurno, tal como o afirma Guerra, referindo-se ao bairro londrino Soho:

“A cena *clubber* de Soho horizontalizava e transpunha, assim, as atividades diurnas do bairro para o seu equivalente noturno, inspirando e confrontando questões que seriam retomadas pelos criadores nos seus ateliês – uma verdadeira retroalimentação cultural.” (Guerra, 2020:232)

Entendemos que os usos do espaço urbano diferem nos contextos diurno-noturno de forma que o pensamento urbanístico aplicado na cidade diurna não deverá ser estendido de forma igual na cidade noturna, pois as condicionantes e usos do espaço revelam-se distintos nas duas conceções. Veja-se o caso de Guimarães, uma cidade com uma forte ‘cultura da esplanada’. Aqui, o espaço público é amplamente utilizado, tanto em contexto diurno como noturno, no entanto, na sua conceção noturna, as ruas - geralmente associadas a um carácter de movimento - ganham carácter de praça - caracterizadas pela ideia de permanência. Consequência da quase inexistência de espaços noturnos como discotecas ou clubs, assim como das muito reduzidas dimensões dos cafés e bares do centro histórico, as pessoas vêm-se obrigadas a apropriar o espaço público, existindo uma forte dependência do mesmo. Dada esta realidade as instituições administrativas implementaram um plano que ao invés de impedir ou dificultar esta realidade, a protege, com o fecho das ruas do centro histórico a automóveis no período noturno. Isto representa uma boa forma de atuar no território, aceitando as dinâmicas sociais que nascem espontaneamente do uso da cidade e respondendo de forma positiva às necessidades criadas pelas mesmas.

De forma contrária, representando uma fraca compreensão das dinâmicas sociais noturnas trazemos o caso de Barcelona. A cidade é dotada de diversos WCs públicos que se encontram abertos durante o dia, respondendo às necessidades das comunidades urbanas. De noite, esses mesmos equipamentos são fechados, criando a negação de um ato básico humano, o que implica que as pessoas utilizem o espaço público para satisfazer essa necessidade. Esta ‘solução’ foi adotada devido aos elevados números de toxicodependentes na cidade, que utilizavam os WCs durante a noite para o consumo de substâncias ilícitas. Esta desisão tomada pelas instituições administrativas da cidade não só não resolveu o problema da toxicodependência - pois os atos previamente levados a cabo nos WCs passaram a ser realizados em pleno espaço público - como também adicionaram uma nova problemática

à urbe - a inexistência de WCs em contexto noturno implica que essas práticas passem a ser realizadas em espaço público também. Esta situação é um exemplo representativo das consequências da implementação de uma 'solução' que não equaciona verdadeiramente as problemáticas urbanas, que cria mais problemas do que aqueles que pretende resolver.

Um outro ponto que será relevante abordar é a questão do espaço noturno como espaço de resistência *queer*. Como exemplo, veja-se o caso da cultura da noite de Berlim. Internacionalmente reconhecida como a cidade da cultura *rave*, estas vivências noturnas *queer* vão muito além de meras festas noturnas. Estes espaços representam efetivamente espaço urbano onde se desenvolve e evolui a cultura *queer*, nas suas diversas ligações com outras áreas artísticas e sociais - como a música, performance, etc. Traz-se a título de exemplo o caso de Berlim - não por ser o único que tem presente tal realidade, mas por ser um espaço onde se verifica intensamente estas vivências urbanas noturnas *queer*, por ser uma cidade intimamente ligada à cultura da noite, sendo esta parte integrante da identidade urbana da cidade, assim como da identidade comunitária da cidade. Os atos de sair à noite, de vestir e agir subversivamente, de dançar e apropriar espaços da cidade tornam-se atos de resistência, por representarem ações que contrariam a conceção heteronormativa de sociedade e contribuem para o portefólio imaterial do que são as identidades e vivências *queer*.

O contexto português

Analisados estes marcos e espaços históricos da comunidade LGBTQ + a um nível internacional, iremos focar de seguida o nosso estudo em Portugal. Evidentemente que os acontecimentos internacionais tiveram impacto no território português e nas comunidades *queer* que nele habitam, no entanto, a luta pelos direitos LGBTQ+ tardou a chegar a Portugal. Se por um lado podemos considerar a ditadura do Estado Novo como sendo a principal razão que explique este atraso, por outro podemos também considerar a situação semi-periférica de Portugal como causa. Tendo em consideração que Portugal passou 48 anos num regime ditatorial, onde as questões *queer* eram suprimidas face a uma forte influência religiosa e política, entendemos a revolução de Abril de 1974 como o momento pioneiro para o progresso dos direitos LGBTQ+, tal como o afirma Santos:

"A conquista da democracia através da revolução político-militar de Abril de 1974 gerou um clima de abertura ideológica aparentemente propiciador à aceitação daqueles que o regime silenciara durante quase meio século." (Santos, 2003:353)

Atingida a liberdade, a comunidade *queer* podia agora organizar-se e mobilizar-se, sendo em 1980 fundado o Coletivo de Homossexuais Revolucionários (CHOR), grupo pioneiro de ativismo *queer* em Portugal, extinguindo-se no ano seguinte. De forma efetiva, apenas na década de 1990 começaram a ser fundados movimentos ou grupos organizados em números e escalas consideráveis. Salientamos o ano de 1986, ano em que Portugal adere à União Europeia, momento que influencia positivamente os movimentos *queer*, por existir uma aproximação de Portugal a países da Europa que já viam as lutas pelos direitos LGBTQ+ acontecerem. Santos explica:

"Com efeito, a sociedade portuguesa apresenta características que a aproximam dos países centrais, paralelamente a outras que a equiparam aos países periféricos. A crescente aproximação do país ao resto da Europa, que culminou com a adesão à União Europeia em 1986, resulta no esforço de equiparar o aparelho jurídico nacional às constituições e códigos legais de outros países europeus." (Santos, 2003: 347)

Na década de 1990 aparecem vários movimentos *queer* em Portugal, que inicialmente veem o seu raio de ação fora do âmbito de espaço público. Apenas no final desta década os movimentos passam a realizar-se também em espaço público, em 1997 com o primeiro Arraial Pride, em 2000 a primeira Marcha de Orgulho, em Lisboa, e apenas em 2006 a cidade do Porto vê a sua primeira Marcha de Orgulho ²⁹.

Em 1995 é fundada a filial da ILGA em Portugal, uma organização já existente a nível internacional desde 1978, que visa a “luta pela igualdade e contra a discriminação das pessoas LGBTI+ e das suas famílias em Portugal” ³⁰, e conta com serviços sociais e médicos, grupos comunitários de apoio e partilha, assim como projetos nacionais e internacionais relacionados com as lutas LGBTQ+. A ILGA Portugal funda, em 1997 – apenas dois anos após a sua fundação em Portugal – e com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, o Centro Comunitário LGBTI+, provavelmente o primeiro espaço em Portugal dedicado às comunidades *queer* que conta com apoio público.

No seguimento da análise, sublinhamos mais duas datas que consideramos importantes. Em 1998, a divulgação de um manifesto conjunto das associações LGBTQ+ de Portugal, que teve lugar no 2º Arraial Pride organizado pela ILGA, sendo o primeiro manifesto que conta com a assinatura de diversas organizações e movimentos *queer*. É neste momento que se alinham as ideologias e lutas dos diversos movimentos, permitindo a realização de uma agenda comum e a consolidação de objetivos gerais do movimento LGBTQ+, na sua conceção mais alargada. Em 2008, A Marcha de Orgulho de Lisboa conta, pela primeira vez, com a participação ativa de organizações não-LGBTQ+, nomeadamente a SOS Racismo, Associação para o Planeamento da Família (APF) e Médicos pela Escolha, o que revela o início de um trabalho transdisciplinar e de confluência da atuação de diversas áreas sociais.

Tal como penso ter demonstrado até agora, é visível o desequilíbrio geográfico dos espaços *queer* em Portugal, concluindo que se situam na sua grande maioria na cidade de Lisboa e Porto. Isto representa uma problemática para todas as comunidades *queer* residentes no resto do território português, dada a importância do sentido de comunidade para a afirmação de sexualidades e identidades. A escassez de tais espaços *queer* seguros significa o isolamento de *inúmeres* portugueses LGBTQ+, que não se vêm *representados* ou *incluídos* no tecido social, por não existirem espaços de proximidade adequados às necessidades sociais e temporais de tais comunidades.

29 No website Esquerda.net existe uma compilação exaustiva de datas e factos relacionados com a comunidade LGBTQ+, disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/o-movimento-lg-bt-em-portugal-datas-e-factos-actualizado/18142>

30 Disponível em: <https://ilga-portugal.pt/associacao/porque-existimos/>

A questão que se põe, perante tantos movimentos e organizações pela luta dos direitos LGBTQ+ existentes em Portugal, é o grau de influência que tais grupos organizados têm efetivamente no território, tanto a nível social como a nível urbano. A separação existente entre os valores e objetivos presentes nas agendas destas organizações em relação ao que efetivamente é concretizado no território é a problemática aqui abordamos. Esta separação, a título de exemplo, foi visível também no mundo político do início do séc. XXI, tal como afirma Santos:

“(...) os anos com menor incidência de referências a temas LGBTQ em debates parlamentares coincidem com eleições legislativas – 1999, 2002, 2005 –, o que poderia indicar que os temas LGBTQ estiveram ausentes dos momentos mais determinantes do debate político democrático nos primeiros anos do séc. XXI.” (Santos, 2018:41)

Atualmente esta tendência tem vindo a reverter-se, especialmente como causa do aumento da visibilidade e representatividade da comunidade *queer* na sociedade em geral, assim como em campos especializados como a política, o ativismo, e outras diversas áreas sociais. O que anteriormente seria um tema tabu para se abordar na arena política, aparece agora como tema recorrente, muitas vezes divisor e polarizador de opiniões. A verdade é que a comunidade *queer* cresceu – ou organizou-se e mobilizou-se – e representa agora um forte grupo social capaz de influenciar as esferas pública e política. Santos comprova tal afirmação, continuando:

“Assim, desde 2009 que os temas LGBTQ constam de forma consistente da discussão parlamentar e da vida político-partidária em Portugal, com grande expressão nos anos de 2010, 2016 e 2018 por ocasião da discussão e votação de propostas de lei ou alteração a leis existentes sobre o casamento, adoção e procriação medicamente assistida, e lei de identidade de género, respetivamente.” (Santos, 2018:41)

Os movimentos e organizações *queer* portugueses representam a força motriz dos avanços sociais das comunidades *queer* em território português. Podemos afirmar que sem tais organizações, movimentos e comunidades, a realidade social e legislativa em Portugal seria amplamente diferente. Isto serve para demonstrar o impacto social e político que tais organizações podem ter num território, agindo como resistência a políticas conservadoras e opressivas e protagonizando os avanços relacionados com direitos LGBTQ+. Esta análise histórica, social, política e geográfica da comunidade *queer* portuguesa, serve como contextualização para os casos de estudo presentes no capítulo seguinte, representando o enquadramento social e urbano onde se inserem dois dos espaços que nos propomos a analisar: o caso do Porto e o Planeta Manas.

05 _ CASOS DE ESTUDO

Espaços de resistência

Neste capítulo pretende-se abordar com maior detalhe exemplos de espaços de resistência *queer*. Utilizamos o termo resistência para caraterizar espaços onde se verifique a promoção os direitos da comunidade *queer*, uma resistência à tendência normativa da heterossexualidade e do binário de género, e que sejam palco de alguma forma de ativismo ou presença da comunidade *queer*.

A organização dos casos de estudo processa-se numa sucessão de escalas, sendo primeiro abordada a escala urbana, seguida de um espaço comunitário, e para terminar, um espaço privado.

O primeiro caso de estudo diz respeito à cidade do Porto - onde é delimitado um percurso na zona da baixa, com base nas conclusões retiradas de um questionário informal feito à comunidade, são mapeadas as presenças e vivências *queer* e são analisadas as características espaciais e sociais desses espaços. De seguida, e referente ao espaço comunitário, apresentamos o Centro Comunitário do The Proud Trust, em Manchester. Por fim abordamos o caso de estudo referente ao espaço privado, protagonizado pelo espaço Planeta Manas, em Lisboa.

Foi escolhida esta organização dos casos de estudo para que deste trabalho resultem conclusões transversais às várias escalas urbanas, para a melhor compreensão do território e da forma como a comunidade *queer* interage com as diversas escalas urbanas. O Centro Comunitário do The Proud Trust (também chamado The Proud Place) foi selecionado por causa da abordagem arquitetónica e método projetual para a sua reabilitação, e o espaço Planeta Manas por representar um espaço de carácter utópico comunitário.

A análise destes casos de estudo tem como objetivo a compreensão de como se desenvolvem as vivências *queer* nestes tipos de espaços, quais as suas influências no espaço urbano, com especial destaque no espaço público, e quais as premissas que daqui se podem retirar para sua aplicação no espaço urbano inclusivo.

5.1 _ Espaço Público

O caso do Porto

Iniciamos o capítulo dos casos de estudo com a escala urbana, com o estudo de dois percursos na Baixa do Porto. Foi elaborado um questionário informal, divulgado pela comunidade *queer* do Porto, com o objetivo de mapear os espaços mais frequentados pelas pessoas *queer*, assim como entender as razões que levam essas pessoas a frequentar tais espaços. Por outro lado, foi também do nosso objetivo aferir alguns espaços problemáticos no Porto para a comunidade *queer* e entender as justificações para a não frequência de tais espaços.

Com base em observações foram delimitados os casos de estudo em duas zonas, sendo o primeiro relativo à Praça Carlos Alberto e envolvente; e o segundo referente à Rua de Passos Manuel e envolvente. As zonas abarcam espaços públicos com diferentes espacialidades, nomeadamente ruas, praças e jardins, assim como espaços privados e publico-privados como cafés, bares e outros tipos de serviços. (Fig. 33)

Através da análise do território, verificou-se que a presença de pessoas *queer* em determinado espaço está intimamente ligada aos serviços existentes nesse espaço ou às qualidades espaciais que oferece. Ou seja, a aglomeração de pessoas *queer* acontece, geralmente, em ruas ou praças que estejam equipadas com estabelecimentos como bares ou cafés - que respondam minimamente às questões de segurança e conforto da comunidade - ou em espaços portadores de características urbanas atrativas, como zonas de espaço público qualificado como o Jardim das Virtudes ou as Fontainhas.

No capítulo do Espaço Público *Queer* constatamos que «O espaço *queer* é definido como um espaço onde as vivências e sociabilizações *queer* ultrapassam o ambiente heteronormativo estabelecido.»³⁸ Ora se temos isto como definição de espaço público *queer* podemos então afirmar que no Porto existe uma carência de tais espaços, por não se verificar com muita frequência esta sobreposição das vivências *queer* às vivências heteronormativas. Regra geral, o que se verifica é a coexistência das diversas vivências, ao invés de uma verdadeira sobreposição das vivências *queer*. Não obstante, e para efeitos deste trabalho, trataremos estes espaços portadores de vivências *queer* como sendo espaços *queer*.

38 Consultar pág. 68



Fig. 33 - Planta da Baixa do Porto com áreas de estudo



- | | |
|------------------------|--------------------------|
| 1 _ Taskinha | A _ Praça Carlos Alberto |
| 2 _ Invictus | B _ Jardim das Virtudes |
| 3 _ Café Vitória | C _ Passeio das Virtudes |
| 4 _ Lusitano | D _ Estação de São Bento |
| 5 _ Embaixada do Porto | E _ Fontaínhas |
| 6 _ Ferro | F _ Praça doa Poveiros |
| 7 _ Zoom | G _ CC Via Catarina |
| 8 _ Maus Hábitos | H _ Mercado do Bolhão |
| 9 _ Passos Manuel | I _ CC La Vie |
| 10 _ Funpla Bar | J _ Estação da Trindade |
| 11 _ Bar of Soap | K _ Silo Auto |
| 12 _ Sauna Thermas 205 | |

- Eixos de mobilidade *queer*
- Espaços portadores de vivências *queer*
- Espaços públicos portadores de vivências *queer*, geralmente associados a atividades de lazer ou *cruising*

Fig. 34 - Planta de possível *queerscape* da Baixa do Porto

Existe uma forte relação com o capítulo da Noite, por se verificar que as vivências *queer* se manifestam em maior número e com mais intensidade em registo noturno. Esta realidade influencia os próprios espaços *queer*, sendo estes maioritariamente voltados para vivências noturnas, como bares, clubs, etc. Embora existam outros espaços *queer* que possam ser considerados diurnos, como as saunas ou os espaços de *cruising*, verifica-se que a frequência de tais espaços tem vindo a diminuir ao longo dos anos, e já não se verifica esta tradição como o seria nas décadas de 1980 e 1990, quando seriam amplamente frequentados. (Fig. 34)

Segurança

Verifica-se que a sensação de segurança sentida pelas pessoas em espaço público representa uma forte componente nas escolhas dos espaços frequentados pela comunidade *queer*, assim como se verifica o contrário - a sensação de falta de segurança representa uma justificação para a não frequência de certos espaços. Põe-se então a questão: Quais são as características ou componentes presentes nos espaços que fazem com que a comunidade os considere seguros? No livro *The Death and Life of Great American Cities*, Jane Jacobs analisa amplamente este problema da segurança em ambiente urbano e argumenta que:

"The first thing to understand is that the public peace - the sidewalk and street peace - of cities is not kept primarily by the police, necessary as police are. It is kept primarily by an intricate, almost unconscious, network of voluntary controls and standards among the people themselves, and enforced by the people themselves." (Jacobs, 1961:31)

Tendo em conta o argumento de Jacobs, entendemos que as ruas que vêm um fluxo reduzido de usuários terão tendência a serem menos seguras, visto que essa sensação de segurança provem de uma rede informal de vigilância protagonizada pela própria comunidade. Ou seja, se uma zona urbana não é capaz de assegurar a presença de pessoas que façam esse controlo, será de esperar uma diminuição dessa rede de vigilância e, por conseguinte, a diminuição da sensação de segurança. Seguindo a lógica de Jacobs, compreendemos então que as ruas deverão ter características que atraiam a comunidade, de forma a manter essa rede de vigilância informal em vigor. O planeamento urbano e os usos do espaço revelam-se, de tal modo, essenciais para garantir que todas as zonas urbanas sejam portadoras de espaços e serviços atrativos para a comunidade.

"A well-used city street is apt to be a safe street. Deserted city street is apt to be unsafe." (Jacobs, 1961:34)

Jacobs argumenta que são necessárias 3 características para uma rua, ou espaço público, poder ser considerado como um espaço seguro - um espaço que consiga não só dar resposta às necessidades dos fluxos urbanos mas também utiliza-los como ferramenta para a própria segurança da rua:

"First, there must be a clear demarcation between what is public space and what is private space." (Jacobs, 1961:35)

Em primeiro lugar, Jacobs defende a delimitação do que são espaços públicos e espaços privados. Isto permite uma leitura do território urbano mais simplificada, rejeitando espaços ambíguos e facilitando a implementação da rede informal de vigilância.

"Second, there must be eyes upon the street, eyes belonging to those we might call the natural proprietors of the street. (...) They cannot turn their backs or blank sides on it and leave it blind." (Jacobs, 1961:35)

Jacobs argumenta que devem existir sempre olhares vigilantes dos 'proprietários naturais da rua'. Quando se refere aos 'proprietários naturais da rua' fala das pessoas que vivem e trabalham diariamente na rua em questão. Isto remete para o argumento anterior, referente aos usos e serviços presentes na rua, demarcando a posição de que é necessário existir dinâmicas urbanas nas várias zonas da cidade, contrariando a tendência de espaços como os "bairros dormitórios" ou outros de carácter semelhante, que encerrem em si apenas uma função. Isto leva-nos ao terceiro ponto de Jacobs, que defende:

"And third, the sidewalks must have users on it fairly continuously, both to add to the number of effective eyes on the street and to induce the people in buildings along the street to watch the sidewalks in sufficient numbers." (Jacobs, 1961:35)

Como exemplo disto, podemos enunciar as dinâmicas dos 'bairros dormitório', zonas residenciais com escassa diversidade de funções, que durante o dia se encontram vazios, como consequência dos movimentos pendulares das comunidades. Podemos exemplificar isto também nos *Central Business Districts*³⁹, onde se verifica o oposto do movimento pendular. Isto acontece porque estas zonas são dedicadas a um uso apenas e são fortemente influenciadas pelos fluxos pendulares urbanos. A existência destas grandes diferenças na frequência dos espaços pelas comunidades, inviabiliza a rede de vigilância descrita por Jacobs, que tem como fundamento a permanente e contínua presença de pessoas que a implementem. De tal modo, para que tal abandono do espaço público não aconteça é necessário a dinamização destas zonas, dotando-as de diversos usos e funções, associadas a comércio, lazer, habitação e outros, tal como anuncia Jacobs:

"The basic requisite for such surveillance is a substantial quantity of stores and other public places sprinkled along the sidewalks of a district; enterprises and public places that are used by evening and night must be among them specially. Stores, bars and restaurants, as the chief examples, work in several different and complex ways to abet sidewalk safety." (Jacobs, 1961:36)

39 *Central Business District* - zonas urbanas caracterizadas pela forte presença comercial e empresarial, como o quarteirão Midtown Manhattan, em Nova Iorque, ou o quarteirão La Défense, em Paris.

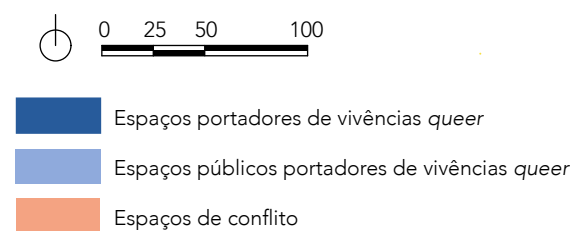


Fig. 35 - Planta noturna da área de estudo da Praça Carlos Alberto e envolvente



Fig. 36 - Embaixada do Porto (1)



Fig. 37 - Lusitano (2)



Fig. 38 - Praça de Carlos Alberto



Fig. 39 - Praça de Carlos Alberto



Fig. 40 - Rua de Cândido dos Reis



Fig. 41 - Rua da Galeria de Paris

Discriminação

Uma das realidades sociais que mais influencia as vivências *queer* em espaço público são as diversas discriminações a que a comunidade está sujeita. Podemos considerar esta questão das discriminações como um fenómeno associado aos próprios atores sociais, existindo variações na frequência de atos discriminatórios, que estão interligados com as práticas sociais que acontecem em espaço público. Ou seja, é expectável que estes atos de discriminação aconteçam com mais frequência em espaços ocupados por comunidades caracterizadas pelo heterocentrismo, ao invés de um espaço com uma maior presença da comunidade *queer* e, por consequente, caracterizado por um ambiente de maior tolerância e aceitação. Isto traduz-se, no território, na aglomerações de pessoas com as mesmas tendências ideológicas em espaços distintos da cidade, resultando num território pontuado de enclaves identitários e ideológicos, ao invés de existir uma dispersão de todos os atores sociais pelo território e o uso total do espaço da cidade por *todes*.

Jacobs analisa a problemática da segurança numa realidade urbana e social mais abrangente, em comparação com estudo aqui presente. Vendo isto através do filtro que são as vivências *queer* urbanas, acresce a esta questão outras formas de violência simbólica sofridas pela comunidade *queer*, nomeadamente as discriminações com base na orientação sexual ou identidades de género. As repostas que Jacobs oferece para um espaço público mais seguro revelam-se importantes, no entanto, insuficientes para a resolução dos problemas associados às diversas discriminações e violências simbólicas.

A título de exemplo, veja-se o caso do bairro da Rua da Galeria de Paris (Fig.41) e da Rua de Cândido dos Reis (Fig. 40) - as ruas vêm uma forte afluência de pessoas, existindo quase constantemente uma vigilância comunitária destes espaços, no entanto, *váries inquirides* no questionário realizado à comunidade *queer*, consideraram esta zona como insegura. Ora, esta insegurança não diz respeito, obrigatoriamente, a formas de insegurança física mas antes simbólica, protagonizado pela comunidade que habita esse espaço, maioritariamente composta por pessoas heteronormativas que perpetuam um ambiente predatório e caracterizado por violências simbólicas e discriminações (Fig. 35). À pergunta 'Que zonas ou percursos costumam evitar na cidade? Porquê?' uma inquirida respondeu:

"Galerias é o mais gritante que me lembro, o ambiente predatório e de violência cishetera branca são extremamente desconfortáveis e problemáticos." (Resposta de uma inquirida ao questionário)

Com isto entendemos que a resolução destas problemáticas vai muito além de soluções urbanas ou arquitectónicas, não descorando a sua importância. Para tal, deverá ser efetuado um trabalho de carácter social, com especial destaque na área da educação e nas camadas mais jovens, com o objetivo de criar uma sociedade baseada na tolerância e aceitação. Os progressos, legislativos, urbanos ou de outra ordem, de pouco servem se não forem acompanhados de uma campanha de sensibilização da sociedade.

"Neste sentido, a população LGBT encontra obstáculos no acesso à política e serviços na área da educação, na medida em que algumas escolas, em larga medida, tendem a continuar reproduzindo formas opressivas de lidar com a sexualidade, ao desconsiderar a diversidade sexual em todas as suas expressões. Ademais, naturaliza o preconceito e não enfrenta a discriminação como um acontecimento que precisa ser identificado, desmistificado, refletido e, por vezes, punido." (Silvia, Santos, 2015:510)

Um outro exemplo que podemos destacar, na cidade do Porto, acontece na Rua de Passos Manuel (Fig. 43). Em contexto noturno, verifica-se uma sobreposição de comunidades muito distintas a habitar o mesmo espaço, o que resulta num confronto de diversas formas de estar e de ideologias. Por um lado temos estabelecimentos como o Passos Manuel (Fig. 46) ou o Maus Hábitos (Fig. 47), que contam com diversas comunidades que, embora distintas, conseguem uma coexistência tranquila. Por outro lado temos a discoteca Boîte (Fig. 45), com a presença de uma comunidade fundamentalmente distinta das restantes, caracterizada por vivências heteronormativas e sexistas. Este fenómeno resulta, no espaço público da rua, num ambiente de atrito social, pontuado por atos discriminatórios e confrontos ideológicos e identitários (Fig. 42). Com este exemplo entendemos que não é apenas o espaço público que influencia diretamente as vivências *queer* - confirmado pela tranquila presença das comunidades no Passos Manuel e no Maus Hábitos - mas antes as pessoas que habitam esse espaço - confronto com a comunidade que frequenta o Boîte. Este caso aqui descrito representa apenas um exemplo do que são os diversos desafios enfrentados pela comunidade *queer*, desafios estes que encontramos presentes em todas as situações quotidianas, tal como descrevem Silva e Santos:

"E muitos indivíduos são desrespeitados e sofrem violência emocional e física no espaço entre a casa e a rua, em paradas de ônibus; no ambiente de trabalho; num hospital; na escola; no transporte público e nos mais diferentes ambientes de lazer e de convivência social. O Estado e muitas das suas instituições convivem e reproduzem o preconceito por orientação/expressão sexual e identidades de género de forma institucionalizada. Naturaliza-se a violação dos direitos humanos em ambientes que deveriam proteger os indivíduos contra todas as formas de violência e violação de direitos." (Silvia, Santos, 2015:510)

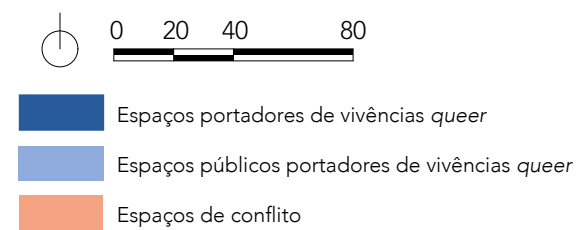
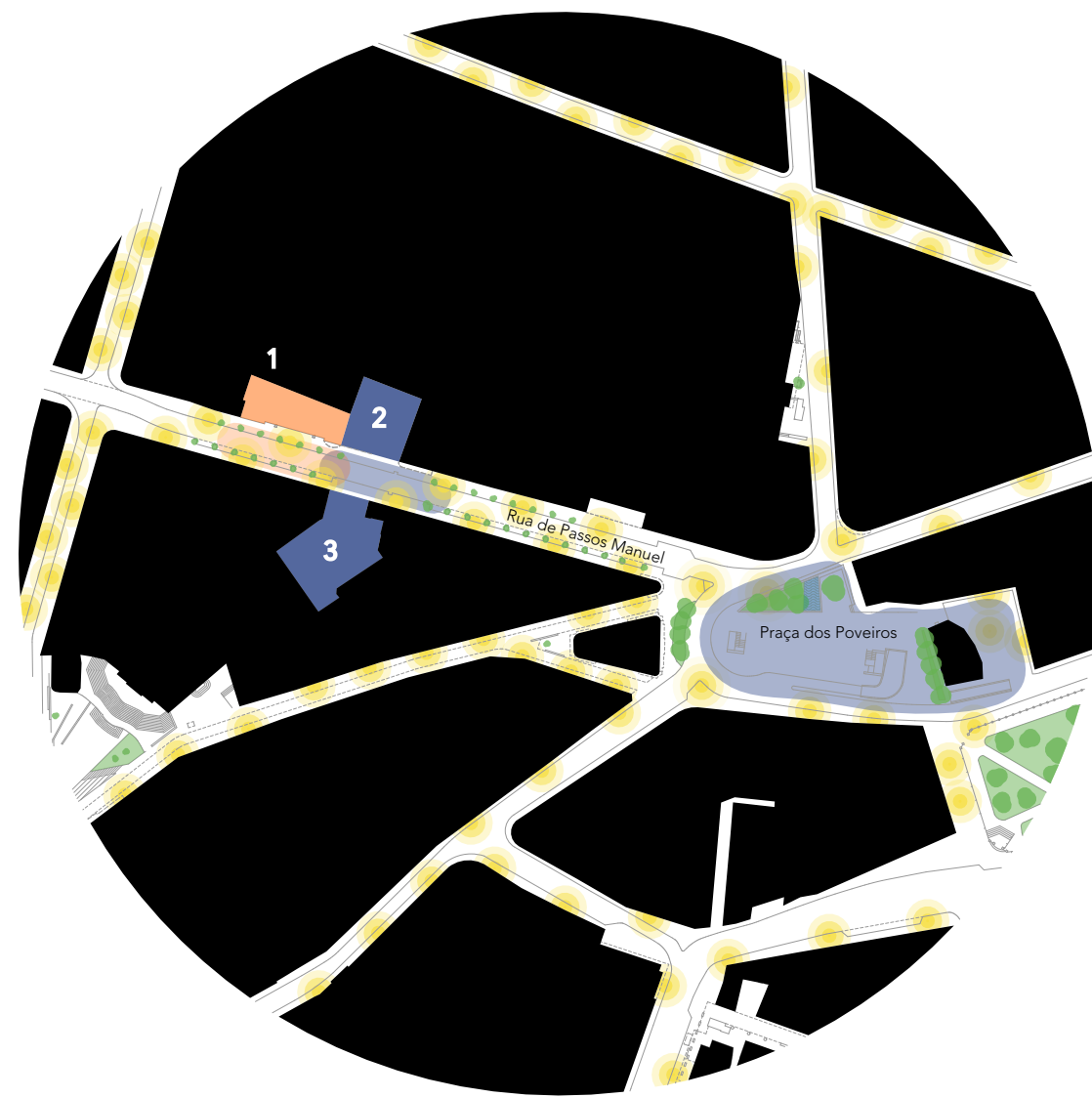


Fig. 42 - Planta noturna da área de estudo da Rua de Passos Manuel e envolvente



Fig. 43 - Rua de Passos Manuel



Fig. 44 - Boîte e Passos Manuel



Fig. 45 - Boîte (1)



Fig. 46 - Passos Manuel (2)



Fig. 47 - Maus Hábitos (3)



Fig. 48 - Praça dos Poveiros

Acesso ao espaço

Existe uma tendência para a aglomeração da comunidade queer nos mesmos espaços, validando o proverbial 'A união faz a força'. Isto representa uma dificuldade no acesso incondicional ao espaço por parte da comunidade *queer*, não porque a frequência de certos espaços seja fisicamente restrita, mas antes por não se verificarem os parâmetros de segurança e conforto que a comunidade procura. Os espaços que efetivamente oferecem essas características ganham uma força gravítica, atraindo as pessoas *queer* e originando enclaves informais dispersos no território. Isto verifica-se, a título de exemplo, na zona que integra a Rua José Falcão, a parte sul da Rua dos Mártires da Liberdade e a Praça Carlos Alberto (Fig. 35). Estas formas de ocupação do espaço público estão intimamente ligadas com o sentido de comunidade, sendo um exercício coletivo de acesso ao espaço, ao invés de um ato individual, como o afirmam Silvia e Santos:

"Ocupar a cidade como espaço público e acessá-la em sua totalidade significa a ultrapassagem de um ato meramente pessoal/individual para um processo político, coletivo e de resistência às formas discriminatórias e ao complexo universo da desigualdade social, que produz e legitima lugares para determinados indivíduos; que obstaculiza a diversidade humana e que naturaliza a exploração do trabalho e as práticas de dominação ideológica e cultural." (Silvia, Santos, 2015:507)

De forma a demonstrar um outro argumento, voltamos ao caso da Rua de Passos Manuel (Fig. 42). Embora exista atrito social entre as pessoas que frequentam o Boîte e as que frequentam o duo Passos Manuel - Maus Hábitos, verifica-se que a comunidade *queer* continua a frequentar esse espaço, fenómeno que podemos compreender com a carência de espaços verdadeiramente *queer* na cidade. Esta carência resulta numa cedência por parte da comunidade *queer* nas questões de conforto e segurança, de forma a garantirem o acesso aos espaços da cidade.

Vivemos atualmente num mundo de rápida transformação social e com inúmeros desafios sociais, que se aprofundam diariamente como consequência de uma sociedade dividida e polarizada. As formas de habitar a cidade, na sociedade contemporânea, encontram-se em ruptura, consequência de um legado de décadas de discriminações e marginalização de identidades, protagonizadas pela 'máquina capitalista-branca-heteronormativa', que ignora a

componente social da sociedade e tem como valor máximo a proteção e produção de capital.

"As cidades contemporâneas são verdadeiras bombas prestes a explodirem pela via da violência, pela segregação de espaços; pela situação dramática em que se encontram os indivíduos que estão sem teto; pelas práticas dos especuladores imobiliários; pelo acirramento da violência contra a mulher; da homofobia, transfobia e lesbofobia que obstaculizam o direito à cidade da população LGBT e pelo contínuo processo de aumento do desemprego; de demolição dos direitos e dos valores ético-morais." (Silvia, Santos, 2015:513)

No entanto, entendemos que o estudo de tais fenómenos, espaços e comunidades é essencial para o entendimento da sociedade contemporânea, para que dessa forma seja possível teorizar soluções efetivamente humanas para os desafios sociais que hoje enfrentamos. A sociedade tem, na sua essência, um trabalho de mutação constante, que deverá ser espelhado na forma como apreendemos, vivemos e construímos a cidade. A problemática que se põe, atualmente, é a forma como a cultura capitalista do consumo rege o crescimento e adaptação das cidades, esquecendo a componente humana tão essencial para o funcionamento de tais cidades - o indivíduo, a comunidade. De tal modo, propomos uma reavaliação dos valores que orientam o espaço urbano, tendo em conta as problemáticas sociais, e dando voz às inúmeras comunidades marginalizadas.

"Apreender a cidade do ponto de vista histórico é, sem dúvida, nos deter em um aspeto basilar na sua formação: a transformação do espaço citadino acontece mediante as mudanças societárias. Foi assim no início da civilização, quando surgiram as primeiras cidades junto ao Eufrates, há 5.000 a.C., nas fundações das cidade-Estado e na expansão comercial que impulsionou, ainda na Antiguidade, o desenvolvimento urbano." (Silvia, Santos, 2015:513)

5.2 _ Espaço Comunitário

The Proud Place, Manchester

O The Proud Place é um Centro Comunitário LGBTQ+ em Manchester, gerido pela organização The Proud Trust. O centro tem já uma longa história, com início na década de 1970, pontuada por alterações de espaços, de morada e organização que gere o espaço. Inicialmente, consequência das circunstâncias sociais e políticas que se viviam, o centro comunitário sediava-se em caves de edifícios pré-existentes, um reflexo da realidade vivida pela comunidade *queer* à data.

A criação do centro comunitário segue a argumentação descrita no capítulo dos Centros Comunitários, tendo nascido da necessidade de um espaço reservado para a comunidade *queer* de Manchester. A localização do edifício revela-se particularmente relevante quando analisada a área envolvente. O edifício materializa-se adjacente à circular urbana A57(M), numa rua perpendicular à Oxford Road, uma artéria principal da cidade, que liga o centro às zonas periféricas do sul, garantindo a facilidade de acesso ao espaço, inclusive através de meios de transporte público. De forma ainda mais relevante, situa-se na zona universitária, em proximidade com inúmeras faculdades e instituições universitárias. Esta localização estratégica garante a *todes* es jovens estudantes um espaço seguro numa fase da vida caracterizada pela procura e afirmação de identidades e sexualidades.

Em 1988 é fundado o centro na Sidney St., no mesmo local onde existe atualmente o The Proud Place (Fig 49 e 50). O edifício pré-reabilitação integrava medidas de segurança que refletiam as ameaças a que a comunidade estava sujeita, como janelas elevadas - para não se ver o interior quando se passava na rua - poucas aberturas para o exterior, a zona mais comunitária, representada pelo café, encontrava-se no centro do edifício - sublinhando a realidade de clausura e isolamento do exterior (Fig. 50 e 54). Ainda relativo ao edifício antigo destacamos a separação das casas de banho assentes no binário de género.

O projeto de reabilitação, da autoria do gabinete URBED e com início em 2013, contou com a participação da comunidade na decisão da definição dos espaços e linguagem arquitetónica. De tal modo, o processo foi dividido em 11 fases com 4 formas de atuar: foram efetuados 6 workshops com os usuários do espaço, 3 consultas públicas das propostas de projeto, 2 questionários dirigidos à comunidade - sendo um deles integrado numa das fases de consulta pública - e uma fase de visita a edifícios existentes, de forma a criar um quadro de

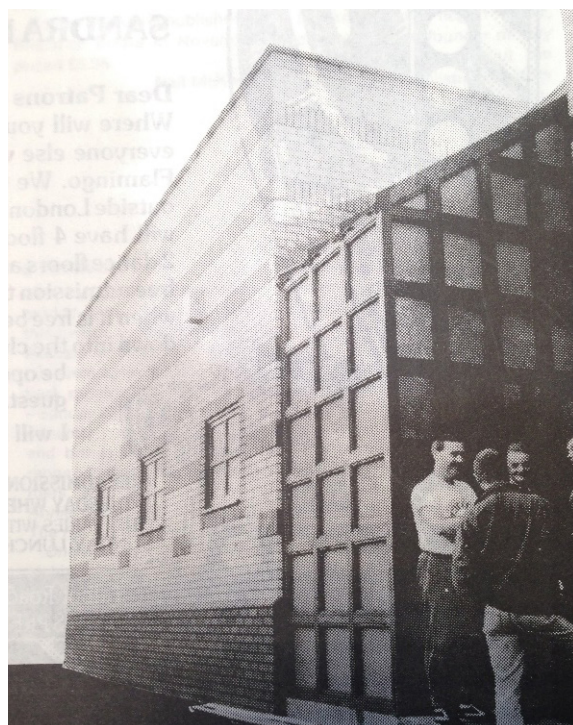


Fig. 49 - Fotografia da entrada do edifício original do centro comunitário de Sidney Street



Fig. 50 - Fachada norte do edifício original do centro comunitário de Sidney Street



Fig. 51 - Fotografias do processo participativo da reabilitação do The Proud Place

referências de espaços e linguagens arquitetônicas.

A participação da comunidade no desenvolvimento projetual do edifício revelou-se essencial pois permitiu o desenho do espaço especificamente para esta comunidade e para os usos que esta dá ao espaço. Para além disso, e como resultado da participação da comunidade, foi possível estabelecer algumas premissas para a definição do espaço que resolvessem passivamente questões específicas relacionadas com segurança e inclusividade do espaço. De modo a entender este longo processo coletivo, enumeramos as diversas fases e descrevemos as conclusões principais que foram retiradas de cada uma.

Workshop 01 – O processo inicia-se em agosto de 2013, quando ocorre a primeira discussão de “*hopes and fears*” relativos ao novo edifício. Nesta primeira conversa foi salientado pela comunidade o facto de existir, no edifício existente, uma carência de resiliência e existir um afastamento da comunidade das decisões relativas ao edifício.

Questionário 01 – Em janeiro de 2015 foi elaborado um questionário, parceria da URBED e do The Proud Trust, com o objetivo de entender as opiniões da comunidade para com o edifício antigo e foram lançadas as primeiras premissas para o novo espaço. Desta discussão resultou a intenção de criar um espaço livre de álcool e drogas, onde fosse assegurada a segurança da comunidade e que estivesse equipado para receber pessoas de mobilidade reduzida. Nesta fase aparecem as primeiras divergências no seio da comunidade, relativas à questão da privacidade e anonimato do edifício.

Visita a edifícios existentes – Ao longo do ano de 2016 são efetuadas visitas a outros edifícios existentes de modo a criar uma base de referências para a elaboração do novo edifício.

Workshop 02 – O 2º workshop realizado, em março de 2015, teve em vista entender os usos do espaço do centro existente. O objetivo desta fase foi entender as vivências, fluxos e dinâmicas do espaço e compreender as necessidades espaciais de cada uso, analisando se seria necessário mais ou menos espaço associado a cada uso do espaço.

Workshop 03 – Em setembro de 2015 é realizado o 3º workshop com a comunidade, onde é abordada a questão da linguagem e aparência estética do edifício. Para tal, é criada uma ‘parede de pensamentos ou gostos’, onde os membros da comunidade inserem as referências visuais até então selecionadas num dos lados da parede, sendo um associado a referências positivas, ‘cool’, e o outro a referências menos positivas, ‘uncool’ (Fig. 49). Desta discussão foi concluído que existia a preferência pelo uso da cor no projeto, de forma controlada e sem ser algo berrante.

Consulta pública 01 – Na 1ª consulta pública, em dezembro de 2015, são exibidas publicamente as propostas até então elaboradas. Esta fase foi acompanhada da elaboração de um questionário com vista a entender as opiniões da comunidade relativas às propostas

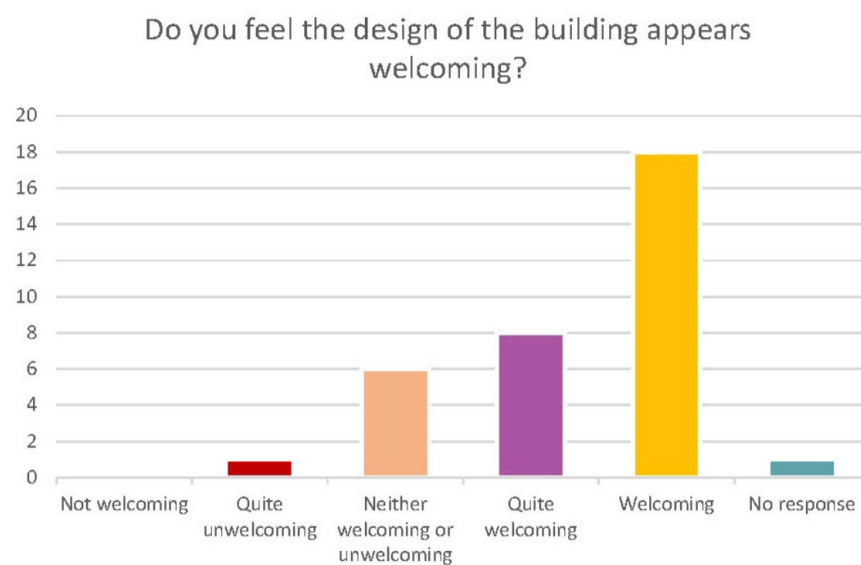
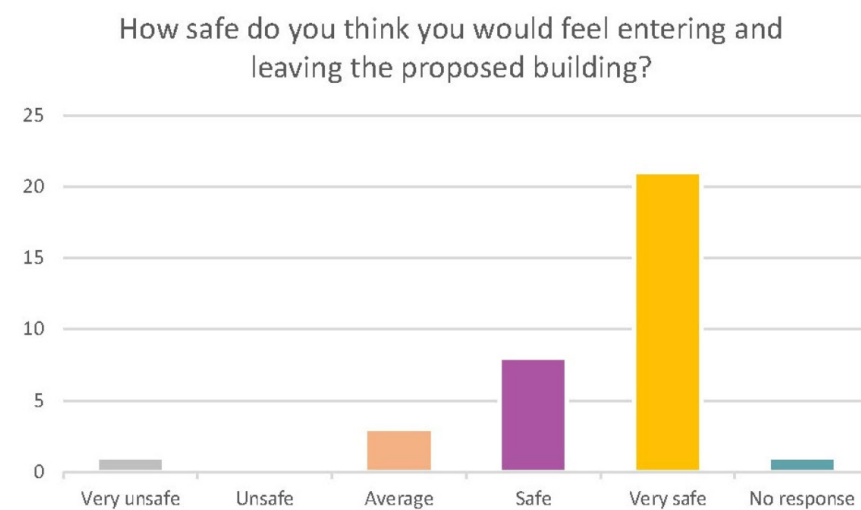


Fig. 52 - Gráficos resultantes do questionário à comunidade inserido no processo participativo da reabilitação do The Proud Place - http://urbed.coop/sites/default/files/1042-URBED-RP-A-Design_and_Access_Statement.pdf

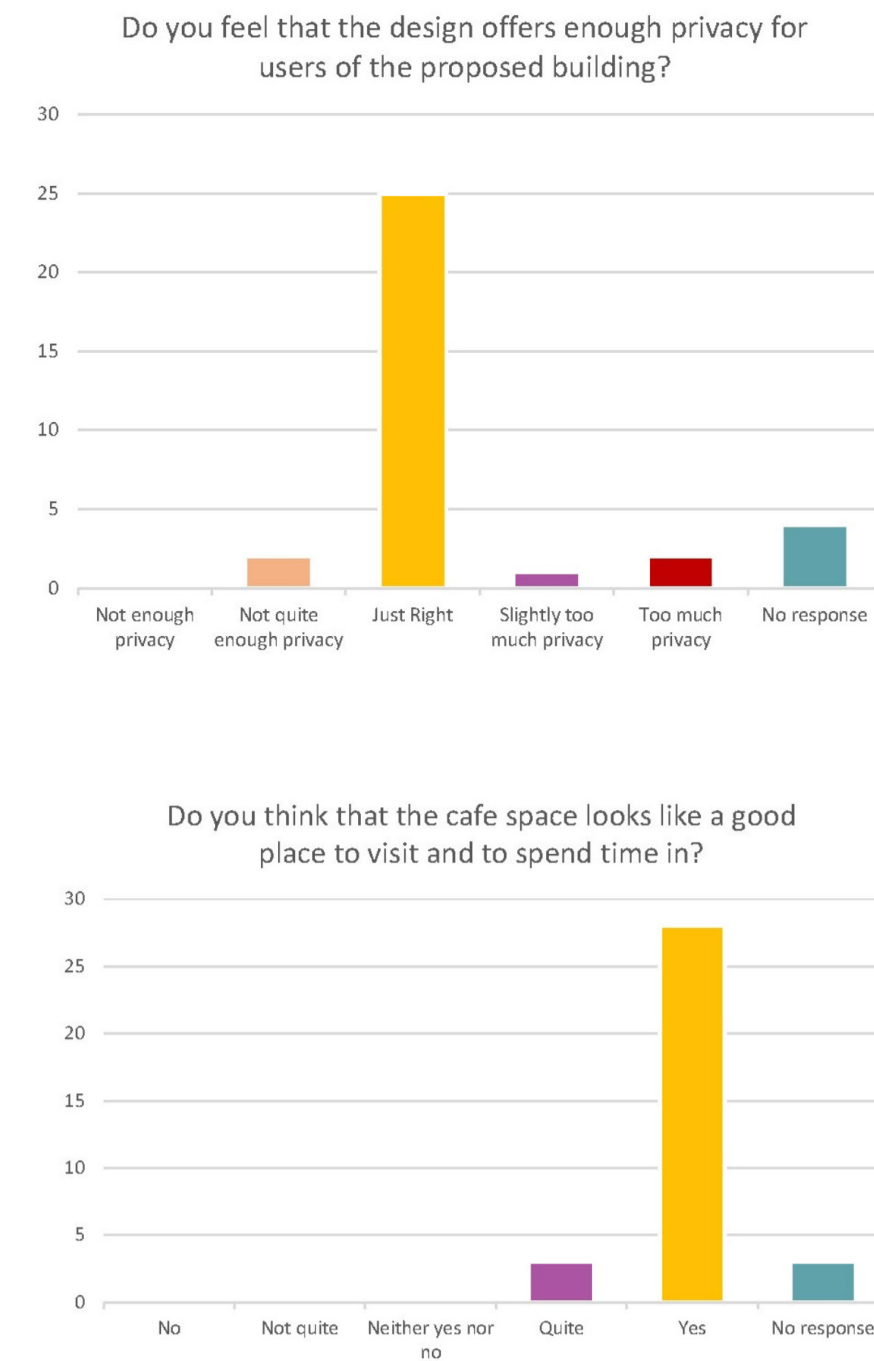


Fig. 53 - Gráficos resultantes do questionário à comunidade inserido no processo participativo da reabilitação do The Proud Place - http://urbed.coop/sites/default/files/1042-URBED-RP-A-Design_and_Access_Statement.pdf

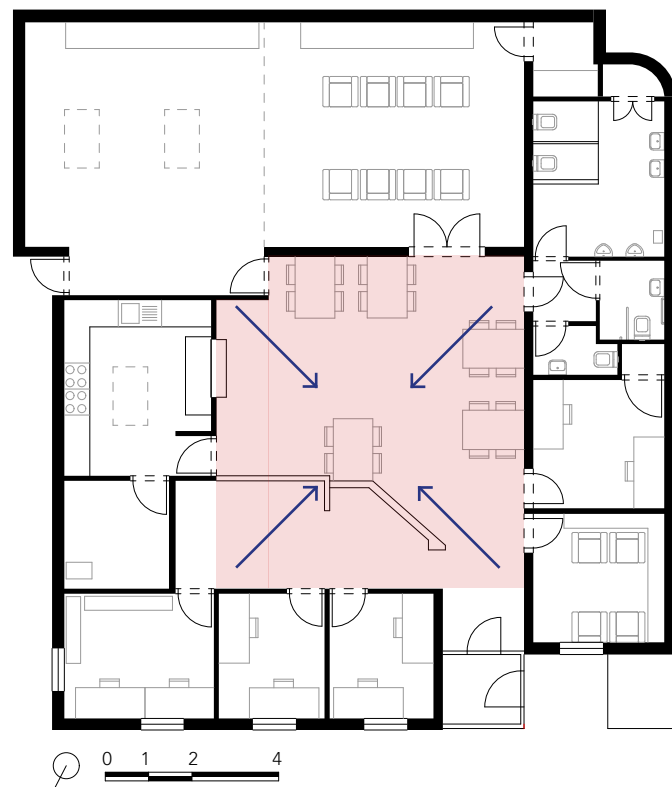


Fig. 54 - Planta edifício original do The Proud Place

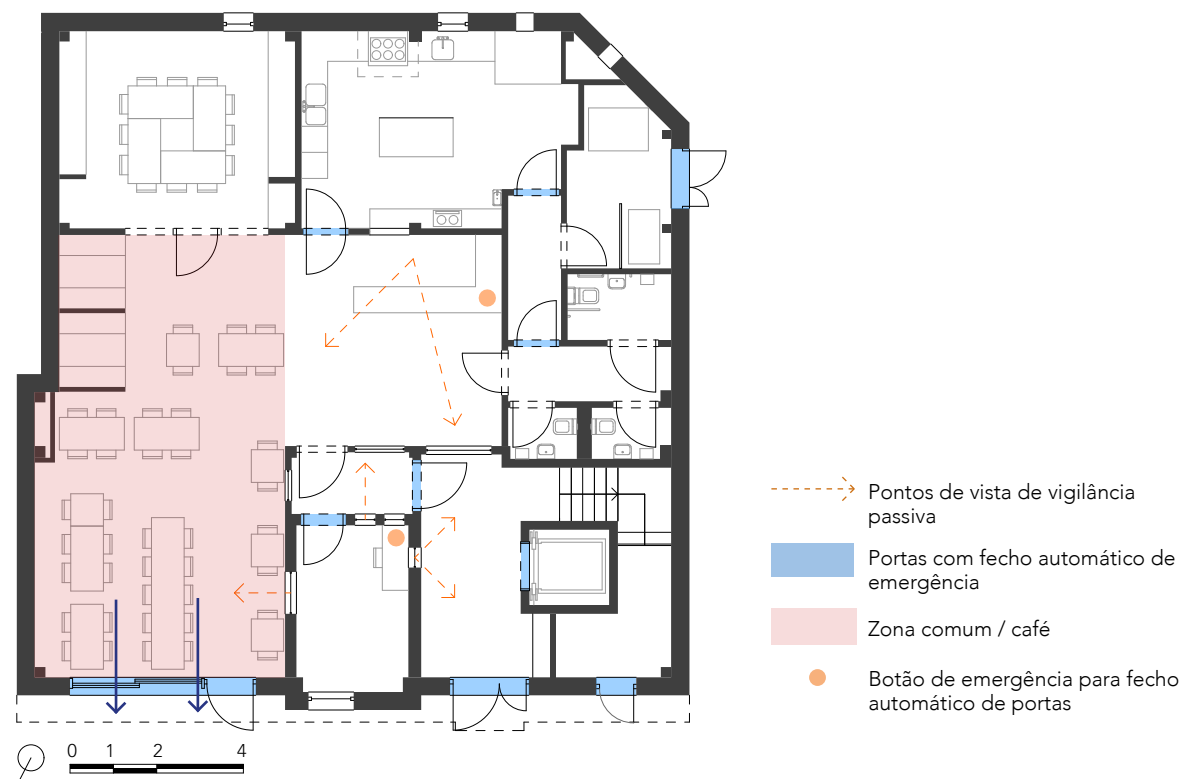


Fig. 55 - Planta piso R/C do The Proud Place pós-reabilitação

apresentadas, que resultou num *feedback* positivo. As conclusões retiradas deste questionário são posteriormente analisadas e integradas nas novas propostas de projeto.

Workshop 04 – Em setembro de 2017 é realizada uma discussão do projeto, já revisto após as conclusões das fases anteriores, onde é abordado uma vez mais o design do edifício e a sua aparência exterior. Deste momento resulta a escolha do revestimento metálico dourado para os alçados. Esta escolha reflete a intenção do uso de cor, referida no workshop 3.

Workshop 05 – O 5º workshop, realizado em abril de 2018, focou-se na elaboração do espaço da cozinha e espaços a esta associados, com a realização de um exercício de planeamento dos espaços à escala real.

Consulta pública 02 – Em junho de 2018 é efetuada uma mostra pública das propostas elaboradas, desta vez com um público-alvo mais abrangente, não exclusivo apenas para a comunidade que usufrui do centro. Foi também elaborado um questionário para a recolha de opiniões da comunidade, do qual resultaram os dados em forma de gráfico, presentes nas Fig. 52 e 53.

Consulta pública 03 – Em agosto de 2018 a proposta foi divulgada no Manchester Pride Festival 2018, com a apresentação de uma maquete à escala 1/50. Este representa o primeiro momento em que o projeto é apresentado ao público geral.

Workshop 06 – A última fase do processo participativo acontece em outubro de 2018, onde são abordadas questões como acessibilidade, segurança e outros detalhes.

Dos contactos com a comunidade resultaram dois temas principais a integrar no projeto do novo centro: a segurança e acessibilidade. No tema da segurança, foi decidido que o projeto não integraria sistema de videovigilância (CCTV), por se considerar este sistema demasiado invasivo para uma comunidade por si só já vulnerável, e que necessita de um certo grau de privacidade e anonimato. Não obstante, e de forma a salvaguardar a segurança das pessoas que utilizam o espaço, foi escolhida a opção de uma vigilância passiva. Esta solução foi desenvolvida como parte integrante do projeto e do desenho dos espaços, através de duas componentes: a integração de botões de pânico, localizados em 3 pontos ao longo do edifício, que permitem o bloqueio, por parte de *funcionáries* do centro, das portas associadas ao lobby da entrada e da caixa de escadas; o segundo sistema refere-se a uma vigilância passiva da entrada, da caixa de escadas e câmaras e esta associadas, através do desenho de pontos de vista específicos que permitem aos *funcionáries* uma vigilância permanente destes pontos estratégicos. (Fig. 55, 59 e 60)

A segurança da zona de entrada é assegurada pela vigilância de dois pontos de vista, um do balcão do café e outro da livraria, espaços onde estão sempre presentes *funcionáries*, permitindo uma vigilância visual permanente destes espaços. O mesmo acontece no piso superior, com a colocação estratégica de aberturas nas paredes de forma a permitir esta visão



Fig. 56 - Fotografias de espaços interiores do The Proud Place



Fig. 57 - Detalhe do revestimento exterior do The Proud Place



Fig. 58 - Fachada principal do The Proud Place

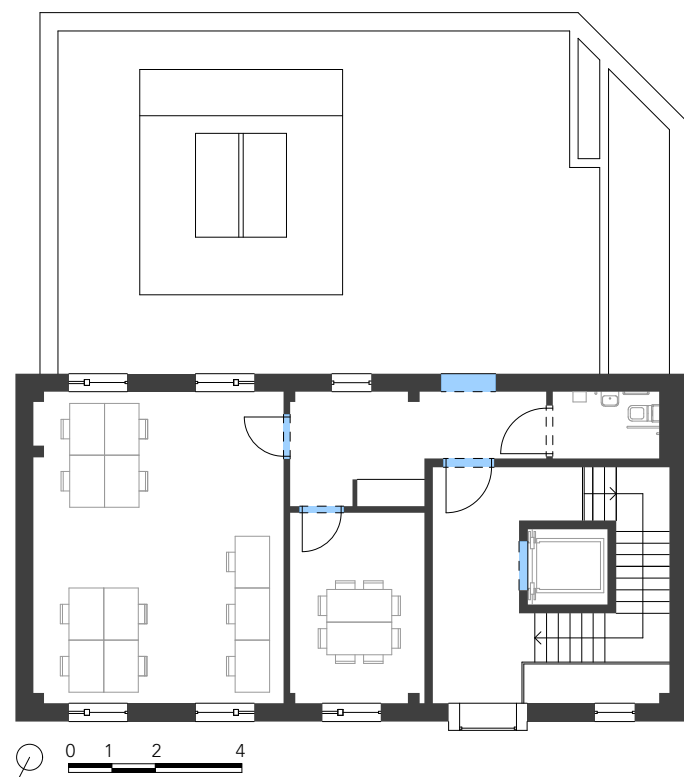


Fig. 59 - Planta piso 2 do The Proud Place pós-reabilitação

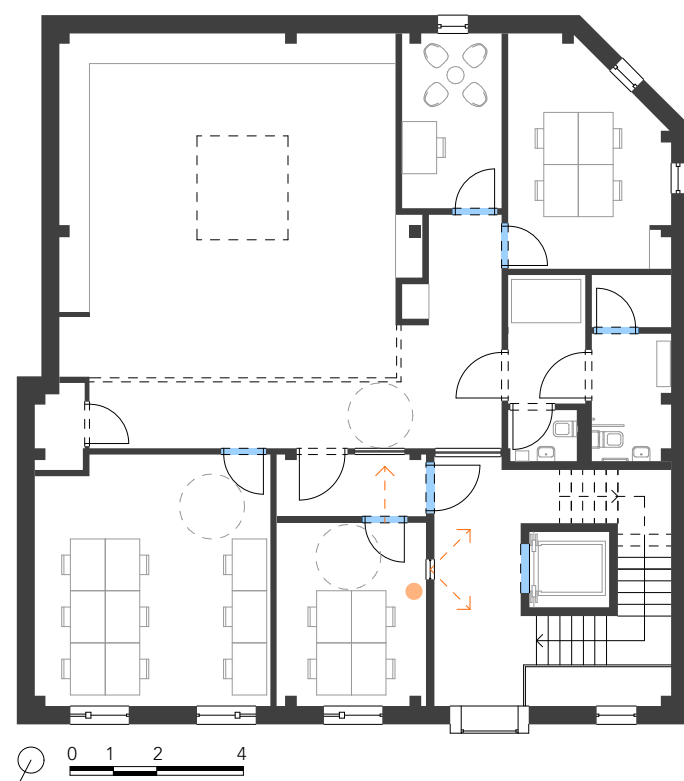


Fig. 60 - Planta piso 1 do The Proud Place pós-reabilitação

-  Pontos de vista de vigilância passiva
-  Portas com fecho automático de emergência
-  Zona comum / café
-  Botão de emergência para fecho automático de portas

desobstruída para a caixa de escadas (Fig. 55, 59 e 60). Para além disso, salienta-se a posição da zona comum do café. Ao contrário do projeto original - em que esta zona se encontra no núcleo do edifício, sem janelas para o exterior, sublinhando a realidade de isolamento - no projeto de reabilitação esta zona é deslocada para o limite nordeste do edifício e aberta para a rua, contrariando a lógica do isolamento e criando um espaço com mais abertura e sensação de liberdade. (Fig. 54 e 55)

A proximidade da comunidade com *es arquitetos* no processo projetual revelou-se essencial para o desenvolvimento de uma arquitetura que respondesse exatamente às necessidades da comunidade. Este contacto permitiu a criação de premissas ou valores chave que regem o design, sendo estes requisitos pensados previamente e integrados com o design do edifício, ao contrário de uma adaptação posterior dos espaços para os requisitos da comunidade. Destacamos outras alterações em relação ao desenho original do edifício, como o aumento significativo de aberturas para o exterior, a abertura da zona comunitária - o café - para a rua, a atualização das casas de banho como espaços não organizados por género e o aumento significativo da área útil. (Fig. 55 e 58)

Dados os mecanismos de segurança presentes neste caso de estudo podemos estabelecer dois paralelismo com capítulos anteriormente abordados. São estes o capítulo Cidade Segura e o sub-capítulo da Segurança, presente no caso de estudo do Porto. O The Proud Place materializa-se como um exemplo prático dos argumentos apresentados nesses capítulos dando uma resposta concreta aos desafios relacionados com a segurança e demonstrando, a uma escala pequena e experimental, que é possível implementar os mecanismos de vigilância passiva descritos por Jacobs, de forma a mitigar as formas de discriminação e outros problemas urbanos e sociais descritos no capítulo da Cidade Segura. De tal modo, argumentamos que para atingir um espaço urbano efetivamente inclusivo, é necessária a implementação de tais mecanismos, demonstrados e comprovados no presente caso de estudo, a nível urbano, com especial destaque no espaço público.

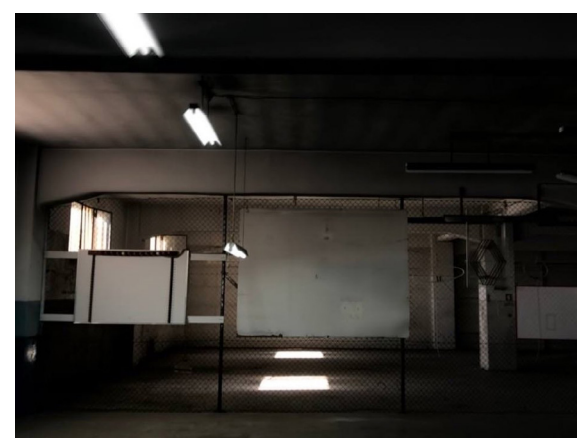
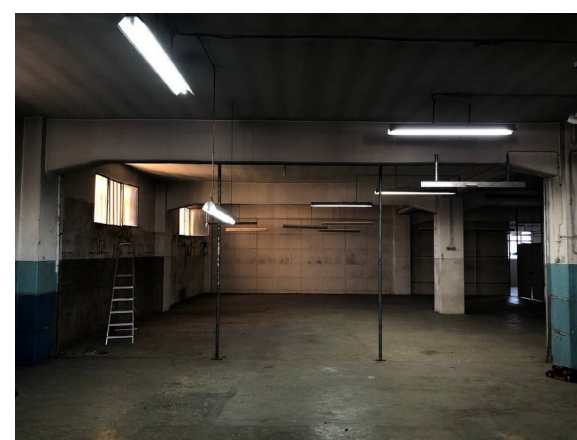
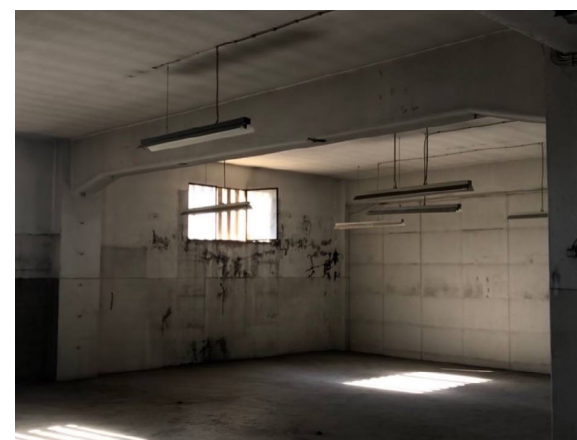


Fig. 61 - Fotografias do espaço interior do Planeta Manas

5.3 _ Espaço de Utopia

Planeta Manas, Lisboa

Consideramos um espaço de utopia locais onde as liberdades associadas a identidade e sexualidade são asseguradas e a segurança dos atores sociais é garantida. O carácter de utopia provém dos princípios e valores que regem o uso do espaço, caracterizados pelo contraste com a restante urbanização, resultando num espaço onde as subversões e resistências não são apenas aceites como incentivadas. É um espaço marcado pela experimentação identitária e sexual, pela inclusão de comunidades e géneros, que utiliza a expressão musical como mote para uma experiência coletiva de desejos dissidentes. Integrante nesta categorização de espaço de utopia, apresentamos o caso de estudo do espaço cultural Planeta Manas, em Lisboa.

Este espaço, fundado em 2021, gerido pelas duas entidades Associação Cultural Mina e Rádio Quântica, surgiu da necessidade de um espaço para a comunidade *queer* de Lisboa. As duas entidades que gerem o espaço eram já existentes antes da inauguração deste novo espaço coletivo, e diferem entre si na sua génese, não obstante, estão ambas relacionadas com produção cultural, com especial destaque na área da música. (Fig. 61)

A Associação Cultural Mina vê a sua criação em 2017 e tem como principal objetivo a organização de eventos e festas e de celebração da cultura *clubbing* e de corpos e identidades dissidentes.

"Mina aims to bring together ravers from the queer techno underground clubbing and scene to instigate towards sexual and gender liberation. Mina is hedonistic and non-reproductive; Mina is techno-quantum beats; Mina is sex positive; Mina is suspension." (Mina Suspension, s/d)

A Rádio Quântica é fundada em 2015, e apresenta-se como uma rádio independente e editora, uma plataforma de empoderamento e divulgação de artistas *underground*, com foco na partilha da obra de artistas pertencentes a comunidades marginalizadas, que de alguma forma tenham sido *excluídas* das plataformas *mainstream*. A rádio conta com uma transmissão online 24H por dia, assim como diversos eventos como festivais, palestras e workshops relacionados com o universo da música.

"Quântica is the manifestation of a movement, bringing together DJs, labels, musicians, collectors, cultural agitators and activists from all backgrounds, sociocultural contexts, identities and origins, both from Portugal and international." (Rádio Quântica, s/d)

No presente estudo, e por ser a organização mais relevante para o tema a ser tratado, iremos focar-nos na Associação Cultural Mina para a análise e descrição dos espaços de utopia.

"Mina is a queer trans feminist sex-positive rave focused on techno." (Mina Suspension, s/d)

Como forma de proteção e privacidade dos corpos que habitam este espaço nos eventos noturnos, a organização tem implementada a regra de proibição de registos fotográficos ou em formato vídeo, razão pela qual os registos fotográficos presentes neste ensaio não são do autor, mas antes retirados da página oficial de Instagram da organização Mina Suspension. Posto isto, o observado será descrito em formato texto.

O espaço caracteriza-se por um ambiente de liberdade incondicional e respeito *pele outre*. Este aparece como um enclave no território urbano, dentro do qual os desejos e sexualidades dissidentes fluem livremente, fora da realidade discriminatória e de insegurança que caracteriza do espaço urbano (Fig. 62). Podemos fazer uma comparação com os capítulos que abordam Greenwich Village e Enclaves - embora a uma escala bastante mais reduzida - podemos estabelecer uma relação de comparação com o conceito de enclave, no sentido em que representa um espaço seguro delimitado no território. No caso do Planeta Manas observamos um espaço *queer* seguro encapsulado numa zona industrial, que contrasta com os usos do espaço dentro dos limites do enclave. Analisando a zona envolvente, encontramos um bairro industrial delimitado a oeste pelo Aeroporto Humberto Delgado e a este pela 2ª circular, o que garante à zona uma realidade de isolamento do restante tecido urbano. Isto traduz-se, em termos práticos, numa fraca rede de transportes públicos, especialmente à noite, quando acontecem a maioria dos eventos da associação (Fig. 63).

O espaço fundado em 2021 localiza-se numa zona industrial em Prior Velho, Lisboa, numa zona onde as vivências noturnas não se manifestam com muita intensidade. A zona, maioritariamente industrial, garante um certo grau de privacidade à comunidade aquando os eventos noturnos. A questão da privacidade, revista no caso de estudo do The Proud Place, representa uma componente importante neste tipo de espaços. Ao abordar práticas de uma comunidade por si só já vulnerável, é essencial a presença de um certo grau de privacidade que possa servir de filtro entre o que são as práticas dissidentes dentro do espaço e a realidade do território mais abrangente, muitas vezes caracterizado pela intolerância e discriminação.

Do exemplo da cultura *Ballroom* podemos retirar o sentido de comunidade, também aqui presente neste espaço do Planeta Manas. Estas componentes da privacidade e comunidade estão ainda mais presentes quando constatamos que existe uma grande vigilância sobre

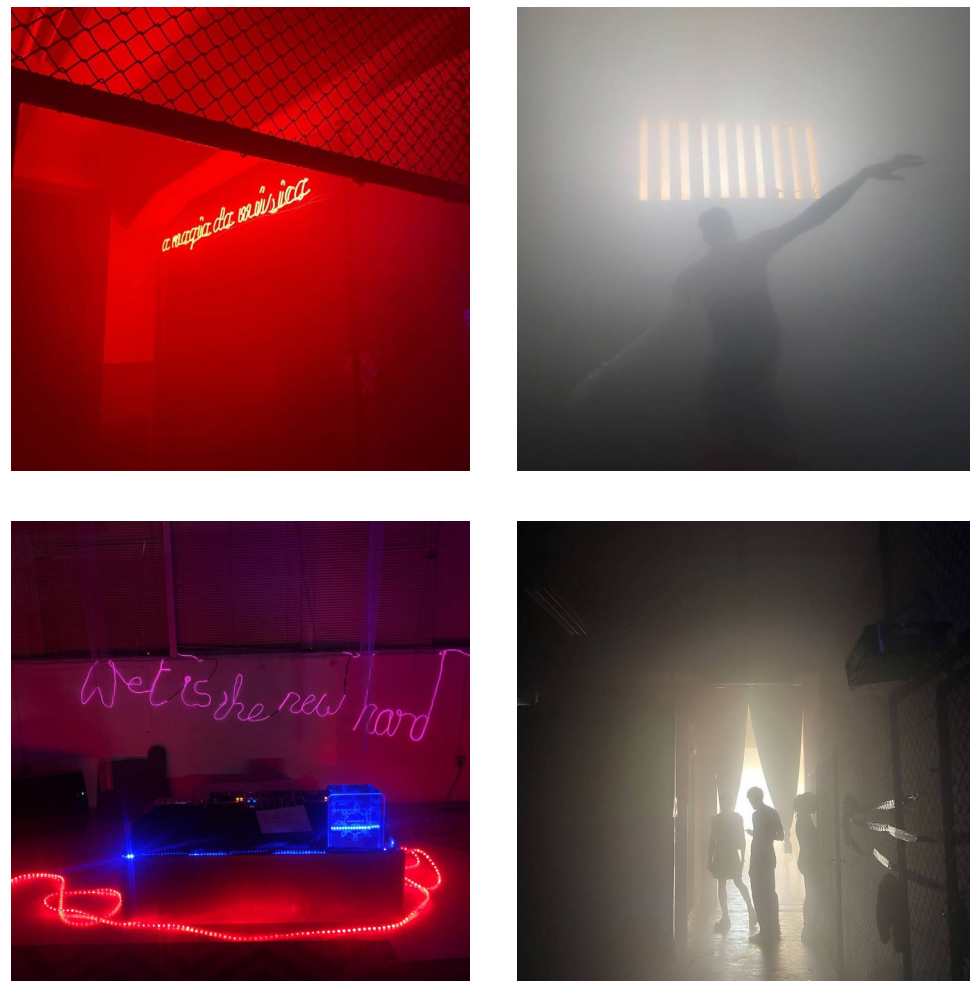


Fig. 62 - Fotografias dos eventos no espaço Planeta Manas

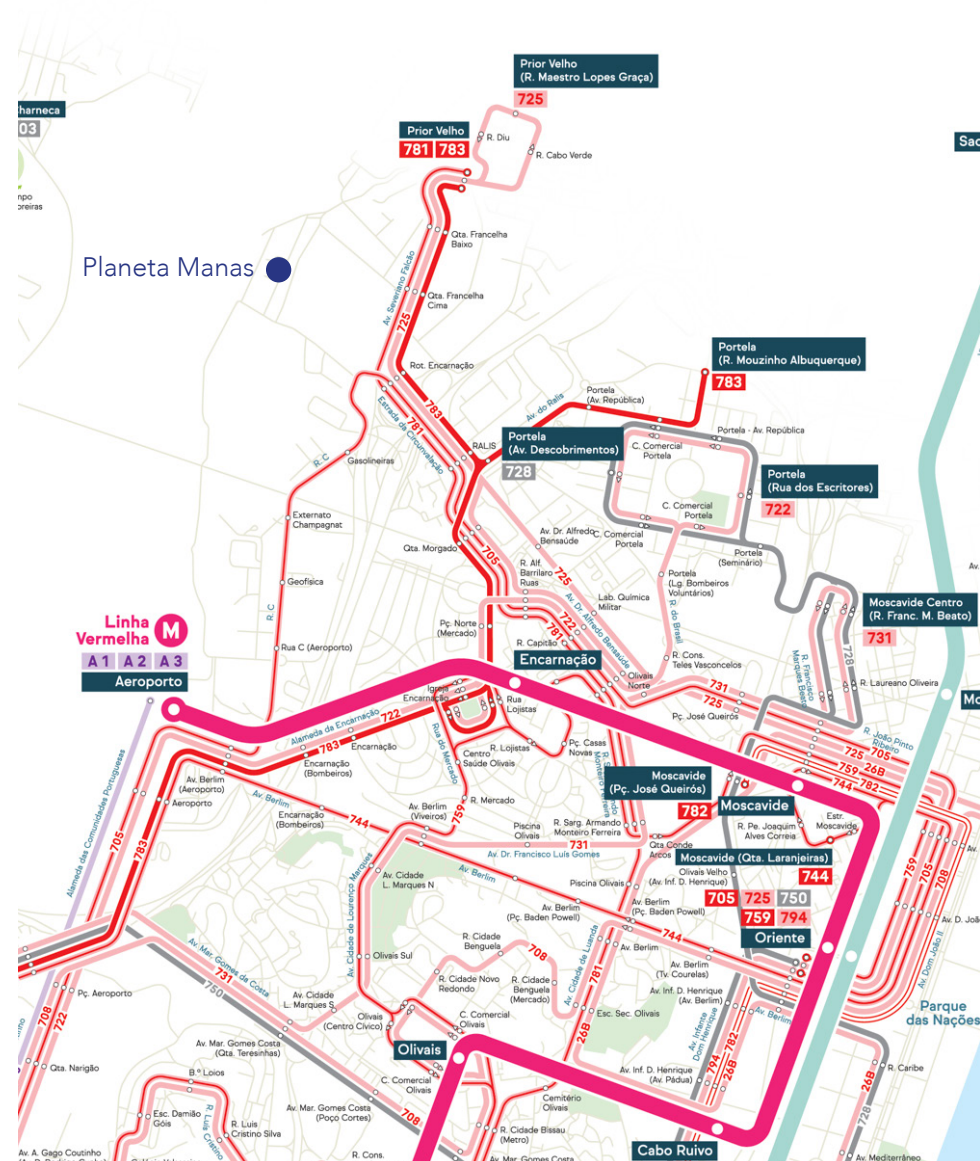


Fig. 63 - Mapa da rede de transportes públicos na zona envolvente de Prior Velho, Lisboa

quem entra no espaço, visto a entrada não ser completamente aberta ao público, existindo a modalidade de afiliação, o que permite um maior controlo de quem frequenta o espaço e, por consequência, do que acontece no espaço. Estes mecanismos garantem a segurança do espaço e da comunidade que o habita.

Podemos fazer um outro paralelismo com um tema abordado nos capítulos teóricos: a frequência deste espaço como uma forma de Ativismo, por representar um espaço que contraria as normas heteronormativas e binárias da sociedade e do espaço urbano. Para além disto, as características com que esta comunidade se apresenta, nomeadamente os estilos estéticos, podem representar uma forma de ativismo simbólico, visual ou comportamental.

Em conversa com *utilizadores* de tal espaço, verificou-se um contraste no sentido de segurança vivido dentro e fora do espaço. A mobilidade desde o ponto de partida *des utilizadores* até ao espaço que analisamos é, muitas vezes, repleto de desafios, sentimentos que se extinguem após entrar no espaço seguro, tornando-o numa zona de prazer delimitada, como os enclaves anteriormente referidos.

O espaço onde se estabelece o Planeta Manas é caracterizado por uma linguagem industrial, estando instalado num 2º piso de um edifício de armazéns (Fig. 61). Nos eventos noturnos, o espaço conta com diversas características voltadas para o apoio e conforto da comunidade, tal como descrito no website da organização Mina:

"All mina events feature a dark room, non-gendered toilets, ravers' corner (an info-point that also provides food, condoms, lube, earplugs, etc.), door policy and zero tolerance to any form of discrimination or violence, in order to create safer spaces for sexual, gender and bodily disorientations." (Mina Suspension, s/d)

A atenção e cuidado que a organização deposita no espaço, através de mecanismos como os anteriormente mencionados, reflete-se nas vivências da comunidade que o utiliza, resultando num espaço confortável e seguro, física e simbolicamente, que permite à comunidade a possibilidade de abstração dos mecanismos de defesa que tem, inconsciente ou conscientemente, ativos aquando a frequência de outros espaços públicos.

O caso do Planeta Manas, embora representando uma escala relativamente reduzida, serve para demonstrar que uma verdadeira atenção ao espaço e à forma como a comunidade habitará nesse espaço pode ter consequências extremamente positivas nas vivências da comunidade *queer*.

06 _ REFLEXÃO CRÍTICA

Notas para um território mais inclusivo

A presente dissertação tenta, num primeiro momento, efetuar o enquadramento histórico e teórico do que são as vivências *queer* em meio urbano. A abordagem dos principais discursos teóricos *queer* pretende levar à elaboração e entendimento de um quadro teórico, que serve de base para a análise da relação entre o espaço público urbano e as vivências *queer*. São também abordados espaços e momentos que possam ser representativos desse legado teórico e histórico das comunidades *queer*, num registo internacional.

Num segundo momento, foi nosso objetivo entender como se criam, organizam e atuam estas comunidade em território urbano, analisando temas relacionados com a componente social, como o ativismo ou formas de comunidade, e com a componente do espaço público, onde são abordadas questões como a segurança ou a *queerização* do espaço público. Numa fase final, e de carácter mais prático, são ‘visitados’ três casos de estudo, escolhidos pela pertinência em relação à temática em causa. Foi nosso objetivo, após a análise de tais espaços e com base no quadro teórico-histórico estabelecido em capítulos anteriores, enumerar algumas notas para um território urbano mais inclusivo.

Estas notas são resultado da análise da relação entre as temáticas teóricas e os casos de estudo. Para tal, foi elaborado o esquema representado na Fig. 64 que pretende evidenciar esta rede de relações. Estas não se estabelecem unicamente pela semelhança de morfologia dos espaços, mas também pelas vivências inerentes a cada espaço, resultando num paralelismo entre os espaços históricos e os casos de estudo, que pretende analisar tanto aspetos urbanos e morfológicos, como aspetos sociais, comunitários e temporais.

A questão da *queerização* do espaço revela-se extremamente complexa e salienta a importância da convergência de várias áreas disciplinares para a sua análise. Este exercício de tentar compreender este fenómeno e estes espaços, - preferencialmente integrando profissionais da arquitetura, urbanismo, sociologia, psicologia e outras áreas sociais - pode resultar numa leitura extensiva do território e servir como mote para a resolução de problemáticas sociais e urbanas, relacionadas com as vivências *queer*. O mapeamento de tais espaços e dinâmicas a nível urbano – acrescido ao estudo de temas como etnia, classe, cultura e outras variáveis demográficas - é, de tal modo, imprescindível para a criação de um urbanismo verdadeiramente inclusivo.

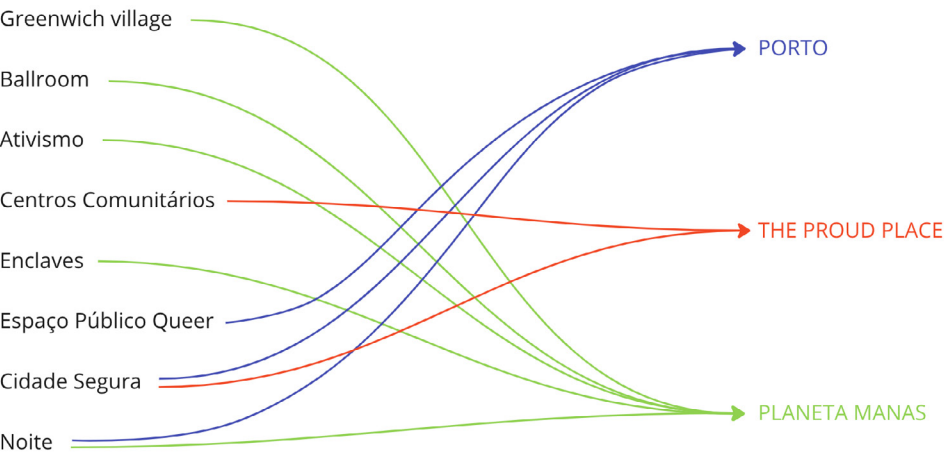


Fig. 64 - Esquema de relações entre os temas abordados nos capítulos teóricos e os casos de estudo

Territórios de segurança

A questão da segurança foi um tema central desta dissertação, reflexo da sua exaustiva presença nos discursos teóricos e na investigação efetuada ao longo deste percurso. É um tema que se encontra sempre presente nestes estudos, independente de geografias e cronologias. A sensação de segurança é uma característica imprescindível para uma comunidade e sociedade saudáveis.

Do caso de estudo do The Proud Place retiramos algumas conclusões de como abordar esta questão da segurança num espaço comunitário, através de formas não invasivas de vigilância. Já no caso de estudo do Porto é feita esta análise à escala urbana e, com base nos argumentos de Jacobs, é equacionada uma possível solução, através da implementação de uma vigilância passiva, informal, protagonizada pela comunidade que habita um dado espaço. Ainda neste caso de estudo, abordamos as dinâmicas e contradições sociais presentes em espaço público - como é exemplo do contraste existente na Rua de Passos Manuel, resultante do atrito entre as comunidades que frequentam os estabelecimentos Boîte e Passos Manuel - Maus Hábitos - das quais concluímos a necessidade de análise e reavaliação das dinâmicas sociais em espaço público.

A estas possíveis soluções poderão estar aliadas outras, como o estudo da iluminação noturna - relacionada com a questão da segurança -, o estudo de fluxos urbanos e consequências destes no território - como é o caso do modelo de organização territorial com base em funções (bairros dormitórios, CBD's) - e, como mencionado anteriormente, o estudo das dinâmicas sociais urbanas que possam estar na origem de espaços seguros ou, pelo contrário, de espaços considerados inseguros.

A implementação de um urbanismo seguro e inclusivo para *todes* deverá ter como base este trabalho transdisciplinar de análise da diversidade de espaços urbanos.



Fig. 65 - Casa de banho de género neutro, Stedelijk Museum Amsterdam

Territórios e acessibilidade

Na temática da acessibilidade destacamos dois campos distintos. A acessibilidade física - relacionada com questões de mobilidade - e a acessibilidade social - relacionada com o acesso, ou dificuldade de acesso, de certos grupos sociais a um determinado espaço.

Se temos como objetivo a criação ou transformação de uma urbanização em um espaço verdadeiramente inclusivo é imprescindível a implementação de uma arquitetura e de um urbanismo que tenha em consideração questões de acessibilidade. O espaço urbano deverá ser de *todes* e para *todes*, independentemente dos diversos graus de capacidade dos atores sociais que nele intervêm. Dito isto, na concepção urbana e arquitectónica sublinhamos a atenção às formas de mobilidade e acesso ao espaço, através da implementação de design inclusivo. Isto diz respeito a todas as formas de acesso ao espaço, quer sejam físicas através de elementos arquitectónicos como escada, rampa, elevador, corrimão, entre outros; como também outras formas de representação simbólica desse acesso, nomeadamente questões relacionadas com a transmissão de informação (por exemplo, a existência de escrita tátil - Braille - em campanhas ou botões de elevador, ou sinais sonoros nas passeadeiras). A implementação de algumas destas soluções já se encontra presente na legislação em vigor (como o acesso através de rampas), no entanto argumentamos ser insuficiente e pouco fiscalizada. Como exemplo prático, relembramos o The Proud Place, cujo projeto de reabilitação tem em atenção estes mecanismos de inclusão, sendo todo o edifício acessível a pessoas de mobilidade reduzida, assim como estão presentes uma casa de banho por piso preparada para tal efeito.

Na vertente da acessibilidade social entendemos já existir um extenso legado histórico de sucessos no que toca o acesso ao espaço. Estes feitos, resultado de décadas de lutas sociais, garantem agora às mulheres acesso a espaços de educação, emprego, política, entre outros; garantem a inconstitucionalidade da segregação racial; garantem a possibilidade de pessoas *queer* habitarem a cidade, e não estarem confinadas num enclave social e geográfico, como o era em Greenwich Village em meados do séc. XX. Mas se por um lado aplaudimos veementemente estes momentos históricos, por outro entendemos que ainda existem lutas sociais de acesso ao espaço a decorrer actualmente, como o caso do acesso por pessoas trans a serviços de saúde. Esta e outras são formas de acessibilidade social que ainda falta atingir, demarcando a importância de um espaço, urbano e social, inclusivo.

Territórios de educação e sensibilização

Numa sociedade de rápidas transformações sociais tal como atualmente observamos, entendemos a importância da atualização dos campos teóricos que estão na base dos estudos que relacionam o urbanismo e arquitetura com os géneros e sexualidades, intercetando urbanismo e sociedade. As metamorfoses sociais que observamos atualmente, devem ser acompanhadas de uma proporcional transformação a nível urbano, de forma a existir uma cidade que corresponda positivamente com as vivências das comunidades que nela habitam.

De tal modo, lançamos o desafio de reavaliar o entendimento geral de género e sexualidades, tendo como base os discursos e teorias de Butler, Preciado e *outres autores contemporâneos* aqui abordados, de forma a melhor responder às necessidades e desafios urbanos enfrentados pela sociedade.

Vemos isto presente, de forma prática, no caso de estudo do Planeta Manas, onde existe um verdadeiro esforço na educação e sensibilização da comunidade, através dos discursos anti-discriminatórios da organização, caracterizados pela tolerância, igualdade, inclusividade, anti-racismo, anti-sexismo, etc.

É costume dizer que *es jovens* de hoje serão *es líderes* de amanhã. De tal modo, consideramos importante que estas questões sejam introduzidas nas camadas mais jovens, com a apresentação dos discursos de tolerância e igualdade de géneros nas instituições educacionais, assim como deverá existir uma sensibilização para os desafios sociais que enfrentamos, como discriminações e outras formas de opressão. Relembramos a importância da localização estratégica do centro comunitário The Proud Place, na proximidade do núcleo urbano universitário de Manchester, como forma de acesso a essa educação e sensibilização.

Salientamos que este exercício de difusão de discursos anti-discriminatórios poderá ser aplicado nos vários setores sociais, nomeadamente no âmbito da arquitetura e do urbanismo. Para tal, sugerimos a inserção destas temáticas nos programas curriculares nos estudos arquitectónicos e urbanísticos, a serem abordados de forma transdisciplinar, aliados às ciências sociais, como a psicologia (do espaço) ou a sociologia.

Territórios de transdisciplinaridade e interseccionalidade

As situações de fragilidade social das comunidades estão proporcionalmente interligadas com as discriminações associadas a certos grupos sociais. Para uma resposta efetiva de inclusão social, é de extrema importância entender o fenómeno de discriminações múltiplas. Para tal, é fundamental compreender as experiências pessoais das comunidades de minorias e de comunidades assoladas por múltiplas discriminações. Ao conhecer as realidades destas pessoas é possível criar uma rede de relações dos desafios sociais representados por estas discriminações, para que dessa forma possamos estudar soluções que correspondam à complexidade deste tema.

Para dar resposta à problemática das discriminações múltiplas é necessário um trabalho igualmente múltiplo, que compreenda em si um estudo multidisciplinar e interseccional, que analise esta problemática sob a lente dos vários aspetos sociais, de forma originar uma resposta igualmente multi-facetada. Argumentamos que questões como sexualidades, identidades, etnias, condições de empregabilidade e condições económicas dos atores sociais constituem a base desta análise, e, indo mais além, devem originar respostas individuais e específicas para cada temática (que posteriormente se aliam num plano generalizados de combate de discriminações múltiplas).

No âmbito da arquitetura e urbanismo, isto implica uma transição para um trabalho transdisciplinar, onde os desafios arquitectónicos devem ser analisados em conjunto com outras áreas do conhecimento, como as ciências sociais, ciências matemáticas, economia, tecnologia, a arte. Para além de um trabalho transdisciplinar, defendemos que a conceção arquitectónica e urbanística tenha especial atenção à componente social do projeto, ou seja, 'para quem está a ser construído'. Para tal, é importante entender as experiências pessoais e comunitárias dessas pessoas, possível através de um modelo de trabalho participativo, como foi o projeto de reabilitação do The Proud Place.

Territórios de comunidade

O sentido de comunidade é de extrema importância para as pessoas *queer*, por representar um espaço social de apoio e educação nos processos de procura e afirmação de identidades e sexualidades. Por esta razão, consideramos relevante apostar em conceções arquitectónicas, urbanísticas e sociais que promovam a criação e manutenção de comunidades, através de mecanismos urbanos como centros comunitários, espaços públicos qualificados para reunião social - como manifestações - ou campanhas sociais de inclusão - relacionadas com o acesso à habitação, educação, espaços de lazer, entre outros.

Foram vários os exemplos de comunidades que foram sendo abordados ao longo desta dissertação, dos quais conseguimos concluir a importância do sentido de 'comunidade'. No caso da cultura *Ballroom*, vimos uma comunidade criar um espaço seguro para pessoas trans e pessoas de cor, um espaço de empoderamento e catalisador de um movimento de acolhimento de pessoas em situação de sem-abrigo. No caso de Greenwich Village vimos uma comunidade que não só avançou no direito de acesso ao espaço da cidade, como desempenhou um papel crucial na luta por direitos humanos das comunidades *queer* - através do movimento de Stonewall e dos movimentos relacionados com o combate da SIDA. De forma mais prática, vimos a importância do sentido de comunidade nos casos de estudo do The Proud Place e do Planeta Manas, que permitem às comunidades um espaço próprio para a organização e avanço dos movimentos LGBTQ+.

Dado estes argumentos da importância das comunidades para os corpos *queer*, sugerimos rejeitar a arquitetura individualista e o urbanismo de isolamento - protagonizados pela extensa privatização do território urbano ou o isolamento de comunidades, através de mecanismos como os enclaves - e inverter a influência dos interesses privados em meio urbano, como forma de devolver a cidade às pessoas. Seguindo a lógica de Jacobs, propomos investir nas relações de proximidade, projetando um urbanismo que promova o sentido de comunidade e de vizinhança com o objetivo de reverter a fragmentação do tecido social em ambiente urbano, utilizando a arquitetura como forma de aproximação de pessoas. Isto não significa homogeneizar o tecido social e urbano, mas antes promover um urbanismo que permita a criação de relações entre indivíduos e comunidades, sem que se perca a componente de identidade própria destas últimas.

Territórios de inclusão

Tal como demonstrado com o caso de estudo do The Proud Place, entendemos que uma arquitetura e urbanismo realmente inclusivos devem ter em consideração as necessidades e vivências da comunidade que pretende albergar.

Dessa forma, propomos a reestruturação do processo projetual tradicional, de espaços comunitários e urbanos, para um paradigma caracterizado pela participação ativa da comunidade no processo de design do espaço. Como *arquitetes* e urbanistas, construímos a própria matriz que habitamos. A arquitetura não deverá ser a materialização de um objeto escultórico desprovido da variável humana e de dinâmicas sociais. Portanto, se construímos para alguém, certamente que as necessidades, objetivos e desejos de tais pessoas são fundamentais para a elaboração de um design eficiente para o propósito. O caso de estudo do The Proud Place é a materialização desta mesma proposta, onde o design participativo é posto à prova, e do qual resulta um espaço de extrema eficácia, conforto e utilidade para a comunidade que se compromete a albergar.

Outras formas de criação de um território inclusivo passam pela reestruturação das componentes arquitectónicas que tenham como base o sexo biológico, como casas de banho em espaços públicos ou equipamentos urbanos. Para tal, propomos duas soluções: optar pela inserção de casas de banho de género neutro - como abordado no caso de estudo do The Proud Trust - ou a adição, às casas de banho de sexo único existentes, de uma outra que compreenda em si outros géneros não representados pelo binário de género, como o exemplo do Stedelijk Museum Amsterdam (Fig. 65).

Francis-Jones, no seu livro *Truth and lies in architecture*, escreve sobre espaço público inclusivo, no capítulo que chama *The (de)evolution of public space*. As palavras que escreve, embora remetentes para uma noção de inclusividade mais abrangente - e não interligada com a temática identidade-sexualidade - parecem ecoar verdades também para o tema que aqui abordamos. Neste capítulo, Francis-Jones evidencia o que acredita serem as matrizes para um espaço público inclusivo, passando por temas como a propriedade ou a organização e caracterização do espaço público. A sua descrição, concisa e precisa, parece resumir algumas das notas aqui apresentadas para a inclusividade urbana. E, tal como nós, termina com um desejo ou procura por algo que ainda escapa ao planeamento urbano: um espaço urbano verdadeiramente inclusivo.

“Somehow between the invasive consumerism of commercial self-interest and the bureaucratic authoritarian tendency of the state we need to find an authentic public space. An inclusive space of civic liberty, tolerance and acceptance, an urban space of ‘public appearance’ that is not owned by state or private interest, but to which we all hold shared responsibility and custodianship.

Such a public space within our city would be open and organic in character, able to respond to the pressing needs and issues of the moment. It would be less fixed, less finished, its edges not suffering under incessant requirements for retail ‘activation’, but more adaptable to the needs and life of the community, it would be less determined and controlled by the state, but safe, and soft in its infrastructure and management.

According to Hannah Arendt the ‘public sphere’ has two interrelated dimensions. The ‘space of appearance’, a space of political freedom and equality that comes from the action of citizens in concert through open communications; and the ‘common world’, a shared world of human artefacts and settings which provides a backdrop of permanence and durability for our actions.

We are still searching for this inclusive public space in our city.”

(Francis-Jones, 2022:156)



Lista de imagens

Fig. 1 - Thomas, 1989 - Robert Mapplethorpe - <https://www.artsy.net/artwork/robert-mapplethorpe-thomas-19>

Fig. 2 - Dildo total, 2019 - Miguel Bonneville - <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/05/05/o-que-e-a-contrassexualidade-paul-beatriz-preciado/>

Fig. 3 - Mapa de leis de orientação sexual no mundo, 2020 - ILGA World - <https://ilga.org/maps-sexual-orientation-laws>

Fig. 4 - Mapa de leis de orientação sexual na Europa, 2020 - ILGA World - <https://ilga.org/maps-sexual-orientation-laws>

Fig. 5 - Fotografia aérea Greenwich Village, 1921 - Fairchild Aerial Camera Corporation - <https://www.loc.gov/resource/g3804n.ct003447/?r=-0.384,-0.017,1.111,0.532,0>

Fig. 6 - Fotografia aérea zona sul de Manhattan, 1921 - Fairchild Aerial Camera Corporation - <https://www.loc.gov/resource/g3804n.ct003447/?r=-0.384,-0.017,1.111,0.532,0>

Fig. 7 - Cais 45 Rio Hudson, 1982 - Frank Hallam - <https://www.dazeddigital.com/art-photography/gallery/28804/1/pier-groups>

Fig. 8 - Cais Rio Hudson, Stanley Stellar - https://www.huffpost.com/entry/stanley-stellar-gay-new-york_n_5d0939b0e4b0e560b70a68fd

Fig. 9 - Sunday Spray, 1980 - Stanley Stellar - <https://www.stellarnyc.com/1980s>

Fig. 10 - Fotografia edifício do Stonewall Inn, 1975 - <https://www.nyclgbtsites.org/wp-content/uploads/2021/06/Stonewall-16.jpeg>

Fig. 11 - Mapa da área de stonewall integre no National Register of Historic Places, 1999 - <https://www.nyclgbtsites.org/wp-content/uploads/2021/06/Stonewall-NR-Boundaries.jpeg>

Fig. 12 - Marsha P. Johnson, 1968-75 - Diana Davies - <https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47e3-5fa8-a3d9-e040-e00a18064a99>

Fig. 13 - Sylvia Rivera numa manifestação da organização STAR - https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/00/STAR_Rally.jpg

Fig. 14 - Christopher Street Gay Liberation Day, Nova Iorque, 1970 - <https://www.timeout.com/newyork/art/historical-pride-parade-photos-photography>

Fig. 15 - Marcha de Orgulho, Londres, 2022 - <https://www.bbc.com/news/live/uk-62020418>

Fig. 16 - Mapa da distribuição étnica em Manhattan, 1920 - <https://mapcollections.brooklynhistory.org/map/map-of-the-borough-of-manhattan-and-part-of-the-bronx-showing-location-and-extent-of-racial-colonies-ohman-map-co-inc/>

Fig. 17 - Fotografia aérea zona norte de Manhattan, 1921 - Fairchild Aerial Camera Corporation - <https://www.loc.gov/resource/g3804n.ct003447/?r=-0.384,-0.017,1.111,0.532,0>

Fig. 18 - House of LaBeija, 1989 - Chantal Renault - <https://www.itsnicethat.com/features/chantal-regnault-voguing-and-the-house-ballroom-scene-of-new-york-city-1989-92-photography-281021>

Fig. 19 - Octavia Saint Laurent, 1989 - Chantal Renault - <https://www.itsnicethat.com/features/chantal-regnault-voguing-and-the-house-ballroom-scene-of-new-york-city-1989-92-photography-281021>

Fig. 20 - Modavia LaBeija, Octavia Saint Laurent, Carmen Xtravaganza, 1990 - Chantal Renault - <https://www.itsnicethat.com/features/chantal-regnault-voguing-and-the-house-ballroom-scene-of-new-york-city-1989-92-photography-281021>

Fig. 21 - Willie Ninja, 1989 - Chantal Renault - <https://www.itsnicethat.com/features/chantal-regnault-voguing-and-the-house-ballroom-scene-of-new-york-city-1989-92-photography-281021>

Fig. 22 - Poster filme *Paris is Burning*, 1990 - https://www.imdb.com/title/tt0100332/mediaviewer/rm2944047105/?ref=tt_ov_i

Fig. 23 - Imperial Lodge of Elks, 2018 - Eric K. Washington - <https://www.flickr.com/photos/90376097@N00/41711253242>

Fig. 24 - Manifestação 'Take back the night', Nova Iorque - 1990 - <https://www.kqed.org/arts/13858167/queer-nation-lgbtq-activism-90s>

Fig. 25 - Stuart Linden Rhodes, 1993 - https://djmag.com/sites/default/files/styles/djm_23_1499x843/public/article/image/IMAGE%20ONE%20Out%20and%20About%20%281993%29.jpeg.webp?i-tok=1my4EKq2

Fig. 26 - Centro Comunitário LGBT Anita May Rosenstein, Los Angeles - <https://kfalosangeles.com/project/los-angeles-lgbt-center-anita-may-rosenstein-campus/>

Fig. 27 - Centro Comunitário LGBT Anita May Rosenstein, Los Angeles - <https://kfalosangeles.com/project/los-angeles-lgbt-center-anita-may-rosenstein-campus/>

Fig. 28 - Esquema de organização territorial enclave, elaborado pelo autor

Fig. 29 - Esquema de organização territorial disperso, elaborado pelo autor

Fig. 30 - Queering the map - <https://www.queeringthemap.com/>

Fig. 31 - Registo fotográfico de um evento noturno, Brasil - Pedro Pinho - <https://i-d.vice.com/en/article/g5vzb4/brazil-raves-photography>

Fig. 32 - Registo fotográfico de um evento noturno, Brasil - Pedro Pinho - <https://i-d.vice.com/en/article/g5vzb4/brazil-raves-photography>

Fig. 33 - Planta da Baixa do Porto com áreas de estudo, elaborado pelo autor

Fig. 34 - Planta de possível *queerscape* da Baixa do Porto, elaborado pelo autor

Fig. 35 - Planta da área de estudo da Praça Carlos Alberto e envolvente, elaborado pelo autor

Fig. 36 - Embaixada do Porto, fotografia do autor

Fig. 37 - Lusitano, fotografia do autor

Fig. 38 - Praça de Carlos Alberto, fotografia do autor

Fig. 39 - Praça de Carlos Alberto, fotografia do autor

Fig. 40 - Rua de Cândido dos Reis, fotografia do autor

Fig. 41 - Rua da Galeria de Paris, fotografia do autor

Fig. 42 - Planta da área de estudo Rua de Passos Manuel e envolvente, elaborado pelo autor

Fig. 43 - Rua de Passos Manuel, fotografia do autor

Fig. 44 - Boîte e Passos Manuel, fotografia do autor

Fig. 45 - Boîte, fotografia do autor

Fig. 46 - Passos Manuel, fotografia do autor

Fig. 47 - Maus Hábitos, fotografia do autor

Fig. 48 - Praça dos Poveiros, fotografia do autor

Fig. 49 - Fotografia entrada do edifício original do centro comunitário de Sidney Street, 1988 - Sally Ann Norman - <https://www.mmu.ac.uk/news-and-events/news/story/14335/>

Fig. 50 - Fachada norte do edifício original do centro comunitário de Sidney Street - http://urbed.coop/sites/default/files/1042-URBED-RP-A-Design_and_Access_Statement.pdf

Fig. 51 - Fotografias do processo participativo da reabilitação do The Proud Place - http://urbed.coop/sites/default/files/1042-URBED-RP-A-Design_and_Access_Statement.pdf

Fig. 52 - Gráficos resultantes do questionário à comunidade inserido no processo participativo da reabilitação do The Proud Place - http://urbed.coop/sites/default/files/1042-URBED-RP-A-Design_and_Access_Statement.pdf

Fig. 53 - Gráficos resultantes do questionário à comunidade inserido no processo participativo da reabilitação do The Proud Place - http://urbed.coop/sites/default/files/1042-URBED-RP-A-Design_and_Access_Statement.pdf

Fig. 54 - Planta do edifício original do The Proud Place, elaborado pelo autor

Fig. 55 - Planta piso R/C do The Proud Place pós-reabilitação, elaborado pelo autor

Fig. 56 - Fotografias de espaços interiores do The Proud Place - <https://www.theproudtrust.org/spaces/>

Fig. 57 - Detalhe do revestimento exterior do The Proud Place - http://urbed.coop/sites/default/files/1042-URBED-RP-A-Design_and_Access_Statement.pdf

Fig. 58 - Fachada principal do The Proud Place - <https://www.leda.coop/wp-content/uploads/CB21.01-006resized.jpg>

Fig. 59 - Planta piso 2 do The Proud Place pós-reabilitação, elaborado pelo autor

Fig. 60 - Planta piso 1 do The Proud Place pós-reabilitação, elaborado pelo autor

Fig. 61 - Fotografias espaço interior do Planeta Manas - <https://www.instagram.com/minasuspension/>

Fig. 62 - Fotografias dos eventos do Planeta Manas - <https://www.instagram.com/minasuspension/>

Fig. 63 - Mapa da rede de transportes públicos na zona envolvente de Prior Velho, Lisboa - <http://www.inat.fr/map/lisboa-mapa-rede-integrada/>

Fig. 64 - Esquema de relações entre temas abordados nos capítulos teóricos e casos de estudo - elaborado pelo autor

Fig. 65 - Casa de banho de género neutro, Stedelijk Museum Amsterdam - fotografia do autor

07 _ FONTES DE INFORMAÇÃO

Referências bibliográficas

- Beauvoir, S. D. (1970). *O Segundo Sexo: Fatos e mitos*. (4ª ed.). Difusão Européia do Livro.
- Betsky, A. (1997). *Queer space: Architecture and same-sex desire*. William Morrow and Company, Inc.
- Butler, J. (2017). *Problemas de gênero*. Orfeu Negro.
- Carter, D. (2004). *Stonewall: The riots that sparked the gay revolution*. St. Martin's Griffin.
- Charmaraman, L., Hodes, R., & Richer, A. M. (2021). *Young sexual minority adolescent experiences of self-expression and isolation on social media: cross-sectional survey study*.
- Chauncey, G. (1994). *Gay New York: Gender, urban culture, and the making of the gay male world, 1890-1940*. Basic Books.
- Colomina, B., et al. (1992). *Sexuality & Space*. Princeton Architectural Press.
- Dinis, J. M. (2020). *Espacialidade da sexualidade, Lugares de desejo dissidente, Apontamentos sobre a cidade do Porto*. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Doderer, Y. P. (2011). *LGBTQs in the city, queering urban space*. International Journal of Urban and Regional Research.
- Foucault, M. (1978). *The History of Sexuality*. Pantheon Books.
- France, D. (2017). *The Death and Life of Marsha P. Johnson*. Netflix.
- Francis-Jones, R. (2022). *Truth and lies in architecture*. ORO Editions.
- Guerra, P., Figueiredo, H. G. (2020). *Prosopografias clubbers em São Paulo e Londres: moda, estilo, estética e cenas musicais contemporâneas*. TOMO.

- Ingram, G. B., Bouthillette, A. M., Retter, Y. (1997). *Queers in space: Communities, public places, sites of resistance*. Bay Press.
- Jacobs, J. (1961). *The death and life of great american cities*. Vintage Books.
- Jagose, A. (1996). *Queer Theory: An introduction*. New York University Press.
- Lauretis, T. D. (1991). *Queer theory: Lesbian and gay sexualities. Differences: A journal of feminist cultural studies*.
- Livingston, J. (1990). *Paris Is Burning*. Off White Productions, INC.
- Mendos, L. R., et al. (2020). *State-sponsored homophobia 2020: Global legislation overview update*.
- Neves, I. V. M. de A., Dimenstein, M. (2021). *A praça é queer? Ocupações, sociabilidades e territorialidades da população LGBTQI+ na área central de João Pessoa*. Arquitextos.
- Preciado, P. B. (2019). *Manifesto contra-sexual*. Orfeu Negro.
- Rendell, J., Penner, B., Borden, I. (2003). *Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction*.
- Rodrigues, I. et al (2018). *Problematização do feminismo interseccional: o lugar das pessoas trans(gênero) no Brasil e em Portugal*. In Seminário Multiplas Discriminações. UMAR.
- Santos, A. C. (2001). *O estado português e os desafios da (homo)sexualidade*. Revista Crítica de Ciências Sociais.
- Santos, A. C. (2018). *Luta LGBTQ em Portugal: duas décadas de histórias, memórias e resistências*. Transversos: Revista de história, 14.
- Santos, B. S., Santos, A. C. (2003). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Civilização Brasileira.
- Silva, A. L., Santos, S. M. M. (2015). *"O sol não nasce para todos": uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT*. SER Social, 17(37), 498–516.
- Spring, A. L. (2012). *Deconcentration of Urban Gay Enclaves, Evidence from the 2000 and 2010 U.S. Censuses*.

Referências webgráficas

<https://www.architectural-review.com/essays/outrage/outrage-the-prejudice-against-queer-aesthetics>

<https://www.ces.uc.pt/pt/ces/pessoas/investigadoras-es/ana-cristina-santos/publicacoes/artigos-em-revistas-cientificas>

<https://www.dazeddigital.com/art-photography/article/53586/1/new-york-lgbtq-scene-1970s-photos-artifacts-end-of-decade-stanley-stellar>

<https://www.dezanove.pt/nasce-primeira-casa-abrigo-para-pessoas-1174595>

<https://www.esquerda.net/dossier/o-movimento-lgbt-em-portugal-datas-e-factos-actualizado/18142>

<https://www.federalregister.gov/documents/2016/06/29/2016-15536/establishment-of-the-stonewall-national-monument>

<https://www.geographyfieldwork.com/ElRaval.htmk>

https://www.huffpost.com/entry/stanley-stellar-gay-new-york_n_5d0939b0e4b0e560b70a68fd

<https://www.i-d.vice.com/en/article/g5vzb4/brazil-raves-photography>

<https://www.ilga-portugal.pt/>

<https://www.intro.pt/manifesto-contra-sexual-paul-b-preciado-orfeu-negro-2019/>

<https://www.jn.pt/local/noticias/porto/matosinhos/matosinhos-acolhe-primeira-casa-abrigo-do-pais-para-pessoas-lgbti-9328003.html>

<https://www.nowwhat-architexx.org/articles/2018/5/24/queer-theory>

<https://www.nyclgbtsites.org/site/greenwich-village-waterfront/>

<https://www.nyclgbtsites.org/site/imperial-lodge-of-elks/>

<https://www.nyclgbtsites.org/site/stonewall-inn-christopher-park/>

<https://www.nyclgbtsites.org/theme/the-harlem-renaissance/>

<https://www.planetamanas.com/>

<https://www.plannersnetwork.org/2011/04/from-and-toward-a-queer-urbanism/>

<https://www.publico.pt/2016/07/25/p3/fotogaleria/cruising-sexo-gratis-consensual-e-anonimo-em-locais-publicos-385940>

<https://www.publico.pt/2019/12/20/p3/noticia/apartamento-acolher-jovens-lgbti-deixar-am-sentir-casa-1898107>

<https://www.queeringthemap.com/>

<https://www.queerspacestudies.com/>

<https://www.saferinternet.org.uk/blog/lgbt-history-month-why-is-the-internet-important-for-lgbt-young-people-and-what-can-parents-and-carers-do-to-help-them-stay-safe>

<https://www.shondaland.com/live/a33575156/psychological-and-political-power-of-ball-culture/>

<https://www.stellarnyc.com/>

<https://www.theconversation.com/social-media-gives-support-to-lgbtq-youth-when-in-person-communities-are-lacking-166253>

<https://www.theconversation.com/the-queer-city-how-to-design-more-inclusive-public-space-161088?fbclid=IwAR1ihNojgbgFRaJ3wy1HGjKi7lrT7FzBeTcS6HzOQFnXynhpy0MQ27AsdRo>

<https://www.theproudtrust.org/>

<https://www.thesitemagazine.com/read/queering-architecture>

<https://www.urbed.coop/projects/lgbt-centre>

<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.255/8139>